



Instituto Nacional de Habitação

RELATÓRIO E CONTAS

Capital Social: 79.103.038 Euros

Número de Pessoa Colectiva: 501 460 888

Morada da Sede: Av. Columbano Bordalo Pinheiro, nº 5, 1099-019 Lisboa

2006



ÍNDICE

RELATÓRIO E CONTAS - 2006

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

1. INTRODUÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO	1
1.1. Órgãos Sociais	4
1.2. Órgãos Operacionais e de Estrutura	5
2. ACTIVIDADE DO INH	7
2.1. Resenha da Actividade de 2006 e Painel de Indicadores	7
2.2. Actividade Financeira	16
2.2.1. Financiamento à Reabilitação do Parque Habitacional Privado	16
2.2.2. Financiamento ao Parque de Arrendamento Público	18
2.2.3. Financiamento da Habitação a Custos Controlados para Venda	24
2.2.4. Financiamento a Regiões Socialmente Deprimidas	28
2.2.5. Financiamentos à Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos.....	30
2.2.6. Financiamento à Construção, Aquisição e Reabilitação de Habitações em Situação de Emergência	31
2.3. Intervenções no Mercado	32
2.3.1. Intervenção no Mercado de Solos Urbanizáveis	32
2.3.2. Intervenção no Mercado de Habitação de Custos Controlados	34
2.4. Incentivo ao Arrendamento Jovem (IAJ)	35
2.5. Estudos, Apoio Técnico e Informação	36
2.6. Alienação de Activos (Dações)	38
2.7. Prestações de Serviços a Terceiros	40
2.8. Actividades Institucionais de Incentivo à Promoção, Divulgação e Disseminação da Habitação	44
3. ORGANIZAÇÃO	49
3.1. Gestão Estratégica de Recursos Humanos	49
3.2. Recursos Humanos e Organigrama do INH em 31-12-2006	51
3.3. Sistemas de Informação	56
4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	58
4.1. Análise ao Balanço	58
4.2. Análise à Demonstração de Resultados	67
4.3. Resultados por Actividades	74
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS PARA 2007	77
6. NOTA FINAL DE AGRADECIMENTO	81

[Handwritten signature]
[Handwritten signature] 112
[Handwritten signature]

II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	83
BALANÇO	83
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	84
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	85
MAPAS DE CONTROLO ORÇAMENTAL	87
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	92
III – PARECERES DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO	130

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. INTRODUÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO



Handwritten signature and initials

1. INTRODUÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO.

O Conselho Directivo do Instituto Nacional de Habitação - INH - apresenta o seu Relatório de Gestão e Contas relativos ao exercício económico que terminou em 31 de Dezembro de 2006, dando cumprimento às disposições regulamentares.

O INH é um Instituto público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, actuando sob tutela conjunta dos Ministros das Finanças e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Tem a sua sede em Lisboa, na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 5, 1099-019 Lisboa e detém uma Delegação no Porto, sita na Rua D. Manuel II, 296 – 6º andar, 4050-344 Porto. É o contribuinte fiscal nº 501 460 888 e a sua classificação orgânica é 14.2.2.010.

Criado pelo Decreto-Lei nº 177/84, de 25 de Maio, o Instituto Nacional de Habitação funcionou em regime de instalação até Junho de 1986, altura em que foram aprovados os seus estatutos, com a publicação do Decreto-Lei nº 202-B/86, de 22 de Junho, posteriormente alterado pelos Decreto-Lei nº 460/88, de 14 de Dezembro, Decreto-Lei nº 305/91, de 16 de Agosto, e Decreto-Lei nº 243/2002, de 5 de Novembro, o qual veio determinar a sua fusão com o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado.

São competências estatutárias actuais do INH:

No domínio financeiro:

- a concessão de empréstimos e participações destinados ao financiamento de programas de construção, reconstrução e reabilitação de habitações de interesse social;
- a concessão de bonificações aos juros suportados por pessoas colectivas e particulares no âmbito dos supra referidos programas;
- a prestação de garantias às instituições de crédito que pratiquem operações de financiamento à construção, reconstrução e reabilitação de habitações;



Handwritten signature and date: 17.11.06

- a obtenção de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, a emissão de obrigações e a realização de outras operações no domínio dos mercados monetário e financeiro directamente relacionados com a sua actividade;
- a celebração de contratos de desenvolvimento ou de contratos-programa no domínio habitacional;
- a participação em sociedades, fundos de investimento imobiliário, consórcios ou outras formas de associação que tenham como objecto a promoção habitacional, a construção, reconstrução e reabilitação habitacional ou a urbanização, ou ainda a gestão de património habitacional de interesse social;
- a gestão de programas específicos que lhe estejam cometidos, particularmente no domínio do apoio ao arrendamento;
- a gestão e acompanhamento financeiro das candidaturas ao programa Incentivo ao Arrendamento Jovem.

No domínio da administração habitacional:

- a promoção de inquéritos e a realização de estudos destinados a manter actualizado o conhecimento dos problemas habitacionais;
- o estudo de soluções e normas técnico-económicas mais adequadas à prossecução da política de habitação;
- a avaliação dos custos do Estado e do sector público na execução da política geral de habitação;
- o acompanhamento da execução dos projectos habitacionais de interesse social financiados ou subsidiados pelo Instituto;
- o apoio à investigação no domínio da habitação, propondo normas e regulamentos relativos a edifícios habitacionais, em articulação com organismos de investigação;
- a dinamização dos planos de habitação promovidos e apoiados pelo sector público;

Handwritten notes:
h
m
H
H

- a recolha, tratamento e divulgação de informação técnica no domínio da gestão e conservação de parques habitacionais;
- a certificação legal de projectos e habitações de interesse social;
- a formação, a informação e o apoio técnico dos promotores de habitação.

No domínio da gestão habitacional:

- a aquisição, urbanização e alienação de terrenos, habitações ou edifícios destinados à promoção de habitações de interesse social ou a instalações de interesse público;
- a decisão da utilização a dar aos terrenos, habitações, edifícios e equipamentos integrados no seu património, atribuindo-os em propriedade ou arrendamento;
- a conservação do seu património habitacional e respectivos equipamentos;
- a adopção de medidas que visem a uniformização da gestão do parque habitacional do Estado.

No final de 2006, o Instituto possui um capital de 79.103.038 euros, subscrito pelo Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro (42,7%), pela Caixa Geral de Depósitos (52,5%) e pela Parpública (4,8%).

h

m
t

1.1. ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DIRECTIVO

Presidente

Eng.º José Teixeira Monteiro

Vogais Executivos

Dr. Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga

Dr.ª Maria Mafalda da Câmara Manuel Reynolds

Dr.ª Maria João Lopes Freitas

Vogal não Executivo

Dr. José Raposo Ferreira,
em representação da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

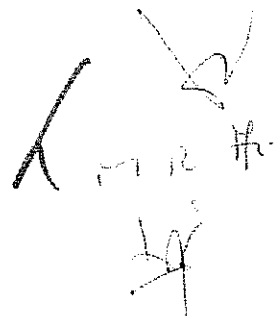
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Presidente

Dr. Afonso Henriques Machado de Vilhena

Vogal

Ascensão, Gomes, Cruz & Associado – SROC,
representada por Dr. Mário João de Matos Gomes, ROC



1.2. ÓRGÃOS OPERACIONAIS E DE ESTRUTURA

DIRECÇÃO DE CRÉDITO DO NORTE

Director – Eng.º Defensor Fernando Gomes de Castro

Director do Departamento de Controlo Técnico do Norte

Eng.ª Maria Gabriela Mariz Navarro de Castro

DIRECÇÃO DE CRÉDITO DO SUL

Director - Dr. Jorge Morgado Ferreira

Director do Departamento de Controlo Técnico do Sul

Eng.º Paulo Jorge Alves dos Reis

Director do Departamento de Arquitectura

Arq.º Vasco Manuel Amorim de Oliveira Folha

DIRECÇÃO DE APOIO TÉCNICO

Director do Departamento de Incentivos ao Arrendamento

Eng.º Agostinho Paiva Gomes

Director do Departamento de Estudos e Apoio Técnico

Dr.ª Maria Emília Martins

DIRECÇÃO DE GESTÃO DE SOLOS

Director – Eng.ª Maria Paula de Almeida Pereira

Director do Departamento de Urbanização

Arq.º Fernando Santana Rego

Director do Departamento de Solos

Eng.º Angenor Esteves Afonso



h
miz
#

DIRECÇÃO FINANCEIRA

Director - Dr. Henrique Daniel Dias Pinto Ferreira

Director do Departamento de Orçamento e Controlo de Gestão

Dr. Fernando Rui Carvalho Pereira

Director do Departamento de Operações

Dr.ª Lúcia da Conceição Ferreira de Sousa

Director do Departamento de Contabilidade

António Joaquim Gonçalves Pereira da Silva

Director do Departamento de Gestão Financeira

Dr.ª Maria Manuel Alves Pimentel Grácio

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA

Director - Dr.ª Isabel Sá Costa

DIRECÇÃO JURÍDICA

Director – Dr.ª Isabel Maria Martins Dias

DIRECÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Director – Eng.º Hermano Manuel da Silveira Vicente

DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Director – Arq.º Vitor Manuel Reis

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS E IMAGEM

Director – Dr.ª Maria Teresa Ribeiro Machado Silveira

EQUIPAS EXECUTIVAS LOCAIS DO PROJECTO APOIO A REGIÕES SOCIALMENTE DEPRIMIDAS

Gestor da Equipa de Alagoas – Arq.º Fernando Morais Soares Freitas Seara Sampaio

Gestor da Equipa de Rabo de Peixe – Dr.ª Maria da Piedade Lima Landa Martins Mano

2. ACTIVIDADE DO INH

Handwritten notes:
h
MIR
H.
A

2. ACTIVIDADE DO INH

2.1. Resenha da Actividade de 2006 e Painel de Indicadores

O Instituto Nacional de Habitação tem centrada a sua actividade no financiamento e desenvolvimento do mercado da Habitação a Custos Controlados (HCC), acção que leva a cabo de forma articulada com a gestão e a dinamização dos Programas de Realojamento e Reabilitação Habitacional financiados com recursos inscritos no PIDDAC, provenientes do Orçamento do Estado, do III Quadro Comunitário de Apoio e da EFTA.

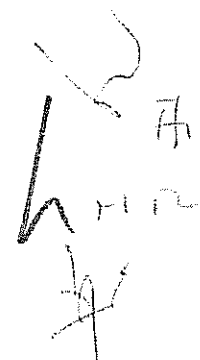
A Habitação a Custos Controlados (HCC) desempenha um papel relevante na promoção habitacional orientada para a resolução de carências habitacionais de famílias de mais baixos rendimentos, para o qual o mercado livre não se mostra particularmente vocacionado e eficaz.

No período de 2001-2006 foram lançados neste segmento do mercado habitacional 27.590 fogos. Nos últimos anos, porém, a média anual de fogos concluídos e lançados no mercado sofreu uma grande quebra em consequência da crise económica dos últimos anos, tendo passado de uma média anual superior a 8 mil fogos no início do milénio, para um valor já abaixo dos 3 mil fogos em 2006.

O exercício económico de 2006 continuou ainda marcado pela envolvente macroeconómica pouco favorável ao investimento no segmento da habitação a custos controlados. A acrescer a estas dificuldades, as necessidades nacionais de consolidação orçamental têm também vindo a condicionar o normal desenvolvimento dos projectos de realojamento populacional e reabilitação habitacional apoiados pelo Estado, afectando, de uma forma geral, o desenvolvimento do mercado de HCC.

O Instituto tinha inscrito no seu Plano de Actividades para o exercício de 2006, objectivos nas seguintes áreas prioritárias de intervenção:

- Reabilitação do Parque Habitacional Privado;
- Parque de Arrendamento Público



- Habitação de Custos Controlados para Venda
- Mercado de Solos Urbanizáveis
- Mercado de Habitação de Custos Controlados
- Incentivo ao Arrendamento Jovem
- Construção, Aquisição e Reabilitação de Habitações em Situação de Emergência
- Regiões Socialmente Deprimidas
- Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos
- Estudos, Apoio Técnico e Informação a agentes do sector
- Actividades Institucionais de apoio ao Governo
- Sistema de Gestão Estratégica e de Recursos Humanos

Em todas as áreas mencionadas, tomou o Instituto medidas e desenvolveu acções em 2006, tendo ainda desenvolvido projectos noutras áreas não previstas inicialmente, como sejam a preparação da criação e instalação do IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, e o reforço da cooperação internacional com organismos congéneres. O presente Relatório aborda a actuação do Instituto em cada uma das referidas áreas.

Em jeito de balanço numa perspectiva geral, salientam-se resumidamente os seguintes aspectos:

=> foram aprovados investimentos, em 2006, que ascenderam a 241,4 milhões de euros, dos quais 173,6 milhões de euros financiados por instituições financeiras (INH e outras instituições de crédito autorizadas para o efeito) e 67,8 milhões de euros de auto financiamentos dos promotores, para a promoção de 4.234 fogos. Das operações aprovadas, foram contratadas operações correspondentes a 121,8 milhões de euros, dizendo respeito a 3.890 fogos.



Quadro I

Financiamento de Habitação a Custos Controlados e dos Programas de Realojamento e Reabilitação Habitacional em 2006 ⁽¹⁾

Unid: Milhares de Euros

	Aprovação de Financiamentos	Contratação de Financiamentos
Promoção de Habitação a Custos Controlados	136.003	93.691
Empréstimos ⁽²⁾	136.003	93.691
Programas de Realojamento	98.510	21.391
Comparticipações do Estado	26.551	16.473
Empréstimos ⁽²⁾	71.959	4.918
Programas de Reabilitação Habitacional ⁽³⁾	6.474	6.297
Comparticipações do Estado	3.619	3.796
Empréstimos ⁽⁴⁾	2.855	2.501
Situações de Emergência	378	378
Comparticipações do Estado	378	378
Total dos Financiamentos	241.365	121.757
Total de Fogos ⁽⁵⁾	4.234	3.890

NOTAS:

- (1) Não se incluem neste quadro os financiamentos a Regiões Socialmente Deprimidas por este programa não se enquadrar nos parâmetros definidos para o quadro.
- (2) Compreende os financiamentos do INH e das OIC's, bonificados e não bonificados.
- (3) Inclui os programas SOLARH, RECRIA, REHABITA e RECRIPH.
- (4) Inclui empréstimos do INH e empréstimos do Estado ao SOLARH.
- (5) Uma vez que as contratações de participações e de empréstimos ocorrem em momentos diferentes, optou-se por contabilizar os fogos na data do contrato de participação.

=> ficaram concluídos 60 empreendimentos financiados em regime de HCC, correspondendo ao lançamento no mercado de 2.497 fogos;

=> foram libertados fundos no valor de 99,4 milhões de euros destinados ao financiamento de empreendimentos de Habitação a Custos Controlados, acções de Reabilitação e empréstimos de longo prazo;

=> ainda no plano financeiro, foram libertados fundos no valor de 33,9 milhões de euros destinados aos Programas de Realojamento e Reabilitação Habitacional, a título de participações provenientes do Capítulo 50º do Orçamento do Estado.

H.
 m.12
 [Handwritten signature]

Quadro II

PIDDAC - Utilização de Apoios Financeiros do Estado em 2006

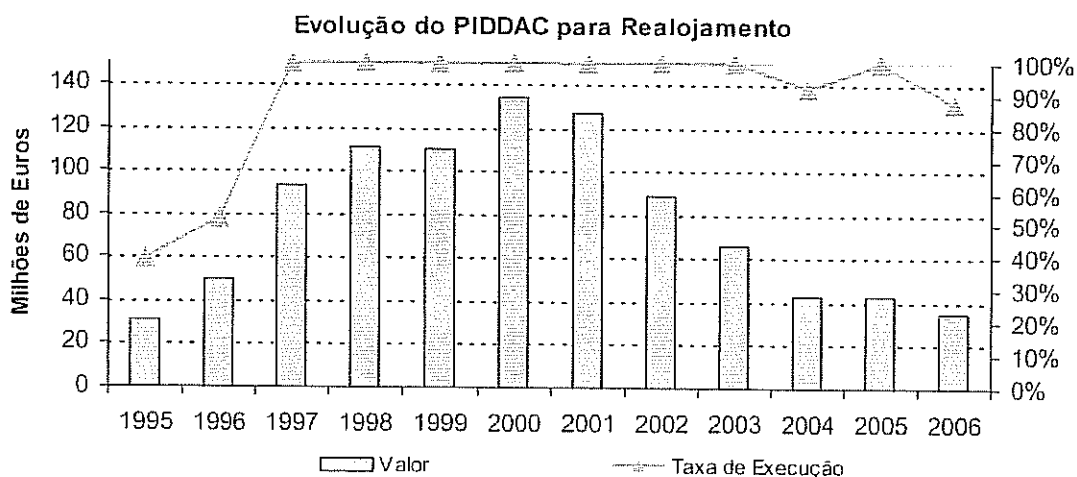
Unid: Milhares de Euros

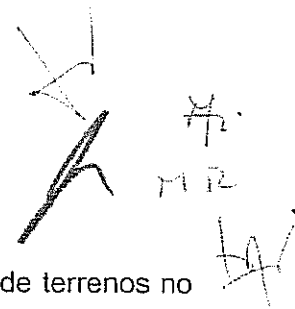
PIDDAC	Utilização de Participações	Execução Orçamental
Realojamento	28.252	100%
Reabilitação	5.416	100%
Apoio a Regiões Socialmente Deprimidas	220	100%
TOTAL:	33.888	100%

Nota: Este quadro respeita unicamente a Fundos Nacionais inscritos no PIDDAC.

=> foram ainda realizados pagamentos com recurso a outras fontes de financiamento, nomeadamente recursos da EFTA, da União Europeia e de reembolsos de empréstimos do Programa SOLARH, destinados aos Projectos de Realojamento, Reabilitação Urbana e Apoio a Regiões Socialmente Deprimidas. Estes pagamentos ascenderam a cerca de 0,9 milhões de euros.

=> as taxas de execução financeira dos projectos inscritos no PIDDAC continuam a ser elevadas, em consequência da criteriosa gestão dos recursos financeiros postos à disposição destes projectos, mas também do menor volume de verbas disponibilizadas para os mesmos. A menor execução alcançada em 2006, na ordem dos 87,7%, resulta de uma menos bem sucedida execução financeira das verbas provenientes da EFTA, que afectou os Projectos "Apoio a Regiões Socialmente Deprimidas" e "Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos".





=> No mercado de solos o INH celebrou contratos promessa de venda de terrenos no valor 2,6 milhões de euros, destinados ao desenvolvimento de 228 fogos. Ainda neste âmbito o Instituto procedeu, em 2006, à celebração de diversos contratos de permuta, de expropriação e de comodato, tendo em vista a estabilização e o desenvolvimento do mercado de solos urbanizáveis.

=> no mercado de HCC, a intervenção mais significativa do INH ocorreu nos anos de 2004 e 2005 quando, no âmbito do Decreto-Lei nº 159/2003, de 18 de Julho, adquiriu mais de dois mil fogos destinados ao realojamento populacional, em substituição dos Municípios a quem foram vedadas operações de agravamento dos respectivos passivos. Concluída esta intervenção, foram, em 2006, vendidos 1.386 fogos então adquiridos.

=> foram aprovadas mais de 23 mil candidaturas ao abrigo do programa IAJ – Incentivos ao Arrendamento Jovem, e concedidos 63,2 milhões de euros de subsídios.

=> no domínio da administração habitacional, o INH emitiu certificações a empreendimentos promovidos por Cooperativas envolvendo 115 fogos, no valor de 8,2 milhões de euros, para efeitos de concessão de benefícios fiscais previstos em sede do Estatuto Fiscal Cooperativo.

=> ainda no domínio da certificação, foram emitidas certificações de Habitação a Custos Controlados a 153 fogos promovidos por Empresas, correspondendo a financiamentos no valor de 7,1 milhões de euros.

=> o Instituto Nacional de Habitação organizou em 2006, tal como usualmente, os tradicionais Prémio INH e Prémio RECRUA, eventos que destacaram aqueles que, durante o ano, melhor interpretaram o espírito da instituição HCC, contribuindo com os seus empreendimentos para a sua dignificação e divulgação (Prémio INH) e os melhores projectos e obras que, no estrito respeito pela individualidade e pensar dos destinatários, contribuíram para a reabilitação e restauro do parque habitacional degradado (Prémio RECRUA).



Handwritten notes:
7h.
m.a.
[initials]

=> no plano externo, o Instituto participou em vários Congressos e Simpósios organizados por instituições internacionais, dedicados a temas de desenvolvimento urbano e sustentabilidade do sector da habitação e construção.

=> internamente organizou, por iniciativa própria e, nalguns casos, em associação com outras entidades, mais de uma dezena de encontros subordinados a temas técnicos de interesse para os agentes intervenientes no sector ou a temas de relevo para a administração habitacional do país.

=> o Instituto esteve ainda presente em vários certames dedicados ao sector imobiliário, promovendo a marca INH e divulgando informação actualizada sobre o sector da habitação e construção.

=> foram igualmente desenvolvidos esforços, em 2006, no sentido da modernização do sistema de informação e gestão da actividade financeira, assim como foram lançadas acções de promoção e desenvolvimento estratégico dos recursos humanos e de consolidação das práticas de organização e gestão requeridas pelo sistema de contabilidade pública.

=> foram, por fim, promovidos vários estudos com vista a preparar a criação, organização e a implementação do futuro Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

O resultado económico do Instituto Nacional de Habitação, em 2006, cifrou-se em 7,2 milhões de euros e o seu Património ascendeu a 251,1 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006. O Activo Líquido total decresceu 3,8% entre 2005 e 2006, em consequência da alienação de fogos que tinham sido adquiridos ao abrigo de Decreto-lei nº 159/2003, situando-se no final deste ano em 455 milhões de euros.



PAINEL DE INDICADORES

Unid: Milhares de Euros

ACTIVIDADE DE CRÉDITO	2004	2005	2006	VARIAÇÃO 06/05
<u>APROVAÇÃO DE FINANCIAMENTOS</u>				
Crédito do INH (HCC + Reabilitação + Realojamento)				
Fogos ⁽¹⁾	2.513	1.987	3.707	87%
Financiamento ⁽²⁾	127.143	104.754	186.291	78%
PIDDAC - Participações do Estado (Realojamento e Situações de Emergência)				
Fogos ⁽¹⁾⁽³⁾	1.315	1.742	1.421	-18%
Financiamento	67.792	30.251	26.928	-11%
PIDDAC - Reabilitação Habitacional ⁽⁴⁾				
Nº de Processos ⁽⁵⁾	1.338	1.082	574	-47%
Financiamento	8.027	8.336	4.765	-43%
Financiamentos de Outras Instituições (Realojamento + HCC)				
Fogos ⁽¹⁾	1.226	2.578	1.959	-24%
Financiamento ⁽²⁾	32.623	89.486	22.169	-75%
<u>CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTOS</u>				
Crédito do INH (HCC + Reabilitação + Realojamento)				
Fogos ⁽¹⁾	2.380	1.994	1.812	-9%
Financiamento	118.277	110.212	97.692	-11%
PIDDAC - Participações do Estado (Realojamento e Situações de Emergência)				
Fogos ⁽¹⁾⁽³⁾	717	1.719	1.584	-8%
Financiamento	52.782	42.990	16.851	-61%
PIDDAC - Reabilitação Habitacional ⁽⁴⁾				
Nº de Processos ⁽⁵⁾	1.021	845	583	-31%
Financiamento	6.255	6.779	5.089	-25%
<u>UTILIZAÇÕES DE CRÉDITO</u>	126.658	109.130	99.445	-9%
Fogos financiados	5.912	7.197	4.142	-42%
Fogos em curso em 31 de Dezembro	4.305	4.134	2.956	-28%
<u>REEMBOLSOS DE CAPITAL</u>	118.151	120.156	79.883	-34%
<u>SALDO DO CRÉDITO CONCEDIDO</u>	295.922	275.756	294.375	7%
<u>SALDO DO CRÉDITO VENCIDO</u>	21.448	14.601	14.275	-2%
<u>% CRÉDITO VENCIDO/CRÉDITO CONCEDIDO</u>	7%	5%	5%	-8%
<u>PIDDAC - Utilizações de Participações ^{(6) (7)}</u>	59.502	65.442	34.796	-47%
<u>PIDDAC - Informação de Outra Ordem</u>				
Realojamento - Fogos financiados	3.675	4.426	3.175	-28%
Realojamento - Fogos em curso em 31 de Dezembro	2.261	3.161	5.646	79%
Reabilitação - Nº de Processos Financiados	n.d.	n.d.	166	-
Reabilitação - Nº de Processos em curso em 31 Dez	n.d.	n.d.	113	-
<u>COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS</u>				
Crédito por utilizar	76.363	69.374	50.700	-27%
Financiamento a aguardar contrato	59.571	20.784	66.219	219%
Acordos de Colaboração e Adesão	866.790	746.571	854.434	14%

(1) O número total de fogos aprovados ou contratados não é directamente obtido pela adição dos fogos financiados pelo INH e pelo PIDDAC, atendendo a que há fogos simultaneamente financiados por ambos.

(2) Inclui financiamentos à construção e à aquisição e infra-estruturação de terrenos.

(3) Inclui o financiamento pelo Programa Situações Emergência em 2005. Em 2005 contempla 19 e 16 fogos (aprovações e participações, respectivamente) e em 2006 contempla 39 fogos aprovados e contratados.

(4) Para além do SOLARH, que o Estado financia através de empréstimos, a Reabilitação Habitacional passou a integrar os programas RECREIA, REHABITA e RECRIPH, que o Estado comparticipa através do PIDDAC.

(5) A partir de 2004, inclusive, este indicador refere-se ao número de fracções.

(6) Respeita a várias fontes de financiamento (QCA III, OE, EFTA, Reembolsos e fundos INH)

(7) Respeita aos Programas Realojamento, Reabilitação e Situações de Emergência



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large 'X' and some illegible text.

PAINEL DE INDICADORES

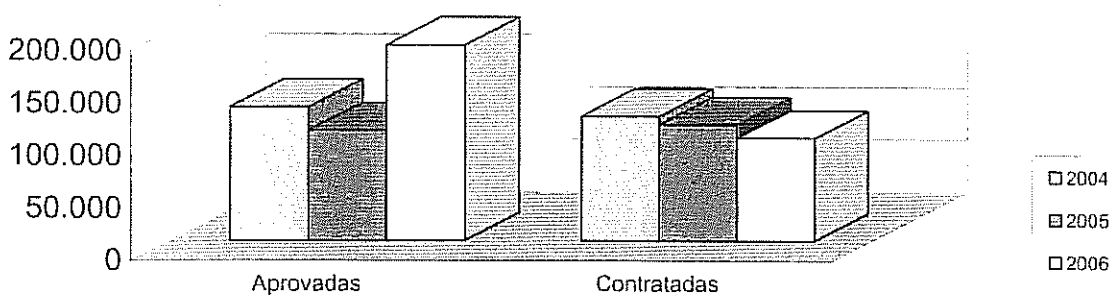
Unid: Milhares de Euros

AGREGADOS FINANCEIROS	2004	2005	2006	VARIAÇÃO 06/05
ACTIVO LÍQUIDO	471.021	473.174	454.968	-4%
PASSIVO	226.270	226.989	203.895	-10%
FUNDOS PRÓPRIOS	244.751	246.185	251.073	2%
CAPITAIS PERMANENTES	398.073	410.146	407.651	-1%
FLUXOS FINANCEIROS	2004	2005	2006	VARIAÇÃO 06/05
MARGEM FINANCEIRA	10.363	10.772	9.476	-12%
CUSTOS DE FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA	11.459	10.561	11.293	7%
CASH FLOW DO EXERCÍCIO	17.136	1.453	3.903	169%
RESULTADOS DO EXERCÍCIO	10.428	6.583	7.247	10%
<i>por actividade:</i>				
Concessão de Crédito	17.307	13.689	11.339	-17%
Gestão de Programas Habitacionais do Estado	-3.742	-2.525	-3.668	-45%
Prestação de Serviços e Aluguer de Património	-488	-211	-583	-176%
Gestão do Programa IAJ	-889	-1.303	-1.383	-6%
Alienação de Terrenos e Fogos	-1.760	-2.003	4.689	134%
Outras	-	-1.064	-3.059	-

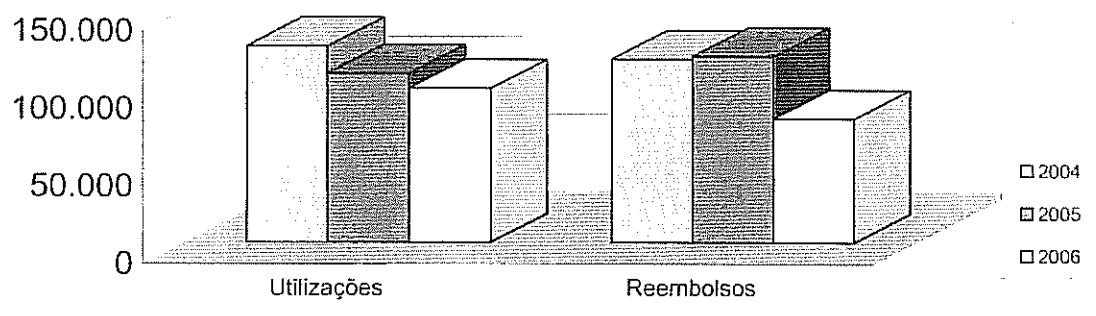
RÁCIOS (%)	2004	2005	2006
Estrutura Financeira			
Crédito concedido (líquido de provisões) / Activo líquido	53%	51%	54%
Fundos próprios / Activo líquido	52%	52%	55%
Rácio de Solvabilidade	108%	108%	123%
Rendibilidade			
Resultado Líquido / Activo líquido	2,2%	1,4%	1,6%
Resultado Líquido / Fundos próprios	4,3%	2,7%	2,9%
Cobertura de Riscos			
Provisões para Crédito/Crédito bruto sobre clientes	15%	12%	16%

[Handwritten signature and initials]

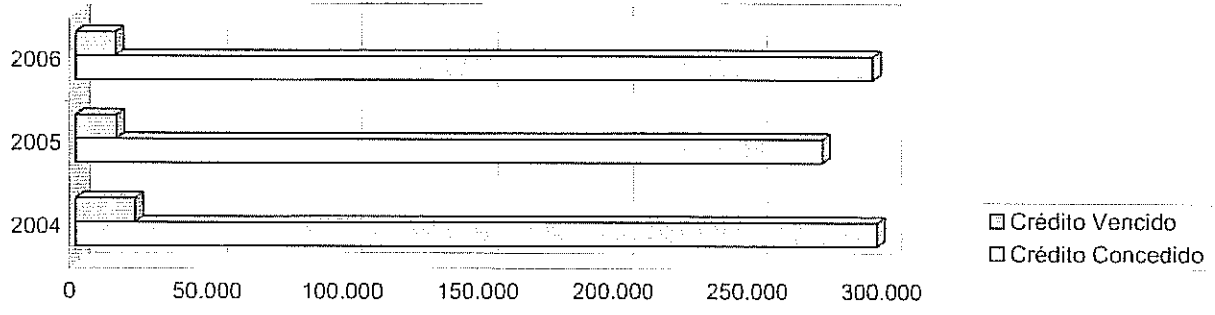
Operações de Crédito



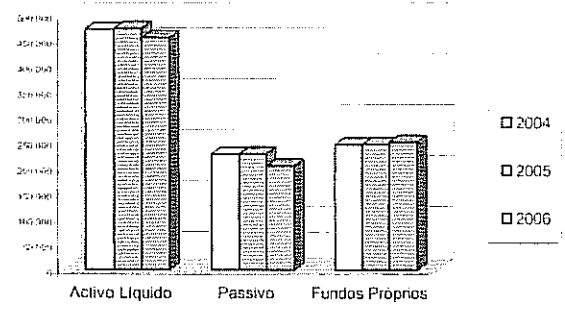
Fluxos de Capital



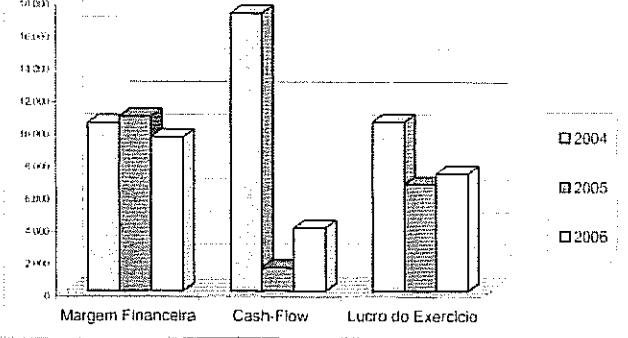
Crédito Concedido e Crédito Vencido



Agregados Financeiros



Fluxos Financeiros





2.2. Actividade Financeira

2.2.1. Financiamento à Reabilitação do Parque Habitacional Privado

Financiar, promover e dinamizar o mercado de reabilitação habitacional através da expansão e divulgação das linhas de financiamento que o apoiam, apoiar financeiramente Sociedades de Reabilitação Urbana e assegurar a integral execução financeira do Projecto Reabilitação da Medida 2 – Habitação e Realojamento, do Programa 18 – Desenvolvimento Local, Urbano e Regional do PIDDAC, foram preocupações a que o Instituto deu particular atenção no exercício de 2006.

Entre os instrumentos de actuação de que o Instituto dispõe para levar a cabo a sua missão incluem-se o SOLARH – criado pelo Decreto-Lei nº 39/2001, de 9 de Fevereiro; o RECRUA – criado pelo Decreto-Lei nº329-C/2000, de 22 de Dezembro; o REHABITA – criado pelo Decreto-Lei nº105/96, de 31 de Julho, e o RECRIPH – criado pelo Decreto-Lei nº106/96, de 31 de Julho.

No âmbito destes diplomas, os financiamentos concedidos em 2006 para a reabilitação do parque habitacional privado permitiu intervir sobre quase 583 fogos e mobilizou financiamentos na ordem de 6,3 milhões de euros, dos quais 5,1 milhões financiados por recursos do Estado provenientes do PIDDAC. Este montante de financiamentos inclui intervenções feitas em áreas comuns de 207 condomínios, no valor de 187 mil euros.

Quadro III Projecto Reabilitação - Aprovação de Financiamentos

Unid: N.º fogos / Milhares de Euros

Projecto de Reabilitação	2004		2005		2006	
	Fracções	Valor	Fracções	Valor	Fracções	Valor
Aprovações						
Comparticipações(1)	1.338	8.027	1.082	8.336	574	4.765
Empréstimos	26	332	109	1.120	53	1.709
Capitais Próprios	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	355	5.404
Total do Investimento	1.338	8.359	1.082	9.456	574	11.878
Contratações						
Comparticipações(1)	1.021	6.255	845	6.779	583	5.089
Empréstimos	24	228	114	968	59	1.208
Total	1.021	6.483	845	7.747	583	6.297

(1) No caso do SOLARH, os valores dizem respeito a empréstimos não onerosos (taxa de juro nula).



[Handwritten signature and date]
17/12/06

Dos financiamentos concedidos com recursos do Estado, o Conselho Directivo do INH aprovou em 2006, ao abrigo do SOLARH, empréstimos para a recuperação de 117 fracções habitacionais, no valor de 1,1 milhões de euros, e contratou 1,3 milhões de euros, destinados à reabilitação de 128 habitações.

Foram ainda aprovadas comparticipações no valor de 3,6 milhões de euros destinados à reabilitação de prédios urbanos, ao abrigo dos Programas RECRIA, REHABITA e RECRIPH, contemplando 457 fracções e intervenções em 181 condomínios habitacionais. O valor contratado ascendeu a 3,8 milhões de euros, beneficiando 455 fracções e 207 condomínios.

Quadro IV
Aprovação e Contratação de Comparticipações do Estado aos Programas de Reabilitação

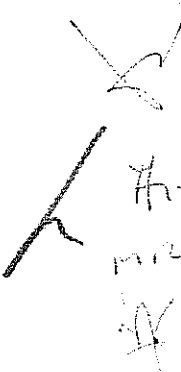
Unid: N.º processos / Milhares de Euros

Projecto de Reabilitação	2004		2005		2006	
	Fracções	Valor	Fracções	Valor	Fracções	Valor
Aprovação de Comparticipações	1.338	8.027	1.082	8.336	574	4.765
SOLARH (**)	201	2.254	140	1.531	117	1.146
RECRIA	827	4.292	684	4.177	368	2.668
REHABITA	116	1.159	258	2.355	89	858
RECRIPH	194	322	(*)	273	(*)	93
Contratação de Comparticipações	1.021	6.255	845	6.779	583	5.089
SOLARH (**)	202	2.226	145	1.618	128	1.293
RECRIA	606	2.796	595	4.111	346	2.850
REHABITA	96	948	105	925	109	759
RECRIPH	117	285	(*)	125	(*)	187

(*) Por alteração de critérios em 2005, achou-se conveniente não especificar os fogos RECRIPH, uma vez que este programa se destina exclusivamente às partes comuns e não a intervenções no interior dos fogos.

(**) No caso do SOLARH, os valores dizem respeito a empréstimos não onerosos (taxa de juros nula).

O investimento efectivamente realizado em 2006 com recurso a fundos públicos, consta do quadro seguinte.



Quadro V
Utilização de Participações do Estado aos Programas de Reabilitação

Unid: *Milhares de Euros*

PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO	2004	2005	2006
Utilização de Financiamentos	6.096	7.412	6.240
SOLARH (*)	2.552	1.791	1.515
RECRIA/REHABITA/RECRIPH	3.544	5.621	4.725

(*) No caso do SOLARH, tratam-se de Empréstimos Bonificados. Em 2006, as utilizações do SOLARH foram cobertas, em 874 mil euros, por reembolsos de empréstimos concedidos a beneficiários do Programa.

A execução do orçamental dos investimentos realizados no Projecto Reabilitação do PIDDAC alcançou os 100%.

2.2.2. Financiamento ao Parque de Arrendamento Público

O Instituto Nacional de Habitação tem vindo, desde 1997, a gerir os recursos financeiros inscritos no PIDDAC destinados à constituição de um Parque de Arrendamento Público para o realojamento populacional.

Dar continuidade ao financiamento do Parque de Arrendamento Público executando integralmente os investimentos programados para o Projecto Realojamento da Medida 2 – Habitação e Realojamento, do Programa 18 – Desenvolvimento Local, Urbano e Regional do PIDDAC, foi outro dos objectivos do Conselho Directivo em 2006.

Os Programas de Realojamento Populacional - o PER Autarquias, instituído pelo Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de Maio, o PER Famílias, instituído pelo Decreto-Lei nº 79/96, de 20 de Junho e os Programas Municipais de Realojamento, instituídos pelo Decreto-Lei nº 226/87, de 6 de Junho, ambos revogados pelo Decreto-Lei nº 135/2004, de 3 de Junho (Programa PROHABITA) -, destinam-se a eliminar progressivamente as más condições de habitação em que importantes grupos populacionais vivem, realojando-os em habitações de tipologia e renda adequadas à composição e rendimentos do agregado familiar e criando as condições necessárias ao seu desenvolvimento social – em particular no que diz respeito



[Handwritten signature and initials]

ao acesso à educação e ao emprego. O PER Autarquias encontra-se na sua fase final de execução e a experiência acumulada indica que tem vindo a contribuir para a progressiva reinserção na sociedade de grupos marginalizados, constituindo um factor determinante no combate à exclusão social.

A aprovação de investimentos no Parque de Arrendamento Público destinados ao realojamento atingiu 62,0 milhões de euros, valor que contempla participações do Estado no montante de 26,6 milhões de euros; empréstimos bonificados no valor de 31,0 milhões de euros e 4,4 milhões de euros de fundos dos promotores, para a construção/aquisição/reabilitação de 1.382 fogos.

Dos 1.382 fogos aprovados, destinados a cobrir necessidades do Parque de Arrendamento Público, 40% irão ser adquiridos, 30% serão reabilitados, 25% irão ser construídos de raiz e 5% irão ser tomados de arrendamento.

Quadro VI
Projecto Realojamento - Aprovação de Financiamentos

Unid: N.º fogos / Milhares de Euros

Programas de Realojamento	2004		2005		2006	
	Fogos	Valor	Fogos	Valor	Fogos	Valor
Comparticipações ⁽¹⁾	1.315	30.142	1.723	30.051	1.382	26.551
Empréstimos	1.194	27.434	1.693	29.549	2.349	30.987
Capitais Próprios	n.d.	n.d.	1.088	11.492	766	4.428
Total do Investimento	1.315	n.d.	1.723	71.092	1.382	61.966

(1) Os valores do ano de 2004 não incluem 37,7 milhões de euros de aprovações destinadas à Medida das Intempéries nos Açores.

Por sua vez, o valor dos contratos de financiamento celebrados para o Parque de Arrendamento Público quedou-se em 21,4 milhões de euros, envolvendo a aquisição/edificação/reabilitação de 1.545 fogos.

[Handwritten marks and signatures]

Quadro VII
Projecto Realojamento - Contratação de Financiamentos

Unid: N.º fogos / Milhares de Euros

Programas de Realojamento	2004		2005		2006	
	Fogos	Valor	Fogos	Valor	Fogos	Valor
Comparticipações ⁽¹⁾	717	15.132	1.703	42.816	1.545	16.473
Empréstimos	674	15.435	584	15.452	193	4.918
Total Contratado⁽²⁾	717	30.567	n.d	n.d.	1.545	21.391

- (1) Uma vez que as contratações de participações e de empréstimos ocorrem em momentos diferentes, optou-se por considerar no total de fogos, os contratados à data da participação.
- (2) Não é possível estabelecer analogia com o quadro antecedente, uma vez que não se encontra disponível o montante de capitais próprios envolvido.
- (3) Os valores do ano de 2004 não incluem 37,7 milhões de euros de contratações destinadas à Medida das Intempéries nos Açores.

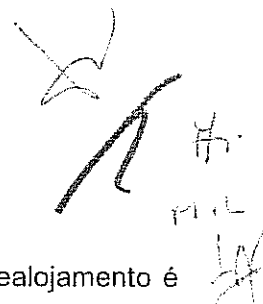
Em 2006, o Projecto Realojamento absorveu 23,8 milhões de euros de participações em fundos nacionais, correspondendo a uma realização orçamental de 100%. Para além das verbas nacionais provenientes do Cap. 50º, as operações de financiamento concedidas no âmbito do PER Autarquias beneficiaram de 7,2 mil euros de transferências da União Europeia, inscritas no IIIº Quadro Comunitário de Apoio, as quais se destinam à aquisição, infra-estruturação e beneficiação paisagística dos terrenos onde os fogos foram desenvolvidos, dotando os empreendimentos de uma melhor qualidade urbana e proporcionando uma melhor integração das famílias realojadas em articulação com as populações residentes na zona.

Quadro VIII
Projecto Realojamento - Utilização de Fundos Nacionais e Comunitários

Unid: Milhares de Euros

Programas de Realojamento	2004	2005	2006	Execução Orçamental
Utilização de Participações O.E.(1)	34.548	42.079	23.845	100,0%
Utilização IIIºQCA	1.858	623	7	2,0%
Total	36.406	42.702	23.852	98,0%

- (1) Os valores das utilizações de participações não incluem 17,0; 14,4 e 4,4 milhões de euros relativas às Intempéries nos Açores nos anos de 2004 a 2006, respectivamente.



A redução, em valor absoluto, dos investimentos executados no Projecto Realojamento é reflexo das actuais restrições orçamentais decorrentes da situação financeira do Estado e dos compromissos políticos assumidos perante a Comunidade Europeia, através do Programa de Estabilidade e Crescimento.

2.2.2.1. Programa Especial de Realojamento

A reorientação da política de habitação do Governo, priorizando a reabilitação, introduziu a possibilidade de o realojamento de famílias no âmbito deste Programa poder ser feito em fracções habitacionais reabilitadas, na revisão feita à legislação do PER através do D.L. nº 271/2003. Para além disso, foi ainda dada possibilidade às entidades cooperativas de participarem no Programa PER.

O PER – Programa Especial de Realojamento, está já numa fase final de execução, sendo, por tal facto, cada vez menores os recursos financeiros afectos pelo PIDDAC a este Programa. Em 2006 mantiveram-se sensivelmente os valores e o número de fogos das aprovações registadas em 2005.

Quadro IX
Programa Especial de Realojamento - Aprovação de Financiamentos

Unid: N.º fogos / Milhares de Euros

Programa Especial de Realojamento	2004		2005		2006	
	Fogos	Valor	Fogos	Valor	Fogos	Valor
Aprovação de Comparticipações	691	14.222	289	8.108	242	7.294
PER Autarquias	618	12.508	229	6.717	215	6.657
PER-Famílias	73	1.714	60	1.391	27	637
Aprovação de Empréstimos	681	14.236	279	7.876	234	7.197
PER Autarquias	618	12.864	229	6.717	214	6.635
PER-Famílias	63	1.372	50	1.159	20	562
Total dos Financiamentos Aprovados	691	28.459	289	15.984	242	14.491
PER Autarquias	618	25.373	229	13.434	215	13.292
PER-Famílias	73	3.086	60	2.550	27	1.199

A contratação de financiamentos apresenta, porém, uma quebra significativa de 2005 para 2006. Esta evolução está directamente relacionada, por um lado, com o limite de endividamento a que os Municípios estão sujeitos e, por outro lado, com as restrições orçamentais verificadas nos fundos do PIDDAC.



[Handwritten signature and initials]

Quadro X
Programa Especial de Realojamento - Contratação de Financiamentos

Unid: N.º fogos / Milhares de Euros

Programa Especial de Realojamento	2004		2005		2006	
	Fogos	Valor	Fogos	Valor	Fogos	Valor
Contratação de Comparticipações ⁽¹⁾	271	4.078	558	16.034	92	2.222
PER Autarquias	196	2.344	505	14.866	62	1.517
PER-Famílias	75	1.734	53	1.168	30	705
Contratação de Empréstimos	357	7.528	196	4.697	54	1.289
PER Autarquias	290	6.138	151	3.712	44	1.058
PER-Famílias	67	1.390	45	985	10	231
Total dos Financiamentos Contratados	271	11.606	558	20.731	92	3.511
PER Autarquias	196	8.482	505	18.578	62	2.575
PER-Famílias	75	3.124	53	2.153	30	936

(1) Uma vez que as contratações de comparticipações e de empréstimos ocorrem em momentos diferentes, optou-se por considerar no total de fogos, os contratados à data da comparticipação.

2.2.2.2. PROHABITA e Acordos de Colaboração

A linha de financiamento PROHABITA, instituída pelo D.L. 135/2004, veio englobar os antigos Programas Municipais de Realojamento, instituídos pelo D.L. nº 226/87, de 6 de Junho, aplicáveis a todos os municípios do país.

O PROHABITA insere-se no esforço governamental de dar ocupação ao parque habitacional devoluto, apelando à reabilitação destes fogos. Para além de alargar o leque de beneficiários e de permitir o realojamento em fogos recuperados, o PROHABITA estende a sua acção também ao arrendamento, apelando a que as entidades beneficiárias dos financiamentos procedam ao realojamento e à integração social dos futuros locatários, através do arrendamento das casas, ficando estes a pagar rendas compatíveis com os seus rendimentos familiares.

Em 2006, foram aprovados financiamentos para reabilitação/construção de 1.140 fogos, no valor de 43,0 milhões de euros, ao abrigo do PROHABITA e dos antigos Programas de Realojamento Municipais.



Handwritten signature and initials

Quadro XI
PROHABITA e Acordos de Colaboração - Aprovação de Financiamentos

Unid: N.º fogos / Milhares de Euros

Prohabita e Acordos de Colaboração	2004		2005		2006	
	Fogos	Valor	Fogos	Valor	Fogos	Valor
Aprovação de Comparticipações	624	15.920	1.434	21.943	1.140	19.256
Prohabita	n.d.	n.d.	811	7.843	799	10.104
Programas Municipais de Realojamento	624	15.920	623	14.100	341	9.152
Aprovação de Empréstimos	513	13.197	1.414	21.673	2.115	23.790
Prohabita	n.d.	n.d.	801	7.465	1.759	13.085
Programas Municipais de Realojamento	513	13.197	613	14.208	356	10.705
Total dos Financiamentos Aprovados	624	29.117	1.434	43.616	1.140	43.046
Prohabita	n.d.	n.d.	811	15.308	799	23.189
Programas Municipais de Realojamento	624	29.117	623	28.308	341	19.857

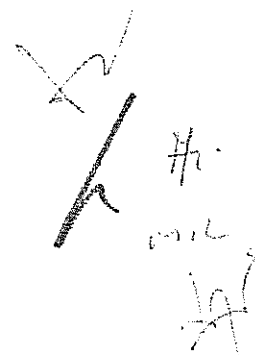
No que diz respeito aos contratos, a evolução dos financiamentos contratados ao abrigo do PROHABITA, regista comportamentos dispare: a contratação de comparticipações duplica enquanto que a contratação de empréstimos apresenta uma forte quebra, devendo apresentar crescimento em 2007. De notar que o valor médio de comparticipações por fogo diminuiu entre 2005 e 2006, devido ao peso crescente da reabilitação e arrendamento de fogos.

As contratações no âmbito de Acordos de Colaboração (D.L. 226/87) têm tendência a decrescer atendendo a que o PROHABITA veio substituir este regime.

Quadro XII
PROHABITA e Acordos de Colaboração - Contratação de Financiamentos

Unid: N.º fogos / Milhares de Euros

Prohabita e Acordos de Colaboração	2004		2005		2006	
	Fogos	Valor	Fogos	Valor	Fogos	Valor
Contratação de Comparticipações	446	11.054	1.145	26.782	1.453	14.251
Prohabita	n.d.	n.d.	203	4.447	1.278	9.907
Acordos de Colaboração	446	11.054	942	22.335	175	4.344
Contratação de Empréstimos	317	7.907	388	10.755	139	3.629
Prohabita	n.d.	n.d.	84	2.489	30	624
Acordos de Colaboração	317	7.907	304	8.266	109	3.005
Total dos Financiamentos Contratados	446	18.961	1.145	37.537	1.453	17.880
Prohabita	n.d.	n.d.	203	6.936	1.278	10.531
Acordos de Colaboração	446	18.961	942	30.601	175	7.349



2.2.3. Financiamento da Habitação a Custos Controlados para Venda

Promover a oferta de habitação a custos controlados através da concessão de crédito, dar apoio a municípios, cooperativas e empresas na promoção deste segmento e adquirir e infra-estruturar terrenos destinados a habitação HCC ou a instalações de interesse social, constitui a mais importante área de actuação do Instituto Nacional de Habitação.

A oferta de habitação de custos controlados, para além de possibilitar o acesso a habitações condignas a estratos da população de baixos e médios rendimentos e de contribuir para a redução da especulação imobiliária, permite aos promotores obterem importantes vantagens fiscais e poupanças em encargos emolumentares.

O mercado de habitação de custos controlados teve, entre 1998 e 2002, um enorme desenvolvimento, em consequência da implementação do Programa Especial de Realojamento, que se socorreu de habitações promovidas em regime de Contratos de Desenvolvimento Habitacional (CDH) por empresas de construção, para as operações de realojamento populacional.

Porém, a aproximação do fim do PER, o arrastar da crise económica e financeira do país e a limitação do endividamento imposta aos municípios, em consequência das medidas de consolidação orçamental adoptadas pelo Governo, têm vindo a afectar o desenvolvimento deste mercado.

O quadro seguinte quantifica a evolução deste segmento de mercado no último triénio e do respectivo *share* detido pelo INH:



Quadro XIII

Aprovação de Financiamentos no Segmento de Habitação a Custos Controlados

Unid: N.º fogos / Milhares de Euros

Aprovações de HCC	2004		2005		2006	
	Fogos	Valor	Fogos	Valor	Fogos	Valor
Dimensão do Mercado	2.601	133.762	2.793	163.539	2.175	134.791
Empréstimos do INH	2.487	126.811	1.648	98.008	2.041	127.716
Empréstimos de Outras Instituições de Crédito	114	6.951	1.145	65.531	134	7.075
Quota Detida pelo INH	94,8%		59,9%		94,8%	

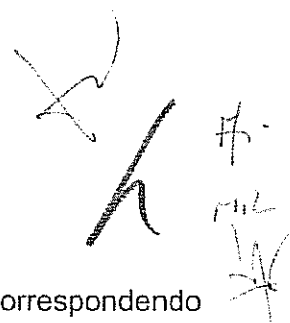
Não obstante a significativa contracção do mercado de HCC relativamente ao ano transacto (22%), o INH retomou a sua posição de destaque, conseguindo financiar cerca de mais ¼ dos fogos de 2005 e mais 32% em valor, voltando ao volume de crédito de 2004 e remetendo a banca comercial para valores irrelevantes.

2.2.3.1 Financiamentos do Instituto Nacional de Habitação aos Projectos Habitacionais Apoiados pelo Estado

O INH, para além de financiar a oferta de habitação de custos controlados para venda, normalmente destinada a estratos da população de médios rendimentos, tem, mais recentemente, vindo a financiar os programas de realojamento, complementando a concessão de participações a fundo perdido e a reabilitação urbana.

O quadro seguinte resume o financiamento do INH a estes três segmentos de mercado nos anos de 2004 a 2006, no qual se destaca o valor significativamente elevado dos financiamentos de longo prazo integrados em programas de Realojamento. Tal facto deve-se à aprovação de financiamentos no final do ano destinados a viabilizar a compra de 1.386 fogos pelos municípios de V. N. Gaia, Évora, Valongo e Oeiras, na posse do INH em consequência do disposto no DL 159/2003.

No segmento HCC, e à imagem do que tem vindo a acontecer em anos anteriores, a maior parcela de financiamentos aprovados diz respeito a Contratos de Desenvolvimento para Habitação (CDH) destinados à venda. O peso assumido pelas entidades mutuárias mantém a tendência dos outros anos, em que as empresas e consórcios de empresas contribuem para cerca de ¾ dos fogos e valor.



Foram aprovados financiamentos no valor de 127,7 milhões de euros, correspondendo à promoção de 2.041 fogos. O valor do financiamento indicado inclui 6,1 milhões de euros relativos a 16 processos de aquisição e infra-estruturação de lotes de terreno e a financiamentos para a construção de equipamentos colectivos.

Quadro XIV

Aprovação de Financiamentos Concedidos pelo INH para Habitação a Custos Controlados e Reabilitação de Fogos

Unid: N.º fogos / Milhares de Euros

Aprovação de Empréstimos	2004		2005		2006	
	Fogos	Valor	Fogos	Valor	Fogos	Valor
Total Geral	2.513	127.143	1.987	104.754	3.707	186.291
Total HCC *	2.445	125.786	1.648	98.008	2.041	127.716
Câmaras <i>(Dos quais Terrenos e Equipamentos)</i>	45 -	1.096 -	10 -	217 -	- -	- -
Cooperativas <i>(Dos quais Terrenos e Equipamentos)</i>	447 -	24.810 (2.111)	240 -	17.383 (266)	492 -	37.242 (486)
Empresas <i>(Dos quais Terrenos e Equipamentos)</i>	1.953 -	99.880 (7.092)	1.398 -	80.408 (5.783)	1.549 -	90.474 (5.598)
Longo Prazo - Realojamento	42	1.025	230	5.626	1.611	56.866
Total Reabilitação de Fogos**	26	332	109	1.120	55	1.709
Câmaras	-	-	1	65	-	-
Particulares	26	332	108	1.055	49	1.616
IPSS	-	-	-	-	6	93

* Inclui os financiamentos destinados à aquisição de terrenos e equipamentos sociais

** Financiamentos no âmbito dos Programas RECRUA, REHABITA e RECRIPH

Os financiamentos aprovados no segmento HCC, serão complementados com autofinanciamento dos promotores em cerca de 36,3 milhões de euros, abrangendo 1.849 fogos.

No que respeita à reabilitação, o valor dos financiamentos aprovados aumentou no exercício de 2006 em relação a 2005, se bem que o número de fogos financiados seja menor. Esta situação decorre da aprovação, em 2006, de reforços de financiamentos no valor de 1,0 milhões de euros, não havendo contrapartida no número de fogos financiados.



Handwritten signature and initials

Em complemento dos financiamentos aprovados, os promotores investirão 5,4 milhões de euros de capitais próprios na reabilitação de 355 fogos e em intervenções em 181 condomínios.

No que diz respeito à contratação de financiamentos, o valor dos contratos de 2006 totalizou 97,7 milhões de euros, correspondendo à promoção de 1.812 fogos.

Quadro XV

Contratação de Financiamentos concedidos pelo INH para Habitação a Custos Controlados e Reabilitação de Fogos

Unid: N.º fogos / Milhares de Euros

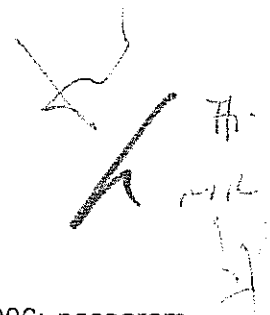
Contratação de Empréstimos	2004		2005		2006	
	Fogos	Valor	Fogos	Valor	Fogos	Valor
Total Geral	2.380	118.277	1.994	110.212	1.812	97.692
Total HCC *	2.314	117.024	1.774	106.138	1.632	93.134
Câmaras <i>(Dos quais Terrenos e Equipamentos)</i>	12 -	239 -	- -	- -	- -	- -
Cooperativas <i>(Dos quais Terrenos e Equipamentos)</i>	449 -	24.838 (2.300)	270 -	19.167 (433)	420 -	30.922 -
Empresas <i>(Dos quais Terrenos e Equipamentos)</i>	1.853 -	91.947 (2.871)	1.504 -	86.971 (10.754)	1.212 -	62.212 (3.722)
Longo Prazo - Realojamento	42	1.025	106	3.106	120	3.350
Total Reabilitação de Fogos**	24	228	114	968	60	1.208
Câmaras	-	-	1	65	-	-
Empresas	5	70	-	-	-	-
Particulares	19	158	113	903	60	1.208

* Inclui os financiamento destinados à aquisição de terrenos e equipamentos sociais

** Financiamentos no âmbito dos Programas RECRIA, REHABITA e RECRIPH

Este valor inclui a contratação de financiamentos destinados à promoção de HCC para venda no valor de 93,1 milhões de euros, a contratação de financiamentos de longo prazo enquadrados em programas de Realojamento no valor de 3,3 milhões de euros, e a contratação de financiamentos destinados à reabilitação de habitações no valor global de cerca de 1,2 milhões de euros.

No final do ano, aguardavam a realização de contrato com o INH, operações no total de 66,2 milhões de euros, sendo que, no plano financeiro, as utilizações de capital derivadas de contratos de financiamento em curso ascenderam a 99,5 milhões de euros em 2006, representando uma redução de 8,8% em relação ao ano precedente.



No plano financeiro, os reembolsos de capital continuaram a cair em 2006: passaram de 120,2 milhões de euros em 2005 para 79,9 milhões em 2006, pelo que o decréscimo foi praticamente de 34%. As utilizações, por seu turno também caíram, se bem que menos que os reembolsos.

Quadro XVI

Utilização e Reembolso de Empréstimos (Habitação a Custos Controlados, Realojamento e Reabilitação de Fogos)

Unid: *Milhares de Euros*

Fluxos de Empréstimos	2004	2005	2006
Utilizações de Capital	126.658	109.130	99.445
Reembolsos de Capital	118.151	120.156	79.883
Saldo:	-8.507	11.026	-19.562

O défice do cash-flow financeiro da concessão de crédito foi de 19,6 milhões de euros, valor que espelha bem as dificuldades com que o mercado da habitação de custos controlados se tem confrontado nos últimos anos, sucumbindo à crise que tem afectado profundamente a procura deste tipo de habitações.

Apesar disso, é de assinalar que o crédito vencido não aumentou em 2006: situou-se num valor próximo dos 14,3 milhões de euros, representando 4,8% do crédito total (ver ponto 4.1.1. da Análise Económica e Financeira).

2.2.4. Financiamentos a Regiões Socialmente Deprimidas

A integral execução do Projecto "Apoios a Regiões Socialmente Deprimidas da Medida 2 – Habitação e Realojamento, do Programa 18 do PIDDAC – Desenvolvimento Local, Urbano e Regional, foi um dos grandes objectivos da acção do Instituto Nacional de Habitação ao longo de 2006, mobilizando apoios complementares, técnicos e financeiros, para o fim em vista.



[Handwritten signature and initials]

O Projecto, que tem como objectivo a implementação de apoios multifuncionais visando a melhoria das condições em que vivem as populações residentes em Rabo de Peixe, na ilha de S.Miguel, nos Açores, e em Alagoas, no concelho de Peso da Régua, é financiado em 85% por verbas oriundas da EFTA - European Free Trade Association, organização internacional da qual Portugal é membro fundador, e 15% do Orçamento do Estado e visa intervir nos territórios das freguesias alvo.

No ano de 2006, e no âmbito deste Projecto, foram realizadas despesas em arranjos exteriores de edifícios e infraestruturas (185 mil euros), na construção de um equipamento social (150 mil euros) e feitas várias despesas com intervenções sociais (470 mil euros).

Quadro XVII

Projecto "Apoio a Regiões Socialmente Deprimidas - Utilização de Comparticipações

Unid: Milhares de Euros

Utilização de Comparticipações	2005	2006
	Valor	Valor
Projecto Apoio a Regiões Deprimidas	750	945
Medida 002: Apoio a Regiões Deprimidas	58	297
Orçamento do Estado	58	221
INH (*)	-	50
EFTA	-	26
Medida 005: Assistência Técnica	692	648
Orçamento do Estado	149	98
INH (*)	171	-
EFTA	372	550

(*) Fundos próprios

A execução do Projecto tem-se deparado com alguns problemas de ordem burocrática, apresentando, em 2006, uma baixa taxa de execução orçamental. Muitas das acções previstas no Projecto, encontram-se ou numa fase de adjudicação ou, nalguns casos, no início de obra. O Estado Português financiou 319 mil euros das despesas realizadas no exercício de 2006. As verbas provenientes dos fundos EFTA ficaram, porém, muito aquém dos valores orçamentados para o Projecto.

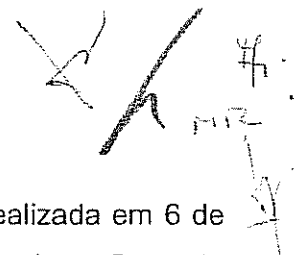


2.2.5. Financiamentos à Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos

A promoção de programas de apoio à requalificação e reinserção urbana de áreas críticas, através de candidaturas a fundos disponíveis, esteve igualmente presente na intervenção do INH, com vista à integral execução do previsto para 2006 do Projecto Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos inscrito na Medida 2 – Habitação e Realojamento, do Programa 18 do PIDDAC – Desenvolvimento Local, Urbano e Regional.

O Projecto está em fase de arranque. Em 2006 foram realizadas as seguintes acções de apresentação, divulgação pública e sensibilização de intervenientes:

- 1ª Apresentação da Iniciativa “Bairros Críticos” aos Parceiros a envolver na Cova da Moura, realizada em 6 de Janeiro, na Cova da Moura (Amadora);
- 1ª Apresentação da Iniciativa “Bairros Críticos” aos Parceiros a envolver no Vale da Amoreira, realizada em 9 de Janeiro, no Vale da Amoreira (Moita);
- 1ª Apresentação da Iniciativa “Bairros Críticos” aos Parceiros a envolver no Lagarteiro, realizada em 11 de Janeiro, no Lagarteiro (Porto);
- Apresentação da Iniciativa “Bairros Críticos” aos parceiros da Rede Social do Concelho da Moita, realizado na Moita (Rede Social);
- Apresentação da Iniciativa “Bairros Críticos” no Congresso de Zona – Urban, realizada em 23 de Junho, na Damaia (Urban da Amadora);
- Conferência “Critical Areas Initiative – Leading places not organizations”, realizada em 5 de Setembro, em York (NNMN Autumn keynote conference);
- Apresentação Pública da Iniciativa “Bairros Críticos”, realizada em 2 de Outubro, em Lisboa (Centro de Congressos de Lisboa);
- Apresentação da Iniciativa “Bairros Críticos” num side-event (organizado pelo INH) no âmbito da Conferência Mundial da OIT, realizada em 4 de Outubro, em Lisboa (Hotel ALTIS – OIT);
- Apresentação de “Vale da Amoreira: um acordo de parceria” - realizada em 11 de Outubro, na cerimónia de assinatura do protocolo de parceria - Lagarteiro (Porto);



- Apresentação de "Cova da Moura: um acordo de parceria" - realizada em 6 de Novembro, na cerimónia de assinatura do protocolo de parceria – Cova da Moura (Damaia);
- Apresentação da iniciativa a alunos de mestrado do ISCTE, realizada em Lisboa, em 8 de Novembro, no Auditório do INH;
- Conferência "Critical Areas Initiative – Skills and learning process: sharing values and caring for differences" realizada em Leeds, em 9 de Novembro;
- Apresentação da Iniciativa "Bairros Críticos" numa reunião de GTIM (aos novos parceiros inter-ministeriais), realizada em Lisboa, em 24 de Novembro;
- Abordagens sectoriais e territoriais no desenvolvimento comunitário: aprendizagens e questões éticas, realizada no Açores, em 28 de Novembro;
- Apresentação da Iniciativa "Bairros Críticos" ao IDT, realizada em Lisboa, em 30 de Novembro;
- Cova da Moura – governância e participação, realizado em 14 de Dezembro, em Lisboa (UNESCO).

A execução financeira do Projecto Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos atingiu 87 mil euros em 2006, fundamentalmente aplicados na realização de estudos, em deslocações e na aquisição de serviços especializados diversos.

2.2.6. Financiamento à Construção, Aquisição e Reabilitação de Habitações em Situação de Emergência

Em 2006, o Instituto continuou a apoiar as populações que sofreram danos com os sismos ocorridos nos Açores no fim da década de 90, bem como os que viram as suas habitações destruídas pelos incêndios que ocorreram no ano de 2005, através da Resolução de Conselho de Ministros nº 160/2005, de 12 de Outubro.

Os financiamentos aprovados e contratados para estes fins constam do quadro seguinte.



[Handwritten signature and initials]

Quadro XVIII

Situações de Emergência: Incêndios, Intempéries (Particulares) e Sismos nos Açores – Aprovação e Contratação de Comparticipações

Unid: Milhares de Euros

Situações de Emergência	2004	2005	2006
	Valor	Valor	Valor
Aprovação de Comparticipações	37.650	200	378
Sismos Açores	37.650	-	-
Incêndios em 2005	-	200	378
Contratação de Comparticipações	37.650	174	378
Sismos Açores	37.650	-	-
Incêndios em 2005	-	174	378

No que atenta à utilização dos financiamentos, o INH libertou verbas no valor de 4,8 milhões de euros, aprovadas e contratadas em anos anteriores, para socorrer estas situações de calamidade. Os actuais Programas para fazer face a situações de emergência estender-se-ão por mais exercícios.

Quadro XIX

Situações de Emergência: Incêndios, Intempéries (Particulares) e Sismos nos Açores – Utilização de Comparticipações

Unid: Milhares de Euros

Situações de Emergência	2004	2005	2006
	Valor	Valor	Valor
Utilização de Comparticipações	17.000	14.579	4.836
Sismos Açores	17.000	14.372	4.407
Intempéries - Particulares	n.d.	74	0
Incêndios em 2005	-	133	429

2.3. Intervenções no Mercado

2.3.1. Intervenção no Mercado de Solos Urbanizáveis

Uma das áreas de intervenção do INH, transitada do IGAPHE, diz respeito à aquisição, infra-estruturação e comercialização de terrenos destinados à urbanização e respectivo desenvolvimento em regime de habitação de custos controlados, de acordo com a



Handwritten signature and initials

política traçada pelo Governo. O objectivo da intervenção do INH no mercado de solos é o de moderar e corrigir os preços especulativos do mercado, contribuindo para que a componente dos solos se enquadre mais articuladamente com os padrões de custo estabelecidos para a habitação a custos controlados.

Durante o ano de 2006, continuaram a desenvolver-se todos os trabalhos relativos ao registo dos terrenos que transitaram do Estado para o INH no final de 2003. Foram, por outro lado, elaborados diversos estudos de loteamento, assim como foi promovida a venda de terrenos através de concursos públicos, de alienação directa ou de permuta com diversas entidades.

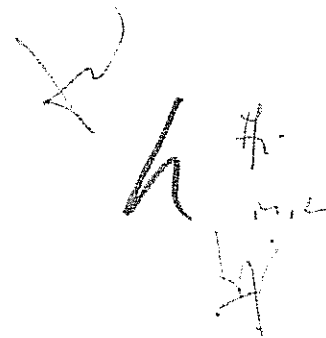
Foram os seguintes os contratos de promessa de compra e venda, permuta e comodato celebrados no exercício de 2006:

Quadro XX

Alienações / Aquisições de Terrenos em 2006

Unid: Euros

Local / Regime	Destino do Terreno	Valor de Venda
<u>Contratos Promessa de Venda</u>		
Portimão (Vale de Lagar/Pedra Mourinha)	Habitação/CDH - 52 Fogos	753.200
Portimão (Figueira/Meixilhoeira)	Habitação/Unifamiliar - 64 Fogos	1.200.000
Bragança (Qta da Braguinha/Vale de Álvaro)	Habitação/CDH - 42 Fogos	131.250
Plano Integrado Setúbal (Qta da Bela Vista)	Habitação/CDH - 70 Fogos	475.000
Total:	228 Fogos	2.559.450
<u>Contrato de Comodato</u>		
Almada (Vale de Figueira/Sobreda)	Equipamento (creche SCMA)	0
<u>Contrato de Permuta</u>		
Plano Integrado de Setúbal (Maça & Lopes)	Habitação	20.500
<u>Resolução de Contrato de Permuta</u>		
Plano Integrado de Setúbal (IFAC)	Habitação	-60.000
<u>Expropriação</u>		
Almada (Caparica)	Infraestrutura Via Alternativa do Monte da Caparica	80.000
Total:		2.599.950



2.3.2. Intervenção no Mercado de Habitação de Custos Controlados

Nos anos de 2003 a 2005 o INH exerceu uma forte intervenção no mercado da habitação de custos controlados, tendo adquirido, mediante prévia autorização do Ministro das Finanças e ao abrigo do Decreto-Lei nº 159/2003 de 18 de Julho, mais de 2.200 fogos construídos em regime de custos controlados, destinados a programas de realojamento populacional, substituindo-se aos Municípios com incapacidade de endividamento no quadro das medidas de consolidação orçamental.

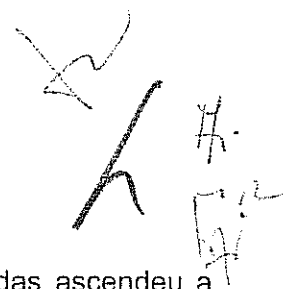
Para o ano de 2006 não estavam previstas aquisições, mas estava prevista a concretização de vendas em consequência do desbloqueamento das restrições que têm impedido os Municípios de realizarem operações de endividamento, resultantes da aquisição de habitação de custos controlados para fins de realojamento populacional.

No final do ano foram concretizadas operações de venda de 1.386 fogos, dos quais 883 fogos à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 46 fogos à Câmara Municipal de Valongo e 457 fogos à Câmara Municipal de Oeiras.

Quadro XXI

Alienações de Fogos ao abrigo do Decreto-Lei nº 159/2003

Promitente Comprador	Localização do Empreendimento	Nº de Fogos
C.M. Vila Nova de Gaia	Vilar do Monte - 2º Fase	128
C.M. Vila Nova de Gaia	Vilar do Monte - 3º Fase	96
C.M. Vila Nova de Gaia	Vilar do Monte - 4º Fase	126
C.M. Vila Nova de Gaia	Rua St. Apolónia-Serzedo	126
C.M. Vila Nova de Gaia	Trv. Chaquedas-Canidelo	100
C.M. Vila Nova de Gaia	Rua do Telhal-Canidelo	36
C.M. Vila Nova de Gaia	S. Cosme	159
C.M. Vila Nova de Gaia	Avintes	112
C.M. Valongo	Costa de Sá	46
C.M. Oeiras	Páteo dos Cavaleiros	292
C.M. Oeiras	Alto dos Barrinhos	165
Total	Total	1.386



O total dos proveitos resultantes das operações de venda mencionadas ascendeu a 85,4 milhões de euros. Foram ainda recebidos em 2006 reforços de sinal de alguns contratos de promessa de venda anteriormente celebrados com vários Municípios ao abrigo deste Decreto Lei, e que ascenderam a 8,2 milhões de euros.

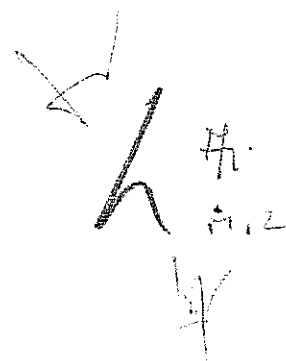
2.4. Incentivo ao Arrendamento Jovem (IAJ)

O IAJ é um dos serviços que transitou em 2003 para o Instituto Nacional de Habitação. Instituído pelo Decreto-Lei nº 162/92, o IAJ é um programa destinado aos jovens, através do qual são concedidos apoios financeiros, para ajudar o pagamento de rendas, a jovens arrendatários de fracções habitacionais que façam das mesmas habitação própria permanente, com contratos de arrendamento celebrados ao abrigo do Decreto-Lei nº 321-B/90, de 15 de Outubro, no regime de renda livre ou condicionada.

Ao INH cabem actualmente as funções de gestão processual das candidaturas apresentadas ao Programa, bem como o acompanhamento dos apoios financeiros concedidos no seu âmbito. O Programa gere actualmente um pouco mais de 25 mil processos e os subsídios são pagos pela Direcção-Geral do Tesouro através de orçamento próprio para o efeito.

O valor do apoio financeiro é calculado em função do rendimento do agregado familiar, da sua dimensão e do valor da renda, podendo atingir 75% do valor desta, com o limite máximo de € 249,4 mensais. Os apoios são atribuídos por um ano, renovável por igual período até ao máximo de 60 prestações, e são pagos directamente ao candidato (inquilino), o qual não poderá ter mais de 30 anos de idade.

No ano de 2006 foram deferidas 9.608 novas candidaturas; renovada a atribuição do subsídio a 13.658 processos já existentes e realizados pagamentos a 24.468 processos, ascendendo o total de subsídios pagos a 63,2 milhões de euros.



Quadro XXII

IAJ – Aprovação e Disponibilização de Incentivos/Subsídios

Unid: Milhares de Euros

PROCESSOS	2004	2005	2006	Var. 2006/2005
Candidaturas	23.774	24.035	23.266	-3,2%
Novas	-	10.264	9.608	-6,4%
Renovações	-	13.771	13.658	-0,8%
Pagamentos				
Nº Processos	23.907	24.319	24.468	0,6%
Valor (M€)	60,0	62,8	63,2	0,6%

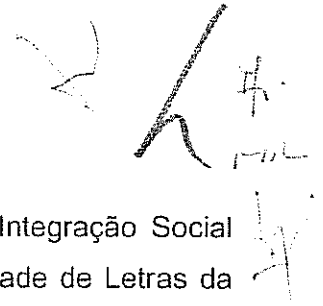
2.5. Estudos, Apoio Técnico e Informação

Ao INH têm vindo a ser confiadas novas atribuições de produção, recolha e divulgação de informação de suporte à decisão, gestão, mediação e promoção de conhecimentos sobre o sector da habitação.

Neste quadro, o Instituto tem vindo a promover a realização de estudos de apoio à implementação de medidas e observação do desenvolvimento do sector, quer recorrendo à contratualização externa quer realizando directamente os estudos necessários, promovendo e participando, em simultâneo, em Seminários de Divulgação e discussão sobre a temática da habitação.

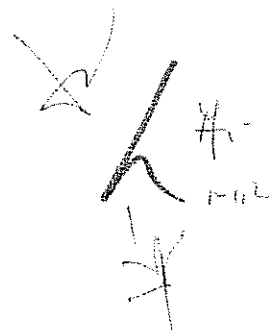
No ano de 2006 foram realizados sob a responsabilidade do INH os seguintes estudos:

- “Estudo Comparativo dos Modelos Organizativos Mais Relevantes de Suporte às Políticas de Habitação no seio da União Europeia”, realizado pela empresa Capegemini;
- “Estudo Base para a Iniciativa Requalificação Urbanística e Integração Social dos Bairros Críticos – Vale da Amoreira”, realizado pelo Grupo de Apoio Técnico;



- “Estudo Base para a Iniciativa Requalificação Urbanística e Integração Social dos Bairros Críticos – Cova da Moura”, realizado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- “Avaliação do Programa IAJ - Incentivos ao Arrendamento Jovem”, realizado pela empresa Quaternaire;
- “Estudo dos Custos do Urbanismo”, realizado pela Faculdade de Engenharia da Universidade Católica Portuguesa;
- “Diagnóstico da Função TI e o Plano Estratégico dos Sistemas de Informação (PESI)”, realizado pela empresa Capegemini;
- “Análise, Aconselhamento, Avaliação e Desenvolvimento dos Sistemas de Informação”, realizado pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- “Atlas da Habitação”, realizado pela Faculdade de Engenharia da Universidade Católica de Lisboa;
- “Guia Técnico da Reabilitação Habitacional – Volume I e II”, realizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- “Estudo de Apoio à Criação do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana”, realizado pela empresa Boston Consulting.

Em complemento da realização de estudos e da participação em eventos relacionados com o sector, o INH está firmemente apostado na divulgação pública de informação. Dispõe, muito recentemente, e está a gerir, o Centro de Documentação que transitou do IGAPHE, o qual está aberto ao público, podendo, todos os interessados, consultar um vasto acervo documental e bibliográfico sobre a habitação e a história do desenvolvimento urbano em Portugal.



2.6. Alienação de Activos (Dações)

Esgotadas todas as alternativas para a recuperação de dívidas vencidas, o INH tem vindo a aceitar a dação de imóveis em pagamento como recurso para a regularização dessas dívidas, património esse que o INH tem vindo a alienar. O quadro seguinte resume os resultados da alienação desses activos no último triénio e o stock destes activos ainda existente.

Quadro XXIII

Evolução da Existência de Activos Recebidos em Dação / Processos de Execução

Unid: Em espécie

Composição dos Activos	2004	2005	2006
Fracções Habitacionais:			
Fracções existentes no início do ano	416	332	371
Novas Dações/Execuções	38	126	-
Fogos Vendidos	-122	-87	-102
Por vender no final do ano	332	371	269
Terrenos:			
Terrenos existentes no início do ano	7	7	22
Novas Dações/Execuções	-	15	-
Terrenos Vendidos (1)	-	-	-
Por vender no final do ano	7	22	22
Garagens, Armazéns, Lojas e Edifícios (2):			
Fracções existentes no início do ano	148	134	133
Novas Dações/Execuções	-	15	-
Fracções Vendidas	-14	-16	-29
Por vender no final do ano	134	133	104

(1) Foi rectificado o número de terrenos vendidos em 2005, publicado no Relatório e Contas desse ano.

(2) No final de 2006 o INH detinha um stock de 46 garagens, 20 lojas, 4 armazéns, 33 arrecadações e 1 edifício, provenientes de dações em pagamento e de execuções fiscais.

Da análise do quadro verifica-se que o Instituto não recebeu em 2006 quaisquer activos na forma de dações em pagamento, tendo, pelo contrário, alienado 102 fracções habitacionais, 20 arrecadações, 7 garagens e 2 lojas recebidas em dação em anos anteriores.



O balanço final dos stocks recebidos pelo INH revelava que, no final de 2006, o Instituto dispunha ainda de 269 fracções habitacionais, 104 fracções destinadas a fins complementares das habitações e 22 terrenos, existências essas a alienar logo que possível, com o objectivo de reencaminhar o produto das vendas para o financiamento da construção e da reabilitação habitacional.

O valor patrimonial desses activos ascendia a cerca de 21,1 milhões de euros no final de 2006, valor inferior ao do ano anterior em consequência das alienações atrás referidas.

Quadro XXIV

Movimentos na Conta dos Activos Recebidos em Dação

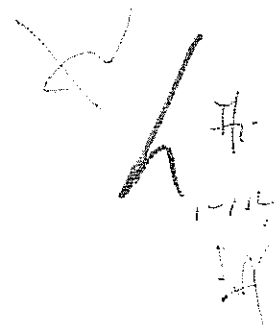
Unid: Milhares de Euros

Rubricas	2004	2005	2006
CONTA DAS DAÇÕES/EXECUÇÕES FISCAIS			
Saldo Inicial	27.617	23.894	27.099
Reclassificação de Dações(*)	(449)	-	-
Novas Dações	1.354	7.821	-
Despesas c/ Obras e Comercialização	952	1.199	473
Custo das Dações Vendidas (**)	(5.580)	(5.815)	(6.436)
Saldo Final	23.894	27.099	21.136
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE VENDA			
Proveitos	5.366	7.138	6.111
Custo das Vendas	(5.580)	(5.815)	(6.436)
Lucro (Prejuízo) na Venda	(214)	1.323	(325)

(*)- Bens com garantia hipotecária transferidos para *Outros Devedores*.

(**)- As dações passaram a ser consideradas existências a partir do exercício de 2002, na sequência da adopção do POCP.

As transacções realizadas ao longo do ano proporcionaram um encaixe aproximado de 6,1 milhões de euros, mas geraram menos-valias no valor de 325 mil euros.



2.7. Prestações de Serviços do INH a Terceiros

Em complemento das suas actividades principais, o INH presta ainda serviços a terceiros, nomeadamente à Direcção-Geral do Tesouro (DGT), na área da gestão de créditos concedidos pelo ex-Fundo de Fomento de Habitação (FFH), e a Instituições de Crédito, na área do acompanhamento e controlo financeiro de obras e ainda no controlo financeiro de bonificações.

Para além destes serviços, o INH presta ainda serviços na área da administração habitacional, designadamente a concessão de levantamentos do ónus de intransmissibilidade de habitações e a certificação de empreendimentos, ao abrigo do regime de Habitação a Custos Controlados e do Estatuto Fiscal Cooperativo, bem como a emissão de 2^{as} vias de cancelamento de hipotecas.

Quadro XXV Proveitos Resultantes de Prestações de Serviços

Unid: Milhares de Euros

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2004	2005	2006	Var. 05/04
DGT / Ex-FFH	187	199	135	-32,3%
I.C. / D.L. nº 150-A/91	114	391	52	-86,7%
OUTROS	103	114	121	6,6%
TOTAL	404	703	308	-56,2%

Da leitura do quadro retém-se o decréscimo, em mais de 50%, dos proveitos provenientes da prestação de serviços, afectando, em particular, os serviços prestados a outras Instituições de Crédito em consequência dos menores investimentos que têm vindo a ser realizados no mercado da habitação dos custos controlados, a que não é alheia a crise nacional da economia mas igualmente a alteração da política da habitação do Governo, dando prioridade à reabilitação urbana em alternativa à construção de novos empreendimentos habitacionais.

2.7.1. Serviços Prestados à DGT / Ex – FFH

Nos termos do Decreto-Lei nº 410/87, de 31 de Dezembro, foram transferidos para a Direcção-Geral do Tesouro (DGT) os créditos decorrentes dos empréstimos concedidos pelo ex-FFH a Cooperativas, Associações de Moradores, Municípios e Particulares.

Ao abrigo daquele diploma, e de iniciativas legislativas subsequentes, nomeadamente do Despacho Conjunto nº 265/98, de 13 de Abril, dos Ministros das Finanças e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, em 1 de Outubro de 1998 o INH e a DGT celebraram um protocolo que atribuiu ao INH a responsabilidade de recuperar as dívidas à DGT, remunerado com uma comissão sobre a receita total arrecadada anualmente.

O quadro seguinte dá uma imagem dos progressos feitos na recuperação de incumprimentos com as negociações levadas a cabo nestes oito anos de vigência do referido Despacho Conjunto.

Quadro XXVI
Dívidas à DGT negociadas entre 1999 e 2006

Unid: Milhares de Euros

DÍVIDA VENCIDA EM 31/12/98	DÍVIDA NEGOCIADA ENTRE 1999 E 2006						DÍVIDA EM NEGOCIAÇÃO EM 31/12/06
	Recuperada (1)	A Recuperar (2)	Perdoada (3)	Total (4) = (1)+(2)+(3)	Contencioso (5)	Total Negociado (6)=(4)+(5)	
123.510	56.413	20.592	20.567	97.572	14.110	111.682	11.828

Da dívida inicialmente vencida, 90,4% - ou seja, 111,7 milhões de euros - foi renegociada no período de 1999 a 2006, estando ainda por encontrar solução os restantes 11,8 milhões de euros. Do montante negociado, 50,5% foi recuperado, 18,4% está em fase de recuperação, 12,6% está em contencioso e o restante (18,3%) representa as perdas financeiras assumidas no decurso dos processos de negociação.

A cobrança de dívidas ascendeu, em 2006, a quase 3,4 milhões de euros, distribuídos da seguinte maneira por linhas de crédito:

[Handwritten signature and initials]

Quadro XXVII
Recuperação de Dívidas à DGT em 2006

	Unid: Euros
	2006
Cooperativas de Habitação e Associações de Moradores	3.313.282 €
Auto-construção	32.091 €
Rendas (*)	34.667 €
P.R.I.D.	50 €
Total:	3.380.090 €

(*) – Cobrança de rendas de dações em cumprimento à DGT (frações não habitacionais).

A recuperação destes créditos gerou proveitos para o INH no valor aproximado de 135 mil euros, menos 32% que em 2005.

2.7.2. Serviços Prestados a Instituições de Crédito / Decreto-Lei nº 150-A/91

O acompanhamento e controlo financeiro dos empreendimentos de Habitação a Custos Controlados financiados por outras Instituições de Crédito é, como se disse, outra das actividades complementares que o INH desenvolve regularmente desde há vários anos.

Esta actividade inclui acções de acompanhamento, de avaliação e de controlo de obras e de bonificações a suportar pelo Estado nos financiamentos concedidos por essas outras Instituições de Crédito a empreendimentos de habitação a custos controlados, ao abrigo do Decreto-Lei nº 150-A/91, de 22 de Abril.

Em 2006, estes serviços geraram proveitos na ordem dos 52 mil euros, tendo registado uma quebra superior a 86% em relação a 2005, reflectindo não só a perda de dimensão do mercado de custos controlados mas também a menor participação das outras Instituições de Crédito no financiamento da habitação a custos controlados.

[Handwritten signature and initials]

2.7.3. Outros Serviços Prestados

A análise e deferimento de pedidos de levantamento do ónus de intransmissibilidade que recai sobre a transmissão de habitações a custos controlados antes de decorridos 5 anos sobre a sua aquisição, a emissão de certificações para efeitos de benefícios fiscais ao abrigo do Estatuto Fiscal Cooperativo e a emissão de 2ª vias de cancelamentos de hipoteca são os mais relevantes serviços de administração habitacional cometidos ao INH.

O cancelamento do ónus de intransmissibilidade é um dos direitos concedido às famílias adquirentes de habitações a custos controlados pela Portaria nº 1375/95, de 22 de Novembro, e pelo Decreto-Lei nº 109/97, de 8 de Maio. O cancelamento do ónus requer ao adquirente a devolução ao Estado das bonificações de que o fogo beneficiou, oneradas dos respectivos juros e penalizações, de acordo com o regime legalmente regulamentado. O quadro abaixo indica os cancelamentos autorizados pelo INH nos últimos exercícios económicos.

Quadro XXVIII
Ónus de Intransmissibilidade Cancelados

Unid: Milhares de Euros

Rubricas	2004	2005	2006
Nº de Cancelamentos Autorizados	47	34	53
Valores Processados	55	43	75
Bonificações	50	39	68
Juros	5	4	7

No domínio da certificação, o Instituto Nacional de Habitação certificou, em 2006, empreendimentos de Habitação a Custos Controlados promovidos por empresas (153 fogos) no valor de 7,1 milhões de euros e, ao abrigo do Estatuto Fiscal Cooperativo (115 fogos) em empreendimentos que envolveram valores de investimento na ordem de 8,2 milhões de euros. Esta prestação de serviços gerou ao INH proveitos de 23 mil euros.

Por fim, a emissão de 2ª vias de cancelamento de hipotecas, proporcionou ao INH proveitos no valor aproximado de 3 mil euros em 2006.

[Handwritten signature and initials]

2.8. Actividades Institucionais de Incentivo à Promoção, Divulgação e Disseminação da Habitação

No âmbito das suas atribuições cabe ao INH a dinamização dos programas de habitação promovidos e apoiados pelo Estado, o estudo de soluções mais adequadas à prossecução da política de habitação, bem como a formação, informação e o apoio técnico aos actores do sector (promotores e gestores).

O recente enquadramento institucional do Instituto no Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional e a indexação directa das políticas de habitação ao desenvolvimento de políticas de cidade, vem reforçar a necessidade de consolidação e desenvolvimento das vocações e missões atribuídas a este Instituto, nomeadamente em matéria de representação institucional e reforço do fomento e optimização de sinergias, através de parcerias com outros organismos e entidades nacionais e estrangeiras a laborar na área e em outras áreas afins.

Por outro lado, o Instituto participa já em várias comissões interministeriais e grupos de trabalho, em regime de representação, nomeadamente no quadro da União Europeia e das Nações Unidas, para a discussão de temas em que Portugal precise de assumir posição. Para além disso, a representação institucional do Instituto afirma-se também no espaço das organizações internacionais (Ex: Cecodhas) que têm como objectivo a informação e o debate temático sobre a habitação em Portugal e na Europa, nas dimensões mais recorrentes, mas também nas dimensões de maior inovação.

No ano de 2006 o Instituto prosseguiu o objectivo de alargar a sua participação nestes grupos e organizações internacionais, assim como foram feitos esforços no sentido de reforçar parcerias nacionais e internacionais com vista à resolução dos problemas habitacionais no quadro de políticas de desenvolvimento sustentável, optimizando sinergias e garantindo uma maior acuidade na resolução dos mesmos e no desenvolvimento de oportunidades.

No plano externo, o Instituto Nacional de Habitação desenvolveu trabalhos e participou nos seguintes eventos em 2006:



- Congresso Internacional "Healthy Buildings", realizado de 4 a 8 de Junho, na cidade de Lisboa;
- Reunião Preparatória do 17º Encontro Informal dos Ministros da Habitação da UE, realizada em Viena, entre os dias 26 e 27 de Junho;
- Visita técnica ao Reino da Suécia, tendo como principal objectivo o estabelecimento de relações institucionais entre as entidades dos dois países que desenvolvem a sua actividade do Sector da Habitação e Construção Sustentável;
- Apresentação do case study "Learning and skills development through experimentation: The Portuguese Critical Urban Neighbourhoods Initiative (Iniciativa Bairros Críticos), realizado no European Skills Symposium organizado pelo Reino Unido, em Novembro de 2006. Este Simpósio teve como objectivo discutir as questões urbanas e as dimensões e competências para a intervenção em comunidades sustentáveis;
- Congresso "URBAN FUTURES 2.0- European Conference on Urban Governance and Partnership", realizado em Estocolmo - Suécia, entre os dias 3 e 5 de Maio de 2006. Este Congresso discutiu os grandes desafios que se colocam actualmente às cidades e a forma de melhorar as estruturas de diálogo e parceria.

Internamente o Instituto organizou:

- Encontro sobre a "Prática profissional em projectos e reflexão para o futuro na promoção da habitação", realizado no Auditório do INH, em 24 de Janeiro, em conjunto com o Grupo Habitar. Estiveram presentes 110 participantes;
- Encontro sobre o tema "Os Idosos na Cidade e a Cidade Envelhecida", realizado em 23 de Fevereiro no Auditório do Colégio Espírito Santo, em Évora, com o Grupo Habitar. Contou com a presença de 58 participantes;
- "Novas Soluções Construtivas em Edifícios", em colaboração com a Ordem dos Engenheiros, realizado em 29 de Março no Auditório daquela Ordem. Estiveram presentes 168 participantes;

[Handwritten signature and initials]

112
[Handwritten mark]

- "Parcerias entre Autarquias – Empresas e INH na Construção e Recuperação da Habitação", realizado em 5 de Março na Sede da AICCOPN. Contou com a presença de representantes de 60 Câmaras, bem como de representantes de 86 empresas;
- "Patologias Construtivas em Edifícios", realizado em colaboração com a Ordem dos Engenheiros e teve lugar em 26 de Maio no Auditório da F.I.L. Contou com a presença de 508 participantes;
- "Os Idosos na Cidade e a Cidade Envelhecida", realizado em 1 de Junho em Coimbra, conjuntamente com o Grupo Habitar e a Direcção Centro da Ordem dos Engenheiros. Estiveram presentes 45 participantes;
- "Os Idosos na Cidade e a Cidade Envelhecida", realizado em 22 de Junho no Auditório do INH, em conjunto com o Grupo Habitar. Estiveram presentes 88 participantes;
- "NRAU – Intervenção dos Engenheiros na determinação do Nível de Conservação dos Imóveis", promovida em 20 de Setembro em conjunto com a Ordem dos Engenheiros, no Centro de Congressos do L.N.E.C. Estiveram presentes 485 participantes;
- "NRAU – Intervenção dos Engenheiros na determinação do Nível de Conservação dos Imóveis", realizada em 24 de Outubro no Auditório da Universidade de Coimbra, com a colaboração da Direcção Centro da Ordem dos Engenheiros. Estiveram presentes 218 participantes;
- "NRAU – Intervenção dos Engenheiros na determinação do Nível de Conservação dos Imóveis", realizada em 25 de Outubro na Fundação Cupertino de Miranda, no Porto, com a colaboração da Direcção Norte da Ordem dos Engenheiros. Estiveram presentes 280 participantes;
- "NRAU – A intervenção dos Arquitectos na determinação do Nível de Conservação dos Imóveis", realizada em 5 de Dezembro no Auditório do Centro de Congressos do L.N.E.C., em colaboração com a Ordem dos Arquitectos. Estiveram presentes 380 participantes;
- "PRONIC – Sessão de divulgação do Projecto de Interacção com o Grupo de Interesse", realizada em 7 de Dezembro no Auditório da Ordem dos Engenheiros, organizado em conjunto com o INH e o Grupo PRONIC. Contou com a presença de 128 participantes;

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

- “NRAU – Intervenção dos Arquitectos na determinação do Nível de Conservação dos Imóveis”, realizada em 11 de Dezembro na Fundação António de Almeida, com a colaboração da Direcção Norte da Ordem dos Arquitectos. Estiveram presentes 260 participantes.

Organizou ainda as tradicionais cerimónias da:

- Entrega dos Prémios INH/06;
- Entrega dos Prémios RECRIA/06.

A nível da representação e participação em comissões interministeriais e grupos de trabalho, o INH fez-se representar em 2006:

- Nas reuniões da Secção de Inscrição e Classificação dos Gestores da Marca de Qualidade do L.N.E.C.;
- Nas reuniões do Grupo de Trabalho, criado por despacho de 13/11/2006, para actuar na área dos projectos de aproveitamento do potencial energético e racionalização de consumos em edifícios habitacionais.

O Instituto esteve ainda presente nos seguintes eventos de incentivo à promoção do INH e de divulgação e disseminação da habitação:

- “Salão Imobiliário - IMOBITUR”, realizado na Exponor, no Porto, em Março de 2006;
- “UrbaVerde – Feira de Profissionais dos Mercados de Cidades”, realizado na Feira Industrial de Lisboa, em Fevereiro de 2006;
- “InterMunicipal – 5º Salão de Produtos e Serviços para Municípios”, realizado na Exponor, em Maio de 2006, numa parceria entre a Porto Vivo SRU e a Exponor;
- “Salão Imobiliário”, realizado na Feira Industrial de Lisboa, em Novembro de 2006;

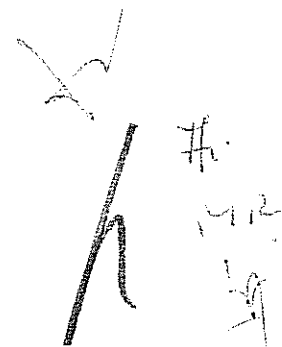
[Handwritten signature and initials]

e procedeu às seguintes cerimónias e eventos:

- recepção de uma Delegação de Angola, em 25 de Janeiro, com a participação do INH, INOTU, Instituto Geográfico e Cadastral de Angola e da INTERSISMET;
- recepção do Ministro do Urbanismo e Ambiente de Angola, em 13 de Outubro, tendo sido realizada uma visita ao empreendimento de 22 fogos promovido pela Cooperativa NHC em S. João da Talha (Loures);
- cerimónia de lançamento do livro "20 ANOS A PROMOVER A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL", de autoria do Arqº António Baptista Coelho, realizada na Torre do Tombo em 26 de Maio, no âmbito das celebrações do 20º Aniversário do Instituto Nacional de habitação.

O foyer da sede do Instituto foi ainda palco de várias iniciativas de apoio e mecenato a actividades culturais.

3. ORGANIZAÇÃO



3. ORGANIZAÇÃO

3.1. Gestão Estratégica de Recursos Humanos

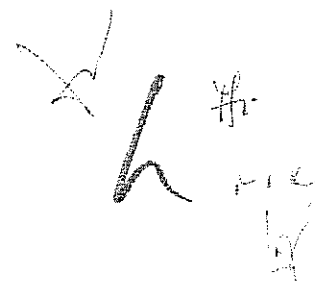
Na área dos recursos humanos, o Instituto Nacional de Habitação prosseguiu, ao longo do exercício de 2006, uma política centrada no desenvolvimento e valorização dos recursos humanos, preparando em simultâneo o alinhamento da sua organização interna com a estratégia e as missões que vierem a ser definidas para o futuro Instituto.

O INH é detentor de um capital de experiência técnica e humana adquirida ao serviço do sector da habitação e urbanismo, que é necessário manter, valorizar e otimizar a todo o momento. Em 2006, foram dados importantes passos no sentido da implementação e monitorização de um sistema de gestão orientado para melhorar a eficácia e a eficiência dos serviços, desburocratizar e simplificar processos e procedimentos e valorizar os recursos humanos.

No seu âmbito, uma particular atenção foi dada à política de formação, tendo o Instituto contribuído para a inserção, valorização e qualificação de recursos humanos no quadro do Programa de Modernização e Qualificação da Administração Pública, tendo beneficiado desta acção 8 estagiários ao longo do ano.

Ainda neste âmbito, procurou o Instituto, em simultâneo, captar fundos comunitários para a implementação de uma estratégia de formação profissional a longo prazo, tendo-se dado início a várias outras acções, designadamente:

- Formação profissional integrada – Foram desenvolvidas acções de formação em língua inglesa abrangendo cerca de 90 colaboradores, tendo sido dado particular relevo aos níveis de aprendizagem iniciais, mas tendo sido igualmente constituída uma turma de inglês avançado e de inglês para secretariado.



Estas acções estão a ser financiadas pelo Programa Operacional para a Administração Pública – POAP, tendo sido aprovada uma verba no valor global de 154,3 mil euros, a qual terá ainda execução no ano 2007 para acções de formação em informática, desenvolvimento de competências, optimização de desempenho e motivação organizacional e ainda técnicas de comunicação escrita.

- Directório de competências e necessidades de formação – Este projecto, desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Administração (INA), teve como objectivo a produção de um directório de competências exaustivo, coerente e sustentado para todos os recursos humanos do INH, que determina as competências técnicas e transversais relevantes para uma determinada função e grupo profissional. Este estudo permite ainda extrair informação relativa a necessidades de formação. Foi aprovado um valor global de 72,1 mil euros, verba que apenas será utilizada em 2007.
- Accções de formação - Durante o ano 2006, 263 participantes frequentaram 53 acções de formação em áreas tão diferenciadas como a contabilidade e a gestão financeira, a engenharia e a arquitectura, a área jurídica e a Administração Pública, entre outras, perfazendo um total de 7.688 horas de formação. Estas acções, financiadas exclusivamente por recursos próprios do Instituto, representaram um esforço de investimento na ordem dos 40 mil euros.

A preparação do futuro Instituto que substituirá o INH em consequência dos trabalhos de reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) foi objecto de permanente atenção ao longo de 2006, tendo sido lançado um estudo levado a cabo pela empresa Boston Consulting Group, co-financiado pelo POAP, a quem foi pedido para esboçar uma proposta de implementação de um novo modelo organizativo para o futuro Instituto.

Também financiado pelo POAP, foi elaborado em conjunto com o INA uma “carta de competências”, que contou com o envolvimento de toda a macro estrutura do Instituto.



3.2. Recursos Humanos e Organigrama do INH em 31 de Dezembro de 2006

Ao longo de 2006 houve um decréscimo de recursos humanos afectos ao quadro do INH, tendência manifestada nos últimos quatro anos, resultante de situações de reforma e aposentação, não tendo havido novas admissões.

3.2.1 Evolução do efectivo

O INH dispõe de dois quadros de pessoal, diferentes quanto á natureza do vínculo (contrato individual de trabalho e função pública) e quanto ás respectivas carreiras, o que decorreu da fusão com o IGAPHE.

No final de 2006, o total de recursos humanos afectos ao INH era de 214 colaboradores, dos quais:

- Referentes ao quadro de pessoal com contrato individual de trabalho:
 - 139 empregados a prestar serviço efectivo ao Instituto;
 - 4 empregados requisitados por outros organismos;
 - 3 empregados na situação de licença sem retribuição;
 - 2 empregados na situação de pré-reforma;
- Referentes ao quadro de pessoal da função pública:
 - 38 funcionários públicos a prestar serviço efectivo ao Instituto;
- Requisitados a outros organismos:
 - 6 colaboradores a prestar serviço efectivo ao Instituto.
- Referentes ao Projecto "Velhos Guetos, Novas Centralidades":
 - 14 colaboradores em regime de contrato a termo certo.
- Referentes ao Projecto de Estágios Profissionais da A.P.:
 - 8 colaboradores em regime de contrato de estágio.

Relativamente ao Projecto "Velhos Guetos, Novas Centralidades", a gestão de recursos humanos, na vertente de processamento salarial e controle da execução do orçamento dos recursos humanos afectos ao Projecto, é efectuada pelo INH. Face ás especificidades inerentes, estes colaboradores não serão considerados na análise do efectivo do INH, bem como os relacionados com o projecto de estágios profissionais.



3.2.2 Análise do efectivo

O número total de pessoal em serviço efectivo no final do ano era de 183 indivíduos, conforme discriminado no quadro seguinte:

Quadro XXIX

Recursos Humanos - Pessoal em Serviço efectivo por tipo de Vínculo e Categoria Profissional

Rubricas	2004	2005	2006
1- Pessoal do Quadro em Serviço Efectivo	187	183	177
Dirigente	38	39	37
Quadros Superiores	52	52	54
Quadros Técnico	28	26	22
Quadros Administrativo	62	60	59
Serviços Gerais	7	6	5
2- Pessoal requisitado a outros organismos em Serviço Efectivo	7	9	6
Dirigente	2	2	1
Quadros Superiores	2	3	3
Quadros Técnico	1	1	0
Quadros Administrativo	2	3	2
TOTAL	194	192	183

Verifica-se que o número de colaboradores do quadro, em serviço efectivo, sofreu um decréscimo de elementos face ao ano anterior – de 183 para 177 – resultante de:

- Reforma e aposentação (-11)
- Termo de Requisição (+3),
- Transferência para o quadro de pessoal (+2)

3.2.3 Repartição do pessoal – Distribuição e caracterização dos quadros de pessoal

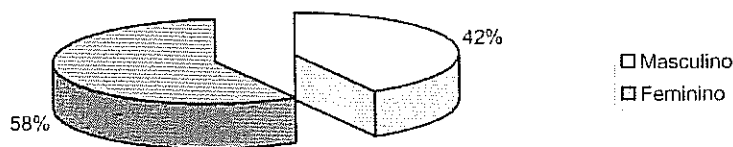
Distribuição do pessoal dos quadros do INH (186):

W
 #
 h
 12
 h

• **Por natureza de Vínculo**

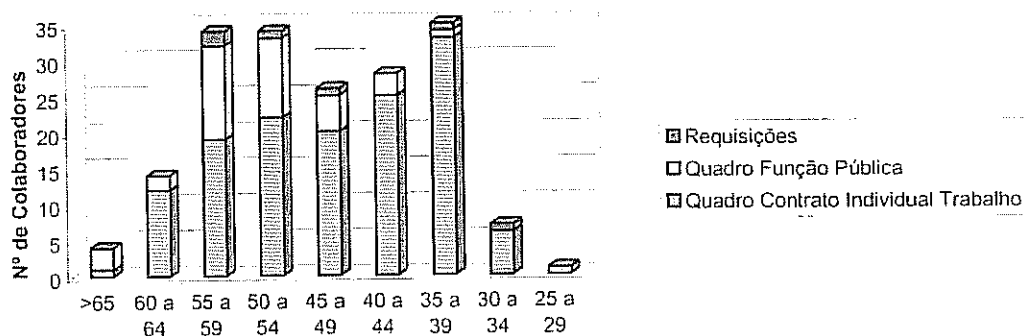


• **De acordo com o Género**




No conjunto dos colaboradores, verifica-se uma predominância do género feminino, atingindo os 58%.

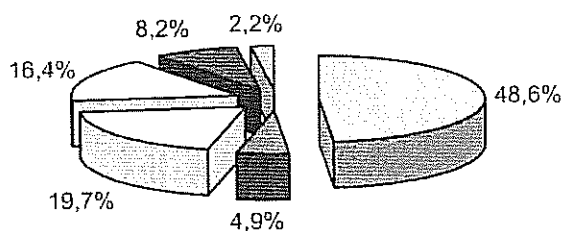
• **Por Grupo Etário**



Os recursos humanos apresentam uma média etária em torno dos 48 anos, sendo a faixa etária entre os 35 a 39 anos a que mais colaboradores concentra (19,1%), seguida das faixas etárias dos 50 aos 54 e dos 55 a 59 (18,6%).


 H. ...
 21/10
 07

• **Por formação escolar**



□ Curso Superior/Licenciatura

▣ Bacharelato

□ Ensino Secundário Complementar

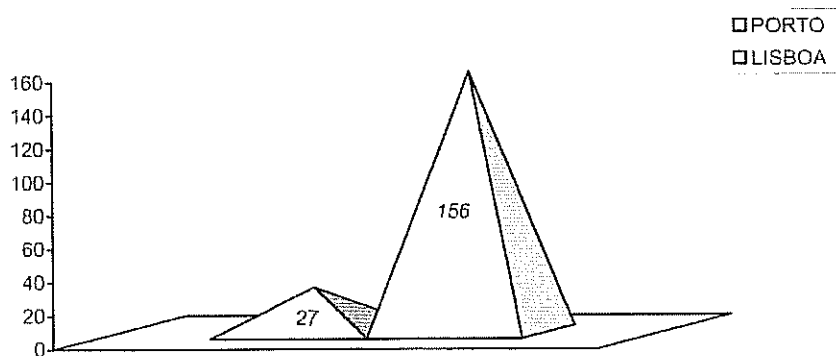
□ 3º ciclo Ensino Básico

▣ 2º ciclo Ensino Básico

▣ 1º ciclo Ensino Básico

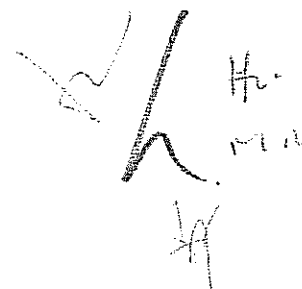
Relativamente ao perfil da qualificação pessoal o peso da formação superior é de 48,6%, sendo as áreas de maior incidência da formação académica a engenharia (ramo civil), a economia, o direito, a arquitectura e a gestão.

• **Por local de trabalho**



□ PORTO

□ LISBOA



3.3. Sistemas de Informação

Durante o ano de 2006, para além do trabalho corrente destinado a assegurar a manutenção e o normal funcionamento dos sistemas de informação, ocorreram significativas alterações quer nas prioridades quer nas tarefas estabelecidas pelo Instituto para a área informática.

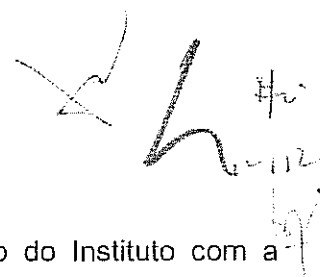
Em primeiro lugar, foi dada especial atenção à criação, desenvolvimento e implementação do novo Portal da Habitação e da plataforma tecnológica do Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU), orientação que exigiu:

- uma grande reformulação nas infra-estruturas de comunicações, com alteração da largura de banda e instalação de novas linhas dedicadas;
- a instalação e configuração de novos servidores aplicativos e de base de dados.

Em segundo lugar, prosseguiram, em 2006, os trabalhos realizados em torno das aplicações corporativas do Instituto, nomeadamente o SIGA, o SGC e o GIAF:

- iniciou-se o processo de análise e especificação de requisitos para a integração do SGC no SIGA, através do desenvolvimento de um novo módulo de gestão da execução financeira dos contratos do Instituto;
- realizaram-se várias optimizações ao SIGA, destinadas a dar resposta a solicitações dos utilizadores, bem como prosseguiu-se com a elaboração de novos mapas e relatórios dos empreendimentos e financiamentos existentes nesta aplicação;
- foram desenvolvidas novas funcionalidades no SGC, destinadas a permitir a integração de participações e de financiamentos realizados por outras instituições de crédito;
- foi desenvolvido o novo módulo de gestão financeira do GIAF, que entrará em exploração em 2007.

Foi ainda desenvolvido um Plano de Estratégia de Sistemas de Informação (PESI) para o IHRU, com o apoio de consultores externos, tendo em vista a integração do INH, IGAPHE e DGEMN neste novo Instituto.



Prosseguiram os trabalhos de renovação do parque informático do Instituto com a instalação e configuração de novos computadores e foi dada continuidade aos trabalhos de regular actualização das versões de sistemas operativos e de gestão de base de dados, assinalando-se, em particular, a migração das instâncias de base de dados de 32 para 64 bits.

Finalmente, deu-se início, em 2006, ao estudo que suportará a introdução de software livre, em especial no domínio da ofimática.

O quadro seguinte apresenta as despesas correntes e de investimento realizadas pelo Instituto em meios informáticos no triénio 2004-2006:

Quadro XXX

Despesas Correntes e de Investimento na Área da Informática

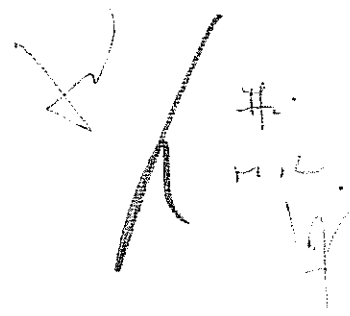
Unid: *Milhares de Euros*

Rubricas	2004	2005	2006
Despesas de Investimento	268	463	490
Hardware	133	41	191
Software	135	422	299
Despesas Correntes	497	281	291
Formação	13	3	8
Telecomunicações	68	107	130
Remodelação da Rede Informática	47	6	0
Serviços de Desenvolvimento Aplicacional (*)	268		
Contratos de Manutenção	101	165	153
Total	765	744	781

(*) Em 2005 e 2006, a despesa com serviços de desenvolvimento aplicacional passou a estar incluída na rubrica Despesas de Investimento - Software.

No exercício de 2006, deu-se início ao desenvolvimento de uma aplicação informática para a gestão dos pedidos de actualização de rendas no âmbito do NRAU - Novo Regime de Arrendamento Urbano, apoiado pelo POSC – Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (ver capítulo 4.2.4).

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. Análise ao Balanço

4.1.1. Activo Líquido

No final de 2006, o Activo Líquido do INH ascendia a 455 milhões de euros, tendo sofrido um decréscimo de 3,8% em relação a 2005. Para esta evolução do Activo Líquido assinala-se a redução do saldo das existências líquidas em 81,2 milhões de euros - reflectindo a alienação de 1.386 fogos do PER, ao abrigo do Decreto-Lei nº 159/2003 - e a diminuição em 11,1 milhões de euros do saldo das disponibilidades financeiras em contrapartida do acréscimo registado no saldo dos financiamentos a promotores - que sofreu um aumento líquido de 21,8 milhões de euros - e no valor de créditos a clientes que sofreu um aumento de 51,6 milhões de euros em consequência do registo da dívida por regularizar da venda de fogos do PER, atrás mencionados.

Quadro XXXI Activo Líquido

Unid: Milhares de Euros

Rubricas	2004	2005	2006	Var. 06/05
Activo Líquido	471.021	473.174	454.968	-3,8%
Imobilizado Bruto	12.410	12.211	13.201	8,1%
Imobilizado Corpóreo	8.810	9.244	9.860	6,7%
(Amortizações)	-5.718	-6.285	-7.063	
Saldo	3.092	2.959	2.797	-5,5%
Investimentos Financeiros	3.600	2.967	3.341	12,6%
Dívidas de Terceiros-Médio e Longo Prazo	127.836	113.161	115.932	
(Provisões)	-14.342	-11.986	-10.722	
Saldo	113.494	101.175	105.210	4,0%
Existências	159.406	188.348	104.792	
(Provisões)	-3.519	-5.761	-3.416	
Saldo	155.887	182.587	101.376	-44,5%
Dívidas de Terceiros-Curto Prazo	179.425	175.155	242.826	
(Provisões)	-31.872	-23.300	-21.299	
Saldo	147.553	151.855	221.527	45,9%
Depósitos em Instituições Financeiras	43.982	28.575	17.439	
Caixa	13	13	13	
Saldo	43.995	28.588	17.452	-39,0%
Acréscimos e Diferimentos	3.400	3.043	3.265	7,3%
Acréscimos de Proveitos	3.229	2.885	2.980	
Custos Diferidos	171	158	285	

Handwritten signature and date: 4. 11. 2006

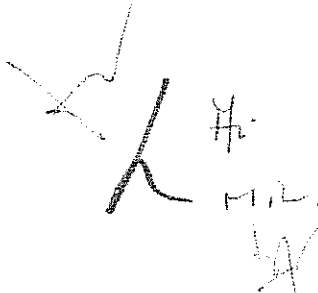
Também o valor das participações financeiras apresenta um acréscimo de cerca de 400 mil euros entre 2005 e 2006, resultante do efeito combinado da participação do INH, em 1,5 milhões de euros, no aumento de capital da empresa Porto Vivo, SRU, e do reconhecimento da quota-parte do INH nos prejuízos registados nas sociedade de reabilitação em que o INH participa, que ascenderam a 1,1 milhões de euros em 2006.

No que diz respeito à actividade principal do INH – a concessão de crédito para a construção e aquisição de habitações a custos controlados, bem como para a reabilitação de habitações e edifícios em avançado estado de degradação - a dívida dos promotores de habitação e particulares no final de 2006 apresenta uma subida de 6,9% em relação a 2005, tendo o valor da dívida crescido cerca de 19 milhões de euros em valores absolutos.

Quadro XXXII
Crédito Concedido – Composição

Unid: Milhares de Euros

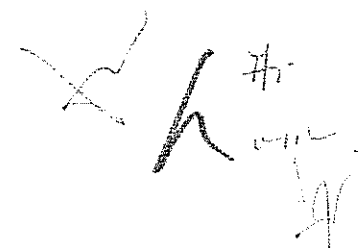
Desagregação do Crédito	2004	2005	2006	Estrutura	Var. 06/05
Por Tipo de Mutuários					
Promotores de Habitação	290.472	270.928	289.703	98,4%	6,9%
Câmaras	87.593	77.657	70.183	23,8%	-9,6%
Cooperativas	49.085	42.062	41.635	14,1%	-1,0%
Empresas	153.485	150.031	176.376	59,9%	17,6%
IPSS	-	284	-	-	-
Particulares	309	894	1.509	0,5%	68,8%
Empregados	5.450	4.828	4.672	1,6%	-3,2%
Aquisição de Habitação	5.450	4.828	4.672	1,6%	-3,2%
Para outros Fins	-	-	-	-	-
Total	295.922	275.756	294.375	100,0%	6,8%
Por Natureza do Crédito					
Capital	266.234	251.796	271.207	92,1%	7,7%
Juros	29.688	23.956	23.161	7,9%	-3,3%
Outras Dívidas	-	4	7	0,0%	75,0%
Total	295.922	275.756	294.375	100,0%	6,8%
Por Situação do Crédito					
Em Situação Regular	274.474	261.155	280.100	95,2%	7,3%
Em Incumprimento	21.448	14.601	14.275	4,8%	-2,2%
Total	295.922	275.756	294.375	100,0%	6,8%
Por Fase do Crédito					
Em Utilização	121.536	100.511	93.464	31,7%	-7,0%
Em Reembolso	174.386	175.245	200.911	68,3%	14,6%
Total	295.922	275.756	294.375	100,0%	6,8%



A composição do crédito indica que:

- as Câmaras Municipais voltaram a perder posição relativa na carteira de clientes do INH, fundamentalmente por razões relacionadas com as restrições orçamentais a que estão sujeitas, decorrentes dos respectivos níveis de endividamento.
- o crédito a particulares para operações de reabilitação de fogos e edifícios, ainda que pouco significativo em termos absolutos, tem vindo a aumentar, registando uma subida superior a 68,8% entre 2005 e 2006.
- a natureza da dívida indica ter havido uma diminuição do peso relativo da dívida de juros, enquanto que a dívida de capital apresenta um significativo crescimento.
- o menor peso da dívida em fase de utilização no cômputo geral do valor da dívida, indica a falta de rejuvenescimento do crédito já anteriormente referida, em consequência das condições macroeconómicas pouco favoráveis ao relançamento do investimento no sector da habitação.
- a qualidade da dívida consolidou-se em 2006, baixando o peso relativo do crédito vencido sobre o valor do crédito global de 5,3% para 4,8% entre 2005 e 2006.

A análise do crédito vencido - quadro seguinte – indica que continuam a ser as Câmaras Municipais os promotores com maior volume de crédito vencido. Porém, a concessão cada vez maior de novos financiamentos a empresas, conjugada com a diminuição do crédito vencido das Câmaras e das Cooperativas, conduziu a um aumento do peso dos incumprimentos das empresas, que passou de 25,9% em 2005 para 29,2% no final de 2006.



Quadro XXXIII

Evolução do Crédito Vencido

Unid: Milhares de Euros

Promotores	2004	2005	2006	Estrutura	Varição 06/05
Câmaras	6.789	6.945	6.317	44,3%	-9,0%
Cooperativas	10.266	3.876	3.789	26,5%	-2,2%
Empresas	4.393	3.779	4.163	29,2%	10,2%
Particulares	-	-	6	0,0%	-
Total	21.448	14.600	14.275	100,0%	-2,2%
% do Total de Crédito Concedido	7,5%	5,3%	4,8%	-	-

Em termos absolutos, o crédito vencido registou um decréscimo superior a 7 milhões de euros entre 2004 e 2006. Entre 2005 e 2006 o decréscimo foi de 325 mil euros, representando um desagravamento de dois pontos percentuais no valor dos incumprimentos. Esta evolução resultou dos seguintes movimentos ocorridos na conta do crédito vencido:

Quadro XXXIV

Movimentos no Saldo do Crédito Vencido

Unid: Milhares de Euros

Crédito Vencido em 31/12/2005	
(+) Novos processos caídos em incumprimento em 2006	602
(-) Crédito Vencido recuperado por dações, liquidações e anulações	(928)
Crédito Vencido em 31/12/2006	-326

A antiguidade do crédito vencido indica que este está concentrado no escalão superior a 30 meses (94% do crédito vencido). Na generalidade, são processos em incumprimento há mais de sete anos e contratados há mais de dez. Este facto revela bem as dificuldades que têm vindo a ser sentidas na sua recuperação. No final de 2006, porém, estava já renegociada e acordada a recuperação, a longo prazo, de 7,9 milhões de euros, tudo indicando vir a ser possível a redução progressiva do valor do crédito vencido nos próximos anos.



Handwritten notes:
K
42
nr2
1/1

Quadro XXXV

Antiguidade do Crédito Vencido

Unid: Milhares de Euros

Antiguidade	Crédito Vencido em 31/12/2006	% Estrutura
0 a 3 Meses	403	2,82%
3 a 6 Meses	-	-
6 a 12 Meses	57	0,40%
12 a 18 Meses	390	2,73%
Mais de 30 Meses	13.425	94,05%
Total	14.275	100,00%

De entre os processos de financiamento que em 31 de Dezembro de 2006 se encontravam na situação de crédito vencido, destacam-se 18 que, em contencioso, aguardavam decisão judicial. O crédito em contencioso ascendia, no final do ano, a cerca de 5,9 milhões de euros, registando um aumento em relação a 2005 em consequência de mais dois processos terem entrado em contencioso no decurso do exercício.

Quadro XXXVI

Crédito em Contencioso

Unid: Milhares de Euros

Promotores	2004	2005	2006	Variação 06/05
Câmaras	1.914	-	-	-
Cooperativas	2.531	1.594	2.119	32,9%
Empresas	3.875	3.780	3.773	-0,2%
Particulares			6	-
Total	8.320	5.374	5.898	9,8%

No agregado "Dívidas de Terceiros de Curto Prazo" do Balanço, está incluída a dívida da Direcção Geral do Tesouro (DGT) respeitante a bonificações de juros de financiamentos concedidos pelo INH e que são suportados pelo Estado. Esta dívida, no valor de 861 mil euros no final do ano, é praticamente igual à de 2005 e reflecte o facto de o valor das bonificações processadas e das recebidas serem de grandezas muito próximas.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large 'W' and some illegible scribbles.

Quadro XXXVII

Saldo das Bonificações a receber da DGT

Unid: Milhares de Euros

RUBRICAS	2004	2005	2006
Bonificações por receber no início do ano	3.508	993	852
Bonificações Processadas	4.786	4.433	3.860
Bonificações Recebidas	-7.301	-4.574	-3.851
Bonificações por receber no final do ano	993	852	861

4.1.2. Passivo

No final de 2006, o Passivo do Instituto Nacional de Habitação ascendia a 203,9 milhões de euros, valor decomposto como segue:

Quadro XXXVIII
Passivo

Unid: Milhares de Euros

Rubricas	2004	2005	2006	Var. 06/05
Passivo	226.270	226.989	203.895	-10,2%
Empréstimos em Moeda Estrangeira	27.061	10.040	9.165	-8,7%
Curto Prazo	17.021	875	875	0,0%
Médio e Longo Prazo	10.040	9.165	8.290	-9,5%
Empréstimos em Moeda Nacional	144.268	155.782	154.795	-0,6%
Curto Prazo	986	986	6.507	559,9%
Médio e Longo Prazo	143.282	154.796	148.288	-4,2%
Dívida a Terceiros-Curto Prazo	46.684	53.534	31.875	-40,5%
Provisões para Riscos e Encargos	4.854	4.545	4.551	0,1%
Acréscimos e Diferimentos	3.403	3.088	3.509	13,6%
Acréscimos de Custos	2.707	2.391	2.880	20,5%
Proveitos Diferidos	696	697	629	0,1%

Handwritten signatures and initials:
A. H. 112

O total do Passivo decresceu 10,2% em relação ao final de 2005. Com a reestruturação da dívida operada em 2004, a dívida do Instituto em moeda estrangeira (USDólares) situa-se agora em 9,2 milhões de euros enquanto a dívida em moeda nacional situa-se em 154,8 milhões de euros.

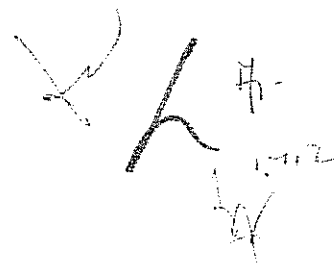
O quadro abaixo indica os movimentos registados na dívida do Instituto titulada em moeda estrangeira e nacional.

Quadro XXXIX
Empréstimos Obtidos – Evolução da Dívida entre 31/12/2005 e 31/12/2006

Unid: Milhares de Euros

Empréstimos Obtidos	Valor em Dívida 31/12/2005	Movimentos		Valor em Dívida 31/12/2006
		Utilizações	Reembolsos	
J.P. Morgan	5.064	-	460	4.604
The Transportation Group- Série B	4.976	-	415	4.561
Total titulado em US Dólares	10.040	-	875	9.165
FRDP	15.782	-	986	14.795
CGD	0	-	-	0
Banque de Developpement du Conseil de l' Europe (I)	50.000	-	-	50.000
Banque de Developpement du Conseil de l' Europe (II)	40.000	-	-	40.000
DEPFA Bank	50.000	-	-	50.000
Total titulado em Euros	155.782	-	986	154.795
Total dos Empréstimos Obtidos	165.822	-	1.861	163.960

A dívida de terceiros a curto prazo decresceu cerca de 22 milhões de euros, reflectindo a anulação dos adiantamentos recebidos de contratos-promessa de venda de fogos a Municípios, ao abrigo do Decreto-Lei nº 159/2003, de 18 de Julho, em consequência da contabilização da respectiva venda no final do ano.



4.1.3. Fundos Próprios

No final de 2006, os fundos próprios do Instituto ascendem a cerca de 251,1 milhões de euros, assim constituídos:

• Património	79.103 mil euros
• Reservas	164.723 mil euros
• Resultado líquido do exercício	7.247 mil euros

4.1.4. Responsabilidades Extra-Patrimoniais

O ano de 2006 regista um crescimento muito significativo das responsabilidades financeiras do Instituto resultantes da actividade de concessão de crédito, tendo passado de 837 milhões de euros no final de 2005 para 971 milhões de euros no final de 2006.

No que diz respeito às responsabilidades decorrentes da actividade de concessão de crédito, se bem que o crédito contratado ainda por utilizar se tenha reduzido cerca de 19 milhões de euros em relação a 2005, as responsabilidades resultantes de novo crédito já aprovado mas ainda por contratar valorizou-se em 46 milhões de euros entre o final de 2005 e de 2006.

Relativamente às responsabilidades financeiras decorrentes da outorga de Acordos celebrados no âmbito dos Projectos de Realojamento, também em 2006 se verifica um aumento superior a 100 milhões de euros em relação ao final de 2005, tendo passado de 746 milhões de euros para 854 milhões de euros no final de 2006.

No cômputo global, o montante das responsabilidades financeiras do INH cresceu entre 2005 e 2006 cerca de 16,0%, passando de 837 milhões de euros para 971 milhões de euros.

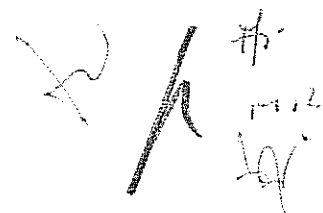


Handwritten signature and initials

Quadro XXXX
Responsabilidades do INH em 31/12/2006

Unid: Milhares de Euros

Responsabilidades Extrapatrimoniais Decorrentes:	2004	2005	2006
Da Actividade Financeira do INH	135.934	90.158	116.919
Crédito Contratado por Utilizar	76.363	69.374	50.700
Crédito Aprovado por Contratar	59.571	20.784	66.219
De Acordos para o Realojamento Populacional	866.790	746.571	854.434
Acordos de Colaboração e PROHABITA	505.480	438.564	481.620
Acordos de Adesão	361.310	308.007	372.814
Total	1.002.724	836.729	971.353



4.2. Análise à Demonstração de Resultados

4.2.1. Formação dos Resultados

O Instituto Nacional de Habitação alcançou um lucro de 7,2 milhões de euros no exercício económico de 2006, tendo os Proveitos atingido 113,5 milhões de euros e os Custos 106,3 milhões de euros.

O quadro seguinte apresenta a formação dos resultados numa perspectiva das margens libertadas nas mais importantes áreas de actividade do INH, comparando-as com as previstas no Orçamento e as alcançadas no exercício de 2005.

Contribuíram para a formação do resultado de exploração do Instituto, em 2006, a margem bruta libertada pela actividade financeira, no valor de 9,5 milhões de euros, a mais-valia alcançada com a alienação de terrenos e fogos, no valor de 4,6 milhões de euros, a anulação de provisões - líquida das provisões constituídas no exercício - com um contributo de 5,3 milhões de euros e os proveitos obtidos em outras actividades operacionais correntes, no valor de 1,2 milhões, os quais compensaram 11,3 milhões de euros de custos de funcionamento e estrutura e 0,8 milhões de euros de amortizações, tendo, em sua consequência, libertado um resultado de exploração no valor de 8,4 milhões de euros.

Estes resultados de exploração, adicionados de 47 mil euros de resultados extraordinários cobriram, por sua vez, as perdas com participações financeiras do Instituto em empresas de reabilitação urbana, no valor de 1,1 milhões de euros, fixando o resultado líquido do exercício em 7,2 milhões de euros.



Handwritten notes and signatures in the top right corner.

Quadro XXXXI

INH - Formação do Resultado

Unid: Milhares de Euros

	Exercício 2006	Orçamento 2006		Exercício 2005		
		Valor	Desvio	Valor	Varição	
Actividade de Financiamento Corrente						
+ Juros e Proveitos Equiparados	14.042	13.710	2,4%	14.794	-5,1%	
- Juros e Custos Equiparados	4.566	4.495	1,6%	4.022	13,5%	
Margem Financeira	9.476	9.215	2,8%	10.772	-12,0%	
Alienação de Activos - Terrenos e Fogos						
+ Proveitos dos Activos Vendidos	91.650	14.137	548,3%	9.662	848,6%	
- Custo dos Activos Vendidos	84.360	11.417	638,9%	8.130	937,6%	
- Custos Financeiros Imputados à Actividade	2.702	2.258	19,7%	1.702	58,8%	
Resultados da Alienação de Activos	4.588	462	893,1%	-170	-2798,8%	
Estrutura e Outras Actividades Operacionais						
+ Outros Proveitos e Ganhos Correntes	1.184	2.127	-44,3%	1.256	-5,7%	
- Custos de Funcionamento e Estrutura	11.293	13.777	-18,0%	10.561	6,9%	
	-10.109	-11.650	13,2%	-9.305	-8,6%	
Cash-Flow de Exploração	3.955	-1.973	300,5%	1.297	204,9%	
Amortizações e Provisões						
- Amortizações do Exercício	794	1.516	-47,6%	812	-2,2%	
+ Anulação Líquida de Provisões no Exercício	5.285	2.397	120,5%	7.535	-29,9%	
Resultados de Exploração	8.446	-1.092	873,4%	8.020	5,3%	
Custos e Perdas em Investimentos Financeiros						
- Perdas em Participações Financeiras	1.147			1.593	-28,0%	
- Custos Financeiros de Imobilizações de Capital	99			52	90,4%	
Resultados de Investimentos Financeiros	-1.246			-1.645	-24,3%	
Resultados Extraordinários						
+ Ganhos Extraordinários	188	4.487		328	-42,7%	
- Perdas Extraordinárias	141			120	17,5%	
Resultado do Exercício	7.247	3.395	113,5%	6.583	10,1%	
Cash Flow do Exercício						
+ Amortizações do Exercício	794	1.516	-47,6%	812	-2,2%	
+ Constituição Líquida de Provisões no Exercício						
- Anulação Líquida de Provisões no Exercício	5.285	2.397	120,5%	7.535	-70,1%	
+ Perdas em Participações Financeiras	1.147			1.593		
Cash Flow do Exercício	3.903	2.514	55,3%	1.453	168,5%	

O resultado alcançado é superior em cerca de 664 mil euros ao resultado apurado no final de 2005. O quadro abaixo destaca os factores que mais contribuíram para este aumento dos resultados:



Unid: Milhares de Euros

<u>Variação no Resultado de Exploração</u>	<u>2006/2005</u>
Margem Financeira Bruta	(1.296)
Alienação de Activos - Terrenos e Fogos	4.758
Estrutura e Outras Actividades Operacionais	(805)
Amortizações e Provisões Líquidas	(2.232)
Aumento no Resultado de Exploração	425
Perdas em Investimentos Financeiros	401
Resultados Extraordinários	(162)
<u>Variação no Resultado Líquido do Exercício</u>	<u>664</u>

Foram determinantes para o acréscimo dos resultados do Instituto em 2006, os melhores resultados alcançados na actividade Alienação de Terrenos e Fogos, a que se juntaram menores perdas nas participações financeiras em relação ao ano anterior. A Margem Financeira, embora continue a ser o suporte dos resultados do Instituto, perdeu importância relativa como factor da formação de resultados entre os dois anos, tendo, em 2006, contribuído com menos 1,3 milhões de euros para os resultados, em relação a 2005.

O cash-flow do exercício situou-se num valor na ordem dos 3,9 milhões de euros, acima do valor alcançado em 2005, que se tinha cifrado em cerca de 1,5 milhões de euros.

4.2.2. Margem Financeira

A Margem Financeira é o indicador que traduz o resultado da actividade de concessão de crédito, medido pela diferença entre proveitos de crédito e de aplicações de excedentes de tesouraria e o custo dos recursos financeiros afectos à actividade de crédito. O alargamento, desde 2003, das actividades do INH, em consequência da transferência de serviços do IGAPHE para o Instituto, e a publicação do Decreto-Lei nº 159/2003, de 18 de Julho, vieram diversificar as operações de "funding" do Instituto, alterando significativamente as finalidades do passivo assumido. Até então, todo o passivo de médio e longo prazo do Instituto estava afecto, em exclusivo, à actividade de concessão de crédito do INH. A partir de Dezembro de 2003 o passivo passou a integrar dívidas de médio e longo prazo relacionadas com o desenvolvimento de outras actividades,



nomeadamente com a actividade de infra-estruturação e comercialização de terrenos e venda de fogos.

A Margem Financeira constituiu o agregado financeiro mais importante do Instituto, já que é o grande suporte dos custos de estrutura e funcionamento do INH, embora tendo perdido, em 2006, importância relativa no financiamento destes custos. A ligeira perda de posição da Margem Financeira é consentida e espelha a necessidade do Instituto em aumentar a atractividade do seu "pricing", aproximando-o das demais instituições que operam no mercado financeiro do segmento da habitação de custos controlados.

Entre 2005 e 2006, a Margem Financeira decresceu 12%, reflexo da descida dos proveitos de crédito em 5,1% e da subida acentuada dos custos financeiros em 13,5%.

A redução dos proveitos de juros provenientes da concessão de crédito interno, que ocorre pelo terceiro ano consecutivo, é consequência do menor investimento que os promotores têm vindo a realizar no sector da habitação a custos controlados – facto que está a afectar o capital médio em dívida dos empréstimos concedidos. De facto, o saldo médio de crédito do ano de 2005 foi superior ao de 2006, isto apesar do saldo final de 2006 ser superior ao registado no final de 2005. O menor saldo de 2005 é justificado pelos movimentos de compra de fogos ocorridos em Dezembro daquele ano.

Quanto ao valor dos proveitos resultantes de aplicações financeiras, este cresceu cerca de 81,4%, fruto de um maior volume de aplicações realizadas em 2006.

Quanto aos custos dos recursos financeiros afectos à concessão de crédito, estes registaram em 2006 um acréscimo ligeiramente acima dos 500 mil euros, basicamente devido à evolução registada nas taxas de juro em moeda nacional.

Os custos financeiros com a remuneração dos capitais próprios subscritos pelas entidades participantes, ascenderam, por sua vez, a cerca de 1,3 milhões de euros, montante superior ao valor de 2005, devido igualmente à evolução das taxas de juro.



Handwritten signatures and initials:
F-
M-
4

Quadro XXXXII
Resultados Financeiros

Unid: Milhares de Euros

Rubricas	Exercício 2006	Orçamento 2006		Exercício 2005	
		Valor	Desvio	Valor	Variação
Proveitos Financeiros					
Juros de Crédito Interno	13.302	13.079	1,7%	14.386	-7,5%
Empréstimos a Promotores de Habitação	13.219	13.014	1,6%	14.319	-7,7%
Juros e Proveitos Equiparados	9.362	8.821	6,1%	10.008	-6,5%
Bonificações	3.857	4.193	-8,0%	4.311	-10,5%
Empréstimos a Empregados do INH	83	65	27,7%	67	23,9%
Juros de Aplicações Financeiras	740	631	17,3%	408	81,4%
Total dos Proveitos	14.042	13.710	2,4%	14.794	-5,1%
Custos Financeiros					
Juros de Empréstimos Obtidos	3.107	4.903	-36,6%	2.582	20,3%
Outros Custos de Empréstimos Obtidos	74	138	-46,4%	161	-54,0%
Remuneração de Títulos de Participação INH	1.371	1.688	-18,8%	1.260	8,8%
Outros Custos de Natureza Financeira	14	24	-	19	-26,3%
Total dos Custos	4.566	6.753	-32,4%	4.022	13,5%
Margem Financeira	9.476	6.957	36,2%	10.772	-12,0%

4.2.3. Resultados da Alienação de Activos – Terrenos e Fogos

Em 2006, foram alienados 1.386 fogos no valor de 85,4 milhões de euros ao abrigo do Decreto-Lei nº 159/2003, de 18 de Julho, a que acresce a venda de património habitacional e não habitacional recebido na forma de dação em pagamento (102 frações habitacionais, 20 arrecadações, 7 garagens e 2 lojas), no valor de 6,1 milhões de euros, a expropriação de um terreno afecto à construção da infra-estrutura rodoviária alternativa ao Monte da Caparica, no valor de 80 mil euros, e ainda a alienação de 4 lojas do empreendimento das Ulmeiras, localizado em Loures, por 110 mil euros, tudo totalizando proveitos no valor de 91,6 milhões de euros.



Handwritten signature and date: 12/12/06

O custos das existências alienadas ascendeu a 84,4 milhões de euros, sendo de 2,7 milhões de euros os encargos financeiros imputados a estas operações, pelo que a actividade de Alienação de Activos - Terrenos e Fogos gerou um ganho de 4,6 milhões de euros.

4.2.4. Outros Proveitos e Ganhos Correntes

No exercício de 2006 foram registados proveitos diversos no valor de 1.184 mil euros, abrangendo a prestação de serviços – gestão e cobrança de activos do ex-FFH, fiscalização de obras e acompanhamento financeiro de empréstimos concedidos por outras instituições de crédito, emissão de 2ª vias e autorizações para o levantamento de ónus de intransmissibilidade –, a recuperação de despesas junto de entidades utilizadoras das instalações do edifício sede do INH, o aluguer de espaços e a venda de publicações diversas.

Porém, a componente mais relevante contabilizada nesta rubrica diz respeito à recuperação de despesas relacionadas com projectos inscritos no PIDDAC – Projecto de Apoio a Regiões Socialmente Deprimidas - e no Orçamento de Funcionamento do Instituto – Projecto NRAU, Formação Profissional Integrada e Formação de Estagiários no âmbito do Programa de Modernização da Administração Pública . Estas despesas foram inicialmente suportadas pelo INH, tendo sido contabilizadas em custos, sendo mais tarde registadas em proveitos quando foram reembolsadas, já no final do ano. O valor das despesas recuperadas ascende a 849 mil euros, das quais 550 mil reembolsadas pela EFTA, 196 mil pelo Orçamento do Estado, 64 mil pelo Fundo Social Europeu e 38 mil pelo FEDER.

4.2.5. Custos de Funcionamento e Estrutura

Em 2006, os custos de funcionamento e estrutura atingiram o valor aproximado de 11,3 milhões de euros, valor que representa um acréscimo de 6,9% em relação ao alcançado em 2005.



Handwritten signature and initials

Integram este agregado duas grandes componentes: os custos com o pessoal, rubrica que decresceu ligeiramente entre 2005 e 2006 (-0,6%) e o custo dos bens e serviços necessários ao normal funcionamento do Instituto – rubrica que, em relação ao ano passado, registou um crescimento próximo dos 30%, em consequência de um maior volume de despesas que a transição do INH para o IHRU tem requerido.

Quadro XXXXIII

Custos de Funcionamento e Estrutura

Unid: Milhares de Euros

Decomposição	Exercício 2006	Orçamento 2006		Exercício 2005	
		Valor	Desvio	Valor	Variação
Custos c/ Pessoal	7.588	9.248	-17,9%	7.634	-0,6%
Remuneração dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	271	293	-7,5%	296	-8,4%
Remuneração de Empregados	5.773	7.118	-18,9%	5.729	0,8%
Encargos Sociais Obrigatórios	1.036	1.219	-15,0%	1.087	-4,7%
Encargos Sociais Facultativos	295	323	-8,7%	275	7,3%
Outros Custos c/ Pessoal	213	295	-27,8%	247	-13,8%
Custo de Matérias Consumidas	76	75	1,3%	80	-5,0%
Material de Expediente e Consumíveis	56	60	-6,7%	57	-1,8%
Outros Materiais	20	15	33,3%	23	-13,0%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	3.354	4.044	-17,1%	2.643	26,9%
Água, Energia e Combustíveis	144	156	-7,7%	128	12,5%
Rendas e Alugueres	216	240	-10,0%	227	-4,8%
Comunicação e Despesas de Expedição	391	465	-15,9%	373	4,8%
Deslocações, Estadas e Representação	108	166	-34,9%	98	10,2%
Publicidade e Publicações	274	341	-19,6%	201	36,3%
Honorários	38	102	-62,7%	52	-26,9%
Conservação e Reparação	491	474	3,6%	314	56,4%
Seguros	36	37	-2,7%	26	38,5%
Auditoria, Estudos e Consultas	825	859	-4,0%	452	82,5%
Serviços de Limpeza	105	146	-28,1%	131	-19,8%
Vigilância e Segurança	111	135	-17,8%	114	-2,6%
Trabalhos Especializados	303	103	194,2%	236	28,4%
Encargos c/ Formação de Pessoal	74	138	-46,4%	63	17,5%
Outros Fornecimentos e Serviços de Terceiros	238	682	-65,1%	228	4,4%
Outros Custos	275	410	-32,9%	204	34,8%
TOTAL	11.293	13.777	-18,0%	10.561	6,9%

Handwritten signature and date: 2007/12/14

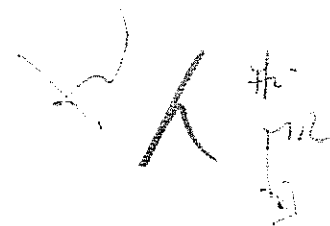
Os crescimentos mais significativos, nos custos com fornecimentos e serviços adquiridos em 2006, fizeram-se sentir na conta das Auditorias, Estudos e Consultas (mais 82,5%) fundamentalmente em consequência de estudos realizados no âmbito da concepção e preparação do IHRU; na conta da Conservação e Reparação de Instalações (mais 56,4%) em virtude da realização de obras de adaptação em três pisos do edifício sede com vista à instalação de serviços que transitaram do IGAPHE para o INH e de serviços para o esclarecimento público do novo regime de arrendamento urbano; na conta da Publicidade e Publicações (mais 36,3%) resultante da publicação do Guia Técnico da Habitação e do livro comemorativo dos 20 anos do INH; e na conta dos Trabalhos Especializados Diversos (mais 28,4%), com destaque para as despesas realizadas com a organização e montagem da candidatura apresentada pelo INH a um financiamento do BEI destinado à recuperação e reabilitação de bairros históricos e do parque habitacional arrendado que transitará do IGAPHE. No total, estas operações contribuíram, comparativamente a 2005, com mais 690 mil euros para os custos de estrutura e funcionamento de 2006.

Em relação ao Orçamento, os custos de funcionamento e estrutura ficaram cerca de 2,5 milhões de euros abaixo do valor previsto, basicamente devido à não implementação, conforme prevista para 2006, da estrutura de gestão do Projecto Qualificação e Reinserção de Bairros Críticos.

4.3. Resultados por Actividades

O INH tem implementado desde 2003 um sistema de contabilidade analítica orientado para o apuramento dos resultados de exploração das actividades que desenvolve, bem como para a medição do valor criado por cada uma das unidades operacionais que contribuem para esses resultados.

Em 2006, o Instituto desenvolveu um significativo esforço no sentido de melhorar e consolidar a qualidade da informação analítica registada na contabilidade, tendo procedido a uma reestruturação do sistema de classificação de documentos e à definição mais detalhada e aderente das "áreas de negócio" do Instituto. O projecto assentou em princípios de descentralização administrativa e envolveu a mobilização de um volume bastante significativo de recursos humanos ao projecto.



A actividade do Instituto abrange as seguintes áreas de negócio ou produtos, conforme referido no Capítulo 2 deste Relatório:

- concessão de crédito;
- gestão e financiamento de projectos habitacionais financiados pelo Estado através do PIDDAC;
- prestação de serviços, alienação e aluguer de património administrativo;
- gestão do programa de incentivo ao arrendamento jovem (IAJ);
- infra-estruturação e comercialização de terrenos e de fogos adquiridos ao abrigo do Decreto-Lei nº 159/2003, de 18 de Julho.

Os custos de exploração de cada "produto" integram, para além dos seus custos directos, gerados nas unidades operacionais que lhes estão afectas, os custos indirectos que lhes são imputados pelos serviços de apoio, bem como custos gerais do Instituto.

Estão ainda individualizados no final do quadro apresentado na página seguinte, os resultados de duas outras áreas não consideradas "negócios" do INH: os investimentos financeiros e a acção do Instituto decorrente da sua integração institucional por força das políticas do Governo para o Sector da Habitação.

No exercício de 2006, a Concessão de Crédito e a Alienação de Terrenos e Fogos geraram resultados no valor aproximado de 16 milhões de euros, compensando o défice de exploração das restantes actividades (produtos).

A Gestão dos Projectos Habitacionais Financiados pelo Estado e a Gestão do Programa de Incentivo ao Arrendamento Jovem (IAJ), implicaram custos superiores a 4,9 milhões de euros. São actividades de carácter administrativo e financeiro de apoio à dinamização e administração da política de habitação do Estado, não geradoras de proveitos e sem que o Instituto seja, pelo seu exercício, devidamente compensado.



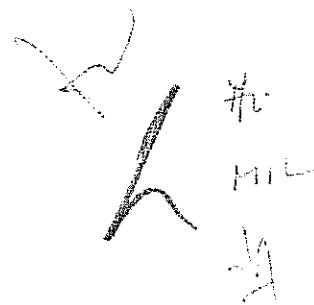
Handwritten signature and initials
F. P. 112

Quadro XXXIV
Resultados Económicos do INH por Actividades

Unid: Milhares de Euros

Actividades	Concessão de Crédito	Gestão de Projectos Habitacionais do Estado	Prestação de Serviços e Aluguer de Património	Gestão do Programa IAJ	Alienação de Terrenos e Fogos	Total
Proveitos da Exploração	26.542	0	310	15	85.776	112.643
Operacionais	13.292		284			13.576
Vendas	6.122				85.528	
Outros	7.128		26	15	248	7.417
Custos da Actividade	15.203	3.668	893	1.398	81.175	102.337
Custos Directos	14.323	2.157	458	738	80.923	98.599
Custos de Exploração	12.935	2.090	444	712	80.872	97.053
Operacionais	50	484	16	303	10	863
Estrutura	1.542	1.606	428	409	574	4.559
Financeiros	4.811				2.461	7.272
Vendas	6.532				77.827	84.359
Outros Custos Directos	1.388	67	14	26	51	1.546
Provisões Líquidas	1.134					1.134
Outros	254	67	14	26	51	412
Custos Imputados	880	1.511	435	660	252	3.738
Serviços de Apoio	438	845	248	371	64	1.966
Custos Gerais	442	666	187	289	188	1.772
Resultados da Actividade	11.339	-3.668	-583	-1.383	4.601	10.306
Cash-Flow da Actividade	6.191	-3.399	-495	-1.251	4.689	5.735
Outros Resultados						-3.059
Investimentos Financeiros						-1.235
Acção Institucional						-1.824
Resultados do Exercício						7.247
Cash-Flow do Exercício						3.903

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS PARA 2007



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2007, o Instituto Nacional de Habitação irá ser objecto de uma reestruturação no âmbito do PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, envolvendo a sua redenominação para IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, bem como a incorporação de atribuições adicionais.

Para além das normais dificuldades iniciais de transição inerentes à implantação de um novo modelo organizativo e de gestão para o IHRU, a actividade financeira do novo organismo irá continuar condicionada, em 2007, pela manutenção dos constrangimentos macroeconómicos dos últimos anos, embora mais aligeirados com a expectativa de uma pequena retoma económica no corrente ano.

Porém, a revitalização do investimento no segmento da habitação a custos controlados continua difícil e incerta. As menores disponibilidades orçamentais e financeiras da Administração Central e Local do Estado para o sector, conjugadas com a reorientação dos investimentos públicos para a reabilitação, em detrimento da construção de raiz, tem vindo a retirar algum incentivo e interesse dos investidores privados pelo segmento da habitação a custos controlados.

Acresce que o clima de confiança dos agentes na economia e a retoma económica expectável para 2007 continuam ainda a ser muito débeis – a estimativa de crescimento económico apontada pelo Banco de Portugal para 2007 é na ordem de 1,0% - pelo que o relançamento do investimento neste segmento de mercado e na reabilitação habitacional dependerá, em muito, do sucesso que o novo organismo venha a alcançar na divulgação e sensibilização dos agentes económicos do sector e no impulso que venha a introduzir na reabilitação do parque edificado das cidades.

Para além da actividade creditícia destinada à construção e reabilitação urbana, o novo organismo irá intervir:

- na dinamização do mercado de arrendamento destinado a franjas da população de menores rendimentos – incluindo jovens e população idosa -, financiando a oferta



[Handwritten signature]
#12
1

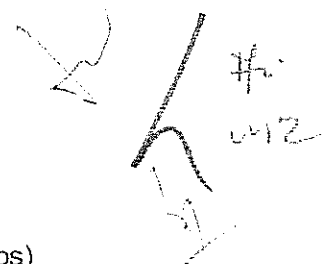
de habitação e subsidiando a procura através de um Programa designado por "Porta 65";

- na gestão patrimonial e na comercialização de solos destinadas à promoção de habitação a custos controlados e de habitações a inserir no mercado de arrendamento;
- no financiamento da renovação e revitalização urbanas.

Neste contexto, constam do Orçamento Privativo do Instituto Nacional de Habitação os seguintes objectivos e linhas de actuação para o exercício de 2007:

- Dinamizar o mercado da reabilitação habitacional envolvendo a acção articulada de Municípios, Particulares e Sociedades de Reabilitação Urbana;
- Prosseguir o financiamento dos Programas de Realojamento PER e Prohabita;
- Promover a oferta de HCC para venda através da concessão de crédito aos agentes promotores que dinamizam este segmento de mercado;
- Assegurar a execução dos programas de apoio a regiões socialmente deprimidas e implementar programas de requalificação e reinserção de áreas urbanas consideradas críticas;
- Dar respostas rápidas no domínio do realojamento, reconstrução e reabilitação decorrentes de desastres naturais e outras situações de emergência;
- Dinamizar a divulgação, a formação e a consolidação de sistemas de informação destinadas a operadores que actuam no sector;
- Optimizar e dinamizar o sistema de apoio à procura de habitação para arrendamento social.

Neste quadro de objectivos e linhas de orientação, foram inscritas as seguintes metas para 2007:



Reabilitação do Parque Habitacional Privado

- Aprovação de Financiamentos – 8,3 milhões de euros (1.200 fogos)
- Contratação de Financiamentos – 8,9 milhões de euros (1.235 fogos)
- Utilizações de Financiamentos Concedido – 7,5 milhões de euros

Financiamento do Parque de Arrendamento Público

- Aprovação de Financiamentos – 119,7 milhões de euros (5.088 fogos)
- Contratação de Financiamentos – 120,7 milhões de euros (4.989 fogos)
- Utilizações de Financiamentos Concedido – 74,6 milhões de euros

Financiamento de HCC para Venda

- Aprovação de Financiamentos – 134,0 milhões de euros (2.948 fogos)
- Contratação de Financiamentos – 130,0 milhões de euros (2.869 fogos)
- Utilizações de Financiamentos Concedido – 183,5 milhões de euros

Financiamento a Regiões Socialmente Deprimidas

- Aprovação de Financiamentos – 12,2 milhões de euros (2.948 fogos)
- Contratação de Financiamentos – 12,2 milhões de euros (2.869 fogos)
- Utilizações de Financiamentos Concedido – 12,2 milhões de euros

Financiamentos à Requalificação e Reinserção Social de Bairros Críticos

- Aprovação de Financiamentos – 4,5 milhões de euros (2.948 fogos)
- Contratação de Financiamentos – 4,5 milhões de euros (2.869 fogos)
- Utilizações de Financiamentos Concedido – 4,5 milhões de euros

Comercialização de Terrenos

- Receitas – 1,9 milhões de euros

Alienação de Habitações ao abrigo do DL 159/2003

- Receitas – 75,4 milhões de euros (1.218 fogos)

Apoios ao Arrendamento Social (Programa IAJ)

Handwritten marks:
A large handwritten checkmark or 'L' shape is present. To its right, there are handwritten characters that appear to be 'H-' and 'M2'. Below the main mark, there is another smaller handwritten mark.

- Subsídios a Pagar – 43,0 milhões de euros

Dinamização do Mercado de Arrendamento Público (Programa Porta 65)

- Fogos a Arrendar (regime de propriedade pública) – 10.000 fogos
- Fogos a Arrendar (regime de propriedade privada) – 300 fogos

As actividades previstas para o exercício de 2007 gerarão Proveitos expectáveis na ordem de 102,5 milhões de euros e Lucros no valor de 57,9 mil euros.

6. NOTA FINAL DE AGRADECIMENTO

[Handwritten signature and initials]

6. NOTA FINAL DE AGRADECIMENTO

O Conselho Directivo expressa o seu público reconhecimento e apreço a todos quantos, com empenho e determinação, contribuíram para o cumprimento dos objectivos do Instituto Nacional de Habitação no ano de 2006.

Muito em particular, agradecemos:

- A Sua Excelência o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, a Sua Excelência o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades e a Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, pela forma atenta como, ao longo deste exercício, acompanharam e superiormente orientaram a acção do Instituto Nacional de Habitação;
- aos promotores de habitação de custos controlados - Câmaras Municipais, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Cooperativas de Habitação e de Construção e Empresas -, pela confiança depositada e pelas válidas contribuições que, desde sempre, têm vindo a dar ao desenvolvimento do sector;
- às entidades participantes no Capital do Instituto - Direcção-Geral do Tesouro, Caixa Geral de Depósitos e Parpública - pela confiança manifestada e pelo permanente apoio prestado à instituição;
- à Comissão de Fiscalização, pela forma competente, atenta e dialogante como exerceu as suas funções;
- e, por fim, aos colaboradores do Instituto, em especial àqueles que, pela sua dedicação, empenho, lealdade e competência profissional mais se destacaram no cumprimento da sua missão, o que permitiu ao Instituto apresentar resultados positivos.



Instituto Nacional de Habitação
RELATORIO E CONTAS - 2006

Lisboa, 19 de Abril de 2007

O Conselho Directivo

Presidente:
(Eng.º José Teixeira Monteiro)

Vogais Executivos:
(Dr. Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga)

.....
(Dra. Mafalda da Câmara Manuel Reynolds)

.....
(Dra. Maria João Lopes Freitas)

Vogal não Executivo:
(Dr. José Raposo Ferreira)

II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

INSTITUTO NACIONAL DE HABITACIÓN

BALANCOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	2006		2005	
		Activo Bruto	Amortizações e provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
Activo					
Imobilizado:					
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	2.7	496	-	496	496
Edifícios e outras construções	2.7	3.997	2.602	1.395	1.653
Equipamento de transporte	2.7	446	446	-	-
Equipamento administrativo	2.7	3.907	3.313	594	648
Outras imobilizações corpóreas	2.7	891	702	189	162
Imobilizações em curso	2.7	123	-	123	-
		9.860	7.063	2.797	2.959
Investimentos financeiros:					
Partes de capital	2.16	3.341	-	3.341	2.967
Circulante:					
Existências:					
Materias-primas, subsidiárias e de consumo		31	-	31	34
Mercadorias	2.42	104.761	3.416	101.345	182.553
		104.792	3.416	101.376	182.587
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Empréstimos concedidos	2.23	115.932	10.722	105.210	101.175
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Empréstimos concedidos	2.23	178.443	20.482	157.961	140.112
Clientes, conta corrente	2.42	52.435	-	52.435	830
Estado e outros entes públicos		8	-	8	-
Outros devedores	2.43	11.940	617	11.123	10.913
		242.826	21.299	221.527	151.855
Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa:					
Conta no Tesouro	2.44	16.162	-	16.162	28.222
Depósitos em instituições financeiras	2.44	1.277	-	1.277	353
Caixa		13	-	13	13
		17.452	-	17.452	28.588
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	2.45	2.980	-	2.980	2.885
Custos diferidos	2.45	285	-	285	158
		3.265	-	3.265	3.043
Total de amortizações			7.063		
Total de provisões			35.437		
Total do activo		497.468	42.500	454.968	473.174
Fundos próprios e passivo					
Fundos próprios:					
Património	2.32				79.103
Reservas:					
Reservas estatutárias	2.32				96.550
Reservas decorrentes da transferência de activos	2.32				68.169
Resultado líquido do exercício	2.32				7.247
					251.073
Provisões para riscos e encargos	2.31				4.551
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:					
Empréstimos por dívida não titulada	2.27				156.578
Dívidas a terceiros - Curto prazo:					
Empréstimos por dívida não titulada	2.27				7.362
Adiantamentos por conta de vendas	2.42				17.900
Fornecedores, conta corrente					71
Fornecedores de imobilizado, conta corrente					126
Estado e outros entes públicos					211
Outros credores	2.43				13.567
					39.257
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de custos	2.45				2.860
Proveitos diferidos	2.45				629
					3.509
Total dos fundos próprios e do passivo					454.968
					473.174

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

INSTITUTO NACIONAL DE HABITACÃO

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	2006	2005	Notas	2006	2005
Custos e perdas						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:						
Mercadorias	2.33	84.361	8.130	2.33	91.651	9.662
Matérias	2.33	76	80	2.46	336	752
Fornecimentos e serviços externos	2.46	3.354	2.643			
Custos com pessoal:						
Remunerações	2.47	6.044	6.024		849	504
Encargos Sociais:						
Pensões	2.47 e 2.40	256	275		14.043	14.794
Outros	2.47	1.288	1.335	2.37	106.878	25.712
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	2.7	116	114			
Amortizações do exercício	2.31	794	812			
Provisões do exercício	2.31	1.214	2.624			
Outros custos e perdas operacionais		159	92	2.38	6.686	10.489
(A)		97.662	22.129			
Custos e perdas financeiras	2.37	8.514	7.369			
(C)		106.176	29.498			
Custos e perdas extraordinárias		141	120			
(E)	2.38	106.317	29.618			
Resultado líquido do exercício	2.32	7.247	6.583	Total	113.564	36.201
	Total	113.564	36.201	Total	113.564	36.201

RESUMO	
Resultados operacionais (B)-(A)	(4.827) (11.211)
Resultados financeiros (D-B)-(C-A)	5.529 7.425
Resultados correntes (D)-(C)	702 (3.786)
Resultado líquido do exercício (F)-(E)	7.247 6.583

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações de resultados.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

INSTITUTO NACIONAL DE HABITACÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em euros)

Código		Recebimentos	2006		2005	
Capítulo	Grupo					
16		Saldo de gerência anterior		28.528.993,07		43.994.575,37
	01	Saldo orçamental				
		De dotações orçamentais (OE)				
		Na posse do serviço - consignado	352.374,47		5.197.451,00	
		De receitas próprias				
		Na posse do serviço - consignado	27.092.585,07		38.332.980,61	
		Na posse do Tesouro				
		De receita do Estado	305.849,57		36.772,54	
		De operações de tesouraria	550.028,87		241.789,08	
		Descontos em vencimentos e salários:				
		De receita do Estado	228.155,09		185.582,14	
		Receitas		160.311.443,05		237.251.258,01
		Dotações orçamentais (OE)				
		Correntes				
06		Transferências correntes				
	03	Administração central	177.471,00			
	09	Resto do Mundo	539.789,00			
		Capital				
10		Transferências de capital				
	03	Administração central	33.699.187,00		59.176.565,00	
	09	Resto do Mundo	193.850,57		508.516,57	
11		Activos financeiros				
	06	Empréstimos a médio e longo prazo	823.867,00		668.830,19	
		Receitas Próprias				
		Correntes				
05		Rendimentos de propriedade				
	01	Juros - Soc. e quase soc. não financeiras	6.426.242,39		7.047.166,24	
	02	Juros - Sociedades financeiras	5.483,50		399.642,44	
	03	Juros - Administrações públicas	3.765.538,87		3.018.708,74	
	05	Juros - Famílias	111.327,03		79.264,39	
06		Transferências correntes				
	03	Administração central	3.850.978,83		4.495.132,42	
	09	Resto do Mundo	41.112,00			
07		Venda de bens e serviços correntes				
	01	Venda de bens			2,50	
	02	Serviços	311.626,88		352.665,09	
08		Outras receitas correntes				
	01	Outras receitas correntes	552.969,64		417.908,54	
09		Venda de bens de investimento				
	01	Terrenos	2.858.177,04		879.921,89	
	02	Habitações	14.374.662,76		17.772.077,63	
11		Activos financeiros				
	06	Empréstimos a médio e longo prazo	80.266.713,34		120.155.864,58	
	08	Acções e outras participações				
	11	Outros activos financeiros			758.139,47	
12		Passivos financeiros				
	06	Empréstimos a médio e longo prazo			12.500.000,00	
		Recebido do Tesouro em conta de receitas próprias				
		Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades				
		Receita do Estado	2.714.173,52		1.072.644,20	
		Operações de tesouraria	6.828.549,58		5.186.985,82	
		Descontos em vencimentos e salários :				
		Receita do Estado	2.659.414,47		2.657.093,58	
		Operações de tesouraria	110.308,63		104.128,72	
		Total		188.840.436,12		281.245.833,38

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações de fluxos de caixa

Hc
MIL

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em euros)

Código			Pagamentos	2006	2005
Capítulo	Grupo	Artigo			
			Despesas	171.454.400,53	252.716.840,31
			Despesas orçamentais (OE)		
			Correntes		
01			Despesas com pessoal		
	01		Remunerações certas permanentes	332.735,00	254.436,00
	02		Abonos variáveis ou eventuais	6.431,00	487,00
	03		Segurança social	57.088,00	58.717,00
02			Aquisição de bens e serviços		
	01		Aquisição de bens	16.922,00	8.366,00
	02		Aquisição de serviços	372.610,00	103.718,00
05			Outras despesas correntes		
	02		Diversas	236,00	
07			Aquisição de bens de capital		
	01		Investimentos	4.691,00	22.868,00
08			Capital		
			Transferências de capital		
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras	6.371.849,96	3.321.324,50
	04		Administração Regional	5.519.793,00	14.372.204,00
	05		Administração Local	15.947.817,42	39.416.375,96
	07		Instituições s/lins lucrativos	39.713,40	
	06		Famílias	5.401.494,92	5.849.690,19
09			Activos financeiros		
	06		Empréstimos M/L prazo	101.188.270,55	1.790.801,64
			Despesas orçamentais com compensação em receita própria e com ou sem transição dos saldos		
			Correntes		
01			Despesas com pessoal		
	01		Remunerações certas permanentes	5.558.095,36	5.528.452,86
	02		Abonos variáveis ou eventuais	112.000,17	170.910,55
	03		Segurança social	1.572.151,17	1.590.644,08
02			Aquisição de bens e serviços		
	01		Aquisição de bens	240.132,20	232.126,54
	02		Aquisição de serviços	2.837.170,65	2.457.894,66
03			Juros e outros encargos		
	01		Juros de dívida pública	4.929.510,91	4.189.673,70
	02		Outros encargos correntes da dívida pública	55.594,75	178.064,69
04			Transferências correntes		
	03		Administração central	25.948,00	27.911,74
05			Subsídios		
	01		Sociedades e quase sociedades não financeiras - Públicas	11.000,00	
	03		Administração Central	25.000,00	
	07		Instituições s/lins lucrativos	78.350,00	
	08		Famílias	2.316,88	89.064,99
06			Outras despesas correntes		
	02		Diversas	4.462.819,80	6.975.014,05
07			Capital		
			Aquisição de bens de capital		
	01		Investimentos	1.528.590,84	29.858.179,27
09			Activos financeiros		
	06		Empréstimos M/L prazo		109.130.676,58
	08		Unidades de participação	1.700.266,97	603.000,00
	09		Outros activos financeiros		78.192,43
10			Passivos financeiros		
	06		Empréstimos a médio e longo prazo	1.956.231,45	18.007.083,33
			Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias		
			Descontos em vencimentos e salários:		
			Receita do Estado	2.690.583,85	2.605.463,96
			Operações de tesouraria	105.270,81	113.185,39
			Importâncias entregues ao Estado ou outras entidades:		
			Receita do Estado	930.212,98	803.567,17
			Operações de tesouraria	7.373.501,49	4.878.746,03
			Saldo para a gerência seguinte	17.386.035,59	28.528.993,07
			Execução orçamental		
			De dotações orçamentais (OE)	133.229,30	352.374,47
			De receitas próprias		
			Na posse do serviço	14.955.895,69	27.092.585,07
			Na posse do Tesouro		
			De receita do Estado	2.089.810,11	305.849,57
			De operações de tesouraria	16.114,78	550.028,87
			Descontos em vencimentos e salários:		
			De receita do Estado	196.985,71	228.155,09
			Total	188.640.436,12	281.245.833,38

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações de fluxos de caixa

MAPAS DE CONTROLO ORÇAMENTAL

7.2 - MAPA DE CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - RECEITA

Código	Classificação Econômica Descrição	(3)	Receitas por cobrar no início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida	Receitas por cobrar no final do ano	Grau de execução pré. das receitas
							(6)	(8)			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) =4+6-7+11	(6)	(7)	(9)	(10)	(10)-(7)+(9)	(11)	(12)=(10)/(11)
05.01.02	Juros - Soc. e Quase Soc. não Financeiras - Privadas	6.286.472	11.202.348	7.209.507	601.639	6.376.450			6.376.450	11.433.766	101,43% (1)
05.01.02	Juros - Soc. e Quase Soc. não Financeiras - Privadas	3.580.236		49.792		49.792			49.792		1,39% (2)
05.02.01	Juros - Soc. Finance. - Bancas e Outr. Inst. Financeiras	46.956		5.484		5.484			5.484		11,68%
05.03.01	Juros - Administração Local - Estados	780.000		741.546		741.546			741.546		95,07%
05.03.04	Juros - Adm. Públicas - Adm. Local - Confinhente	1.799.875	12.709.254	1.896.946		2.933.761			2.933.761	11.671.419	163,00%
05.03.05	Juros - Adm. Públicas - Adm. Local - Reg. Autônomas	74.895	35.127	68.442		90.211			90.211	33.357	120,29%
05.04.00	Juros - Instituições sem Fins Lucrativos	6.693							0		0,00%
05.05.00	Juros - Famílias	78.322	14.180	126.533		111.327			111.327	29.486	142,14%
06.03.01.00	Transf. Correntes - Adm. Central - Estado - DGT	7.100.000	854.217	3.828.805		3.850.979			3.850.979	832.103	54,24% (1)
06.03.01.00	Transf. Correntes - Adm. Central - Estado - DGT	421.093		177.471		177.471			177.471		42,15% (2)
06.09.01	União Europeia	800.926		539.789		539.789			539.789		23,27% (1)
06.09.01	União Europeia	95.100	22.315	67.784		90.009			90.009	292.427	94,74%
07.02.01	Serviços - Aluguer de espaços e equipamentos	176.895	260.015	67.310		34.898			34.898	57.681	19,66%
07.02.03	Serviços - Violentas e anuais	201.147	65.223	179.088		186.630			186.630		64,10%
07.02.99	Serviços - Outros	506.323	3.050	2.553.546		2.552.970			2.552.970	3.626	109,21%
08.01.99	Outros Receitas Correntes - Outros	2.255.160		2.858.177		2.858.177			2.858.177		126,74%
09.01.01	Terrenos - Sociedade e Quase Soc. não Financeiras	585.140		99.000		99.000			99.000		0,00%
09.01.09	Terrenos - Inst. Sem Fins Lucrativos	676.366		6.225.526		6.225.526			6.225.526		14,64%
09.02.01	Habitlações - Sociedades e Quase Soc. não Financeiras	6.930.860		6.225.526		6.225.526			6.225.526		118,65%
09.02.06	Habitlações - Adm. Públicas - Adm. Local - Confinhente	968.381		6.050.137		6.050.137			6.050.137		0,00%
09.02.09	Habitlações - Ins. Sem Fins Lucrativos	6.750.000	770	1.692		0			0	2.462	99,63%
09.02.10	Habitlações - Famílias	770				0			0		0,00%
09.04.01	Outros - Sociedades e Quase Soc. não Financeiras	7.500		1.692		0			0		0,00%
09.04.10	Outros - Famílias	46.478.907		33.699.187		33.699.187			33.699.187		92,36%
10.03.01	Transf. Capital - Adm. Central - Estado	266.284		116.871		116.871			116.871		45,25% (1)
10.09.01	Transf. Capital - Rsto do Mundo - U.E. - Instituições	466.534		50.569		50.569			50.569		10,84% (2)
10.09.01	Transf. Capital - Rsto do Mundo - U.E. - Instituições	1.596.548		26.411		26.411			26.411		1,65%
10.09.04	Emp. ML prazo - Rsto do Mundo - Países Terceiros	139.112.960		73.189.164		73.189.164			73.189.164		52,61%
11.05.01	Emp. ML prazo - Soc. e Quase Soc. não Financeiras	8.851.527		6.483.118		6.483.118			6.483.118		73,24%
11.06.06	Emp. ML prazo - Adm. Públicas - Adm. Local - Confinhente	200.000		151.774		151.774			151.774		75,89%
11.06.07	Emp. ML prazo - Adm. Públicas - Adm. Local - Reg. Autônomas	20.000				0			0		0,00%
11.06.09	Emp. ML prazo - Famílias	419.697		442.658		442.658			442.658		105,50% (1)
11.06.10	Emp. ML prazo - Famílias	755.000		823.867		823.867			823.867		109,12% (2)
11.06.03	Ad. Públicas	6.060.000				0			0		0,00%
11.11.10	Outros Activos Finance. - Famílias	0				0			0		0,00%
12.06.02	Emp. ML prazo - Soc. Financeiras	20.000.000				0			0		0,00%
16.01.03	Saldo Orçamental - na posse do Serviço - consignado	27.092.564		27.092.564		27.092.564			27.092.564		100,00% (1)
16.01.03	Saldo Orçamental - na posse do Serviço - consignado	352.373		352.373		352.373			352.373		100,00% (2)
	Total Geral	282.060.880	25.165.499	175.236.453	601.639	175.443.955	0	0	175.443.955	24.356.328	

1) FUNCIONAMENTO
2) FIDICAC

[Handwritten signature and initials]

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA

Código	Classificação Económica Descrição	Dotações Corrigidas	Cativos ou Congelamentos	Compromissos Assumidos	Despesas pagas		Total	Diferenças			Grau de execução orç. das despesas (12)=(8)/(3-4)*100
					Ano (6)	Anos anteriores (7)		(8)-(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldos (10)=(0)-(4)-(6)	
01.01.02	Remunerações certas e permanentes - Órgãos Sociais	206.485		192.610		192.610		13.875	13.875	0	93,28%
01.01.03	Passal dos Quadros-Regime de Função Pública	835.363		801.347		801.347		34.016	34.016	0	95,93%
01.01.04	Passal em qualquer outra situação	3.301.464		2.687.384		2.687.384		414.080	414.080	0	87,46%
01.01.09	Representação	561.454		50.281		50.281		353.599	353.599	0	37,02%
01.01.11	Suplementos e Prémios	352.340		346.328		346.328		6.012	6.012	0	97,56%
01.01.12	Subsídio de férias e de Natal	348.299		293.158		293.158		55.141	55.141	0	84,17%
01.01.13	Horas extraordinárias	896.855		779.133		779.133		116.922	116.922	0	86,85%
01.02.02	Ajudas de custo	72.059	3.529	43.078		43.078		25.452	25.452	0	62,86%
01.02.04	Indemnizações por cessação de Funções	47.226	3.088	10.221		10.221		801	801	0	98,19%
01.02.05	Outros abonos em numerário ou espécie	12.704	953	10.221		10.221		1.530	1.530	0	86,98%
01.02.12	Encargos com a saúde	17.000	1.275	15.364		15.364		15.725	15.725	0	0,00%
01.03.01	Outros Encargos com a saúde	30.111	2.259	33.351		33.351		12.488	12.488	0	55,16%
01.03.02	Subsídios para a criação e jovens	48.937		12.125		12.125		15.566	15.566	0	68,15%
01.03.03	Contribuições para a Segurança Social	22.452		68.907		68.907		10.327	10.327	0	54,00%
01.03.04	Outras Pensões	1.033.795		943.582		943.582		3.093	3.093	0	95,70%
01.03.05	Seguros	16.000		15.551		15.551		90.213	90.213	0	97,27%
01.03.06	Combustíveis e lubrificantes	507.103		498.635		498.635		449	449	0	97,19%
02.01.02	Limpieza e Higiene	65.574	4.412	59.807		59.807		1.555	1.555	6.106	87,37%
02.01.04	Material de escritório	89.750	7.500	58.306		58.306		3.857	3.857	0	59,89%
02.01.15	Ferramentas e Utensílios	33.825	882	32.654		32.654		23.944	23.944	0	70,89%
02.01.17	Livros e documentação técnica	44		0		0		289	289	0	99,12%
02.01.18	Livros e documentação técnica	51.258	2.363	17.789		17.789		544	544	0	0,00%
02.01.21	Outros bens	17.353	1.877	12.538		12.538		30.882	30.882	214	36,38%
02.02.01	Encargos das instalações	57.919	3.794	59.661		59.661		3.138	3.138	0	79,58%
02.02.02	Manutenção de bens	95.409	5.143	86.391		86.391		4.464	4.464	0	93,04%
02.02.03	Locação de bens	139.601	10.598	102.855		102.855		3.875	3.875	0	95,71%
02.02.04	Locação de material de transporte	376.525	16.577	298.299		298.299		26.159	26.159	0	79,72%
02.02.05	Locação de outros bens	219.362	17.195	164.164		164.164		61.649	61.649	4.087	81,74%
02.02.06	Comunicações - Internet	10.141		9.825		9.825		18.003	18.003	0	91,09%
02.02.07	Comunicações - comunicações de dados	17.534	1.005	7.621		7.621		316	316	0	96,86%
02.02.08	Comunicações - comunicações de voz	130.220	3.637	119.419		119.419		8.907	8.907	0	46,11%
02.02.09	Comunicações - outros serviços	52.934	9.475	39.574		39.574		10.801	10.801	0	91,71%
02.02.09.E0	Comunicações - outros serviços de comunicações	30.534	2.735	26.411		26.411		2.045	2.045	0	83,62%
02.02.09.F0	Transportes	90.739	7.138	66.514		66.514		3.885	3.885	0	91,06%
02.02.10	Representação dos Serviços	139.585	12.158	32.006		32.006		5.388	5.388	0	63,06%
02.02.11	Seguros	41.282	2.646	33.480		33.480		17.087	17.087	73	79,47%
02.02.12	Despesas e estadas	151.445	26.092	103.827		103.827		13.389	13.389	0	89,17%
02.02.13	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	1.065.287	74.172	495.582		495.582		698	698	0	26,04%
02.02.14	Formação	155.076	9.450	73.407		73.407		95.422	95.422	0	25,12%
02.02.17	Publicidade	300.534	22.765	243.523		243.523		5.156	5.156	0	86,65%
				251.718		251.718		21.526	21.526	0	82,83%
				8.195		8.195		495.543	495.543	0	50,00%
				32.051		32.051		73.219	73.219	0	50,06%
				40.246		40.246		32.051	32.051	8.195	85,82%

Mir
H.C.
X

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA

Código	Classificação Económica Descrição	Dotações Construídas	Commissões Assumidas	Despesas pagas		Total	Dotação não comprometida	Diferenças Saldos	Compromissos per pagar	Grau de execução orç. das despesas (12)=(9)/(3-4)*100
				Ano	Anos anteriores					
(1)	(2)	(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)=(3)-(4)-(5)	(10)=(7)-(4)-(6)	(11)=(9)-(8)	(12)=(9)/(3-4)*100
02.02.1B	Vigilância e segurança	124.103	108.844	108.844		108.844	5.483	5.483	0	95,20%
02.02.19	Assistência Técnica	301.618	198.100	198.100		198.100	85.209	85.209	0	69,92%
02.02.20	Outros trabalhos especializados	356.045	302.411	301.137		301.137	33.233	34.507	1.274	89,12%
02.02.22	Serviços de saúde	15.221	13.217	13.217		13.217	1.087	1.087	0	92,40%
02.02.25	Outros serviços	202.167	178.123	168.628	7.495	176.123	11.459	11.459	0	93,89%
03.01.03	Soc. Financeiras - Bancos e Outras Inst. Financeiras	34.004	324.396	324.396		324.396	9.057	9.057	0	97,28%
03.01.05	Administração Pública Central - SFA	333.453	3.951.764	3.951.764		3.951.764	1.736	1.736	0	99,96%
03.01.14	Resto do Mundo - U.E. Instituições	665.760	653.351	653.351		653.351	32.409	32.409	0	95,27%
03.01.16	Resto do Mundo - Países Terceiros e Org. Internacionais	63.200	55.595	55.595		55.595	7.605	7.605	0	87,87%
03.02.01	Despesas diversas	25.948	25.948	25.948		25.948	0	0	0	100,00%
04.03.05.A0	Serviços e Fundos Autónomos - OSMOP	5.000	5.000	5.000		5.000	0	0	0	100,00%
05.01.01	Soc. e Quase Soc. não Financeiras - Públicas	15.750	6.000	6.000		6.000	29.000	29.000	0	17,14%
05.01.03	Soc. Financeiras - Bancos e Outras Inst. Financeiras	25.000	25.000	25.000		25.000	0	0	0	100,00%
05.03.03	Administração Central - SFA	80.000	78.350	78.350		78.350	1.650	1.650	0	97,94%
05.07.01	Instituições S/ Fins Lucrativos	10.000	2.317	2.317		2.317	7.683	7.683	0	23,17%
05.08.03	Famílias - Outras	840.000	4.463.116	4.462.820		4.462.820	6.894	7.190	296	99,84%
06.02.03	Outras Despesas Correntes - Diversas - Outras	15.521.717	597.223	569.332	27.891	597.031	14.934.085	532.594	296	36,60%
07.01.01.B0	Terrenos - Adm. Central SFA	281.078	191.277	191.277		191.277	89.801	89.801	0	68,95%
07.01.02.B0	Habitções - Adm. Central SFA	743.297	424.060	292.354	6.426	298.780	319.217	444.517	125.309	40,20%
07.01.07.B0.B0	Equipamento de Informática - Outros	10.000	9.786	9.786		9.786	214	214	0	97,86%
07.01.08.B0.B0	Software Informático - Outros	147.500	129.420	128.833		128.833	18.080	19.667	587	67,34%
07.01.09.B0.B0	Equipamento Administrativo - Outros	500	37.700	0		37.700	500	500	0	0,00%
07.01.11.B0	Fornas e Utensílios - Adm. Central SFA	37.700	4.878	4.878		4.878	122	122	0	97,56%
07.01.15.B0	Outros investimentos - Adm. Central SFA	5.000	96.593.921	96.593.921		96.593.921	35.167.402	35.167.402	0	73,31%
09.06.01	Emp. M/L prazo - Soc. e Quase Soc. não Financeiras - Privadas	131.751.323	1.907.385	1.907.385		1.907.385	3.679.615	3.679.615	0	34,14%
09.06.02	Emp. M/L prazo - Soc. e Quase Soc. não Financeiras - Públicas	5.997.000	4.000.481	295.982		295.982	3.704.499	3.704.499	0	7,40%
09.06.08	Emp. M/L prazo - Adm. Pública Local - Continente	2.026.001	2.026.001	2.026.001		2.026.001	0	0	0	0,00%
09.06.09	Emp. M/L prazo - Adm. Pública Local - Reg. Autónomas	202.500	202.500	202.500		202.500	0	0	0	0,00%
09.06.11	Emp. M/L prazo - Instituições S/ Fins Lucrativos	2.950.885	886.134	886.134		886.134	2.064.751	2.064.751	0	30,03%
09.06.13	Emp. M/L prazo - Famílias - Outras	5.907.000	1.700.267	1.700.267		1.700.267	4.206.733	4.206.733	0	28,76%
09.06.02	Soc. e Quase Soc. não Financeiras - Públicas	20.000.000	966.373	966.373		966.373	20.000.000	20.000.000	0	0,00%
10.06.03	Sociedades Financeiras - Bancos e outras Inst. Financeiras	966.373	969.859	969.859		969.859	0	0	0	100,00%
10.06.06	Administração Pública Central - SFA	1.136.364	124.727.306	124.727.306		124.727.306	166.505	166.505	0	85,35%
10.06.16	Resto do Mundo - Países Terceiros e Org. Internacionais	214.817.303	327.079	327.079		327.079	89.555.832	89.555.832	155.786	59,17%
	SUB-TOTAL FUNCIONAMENTO									
	INVESTIMENTOS DO PLANO									
01.01.06	Pessoal contratado a Termo	376.659	176.286	176.286		176.286	200.373	200.373	0	46,60%
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	191.816	87.630	87.630		87.630	104.186	104.186	0	45,66%
01.01.11	Representação	19.235	8.084	8.084		8.084	11.151	11.151	0	42,03%
01.01.13	Subsídio da refeição	31.998	16.273	16.273		16.273	18.695	18.695	0	46,54%

Handwritten signature and initials.

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA

Código	Classificação Económica Descrição	Dotações Corrigidas (3)	Cativos ou Congelamentos (4)	Compromissos Assumidos (5)	Despesas pagas		Total (8)=(6)+(7)	Diferenças		Grau de execução orç. das despesas (12)=(6)/(5-4)×100	
					Ano (6)	Anos anteriores (7)		Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldos (10)=(3)-(4)-(9)		Compromissos por pagar (11)=(5)-(6)
01.01.14	Subsídio de férias e de Natal	83.290		44.462	44.462		44.462	38.828	38.828	0	53,36%
01.02.04	Ajuda de custo	9.846		16	16			9.829	9.829	0	0,16%
01.02.12	Indemnizações por cessação de Funções	1.376		1.375	1.375		1.375	1	1	0	99,95%
01.02.13	Outros suplementos e prémios	7.208	154	5.040	5.040		5.040	2.014	2.014	0	71,45%
01.03.01	Encargos com a saúde	250		193	193		193	250	250	0	0,00%
01.03.02	Outros Encargos com a saúde	138.124		56.895	56.895		56.895	81.229	81.229	0	77,20%
01.03.05	Seguros	2.690						2.690	2.690	0	41,19%
01.03.09	Combustíveis e lubrificantes	6.584		732	732		732	5.852	5.852	0	0,00%
02.01.04	Limpeza e Higiene	777		184	184		184	593	593	0	11,12%
02.01.08	Material de escritório	25.697		4.457	4.457		4.457	21.240	21.240	0	17,34%
02.01.15	Prémios, concessões e ofertas	7.652		1.195	1.195		1.195	6.457	6.457	0	15,62%
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	2.599		39	39		39	2.560	2.560	0	1,50%
02.01.18	Livros e documentação técnica	6.222		47	47		47	6.175	6.175	0	0,76%
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	11.833		2.686	2.686		2.686	9.147	9.147	0	22,70%
02.01.21	Outros bens	39.559		7.552	7.552		7.552	31.977	31.977	0	19,17%
02.02.01	Encargos das instalações	3.114		852	852		852	2.262	2.262	0	27,36%
02.02.02	Limpeza e higiene	4.650		2.489	2.489		2.489	2.151	2.151	0	53,74%
02.02.03	Conservação de bens	5.688		1.083	1.083		1.083	4.605	4.605	0	19,04%
02.02.04	Locação de edifícios	13.772		8.671	8.671		8.671	4.901	4.901	0	64,41%
02.02.08	Locação de outros bens	8.928		1.536	1.536		1.536	7.390	7.390	0	17,21%
02.02.09.A0	Comunicações - Internet	6.781		906	906		906	5.875	5.875	0	13,36%
02.02.09.B0	Comunicações - comunicações de dados	5.752		1.749	1.749		1.749	4.003	4.003	0	30,41%
02.02.09.C0	Comunicações - comunicações de voz	8.216		2.932	2.932		2.932	5.284	5.284	0	35,69%
02.02.09.D0	Comunicações - comunicações móveis	4.108		1.256	1.256		1.256	2.852	2.852	0	30,57%
02.02.09.E0	Comunicações - outros serviços	1.643		987	987		987	656	656	0	60,07%
02.02.09.F0	Comunicações - outros serviços de comunicações	3.882		88	88		88	3.794	3.794	0	2,27%
02.02.10	Transportes	29.007	79	609	609		609	28.398	28.398	0	0,00%
02.02.11	Representação dos Serviços	2.955		1.100	1.100		1.100	1.855	1.855	0	2,10%
02.02.12	Seguros	22.028	253	4.219	4.219		4.219	17.556	17.556	0	37,23%
02.02.13	Deslocações e estadas	260.802	2.886	60.522	60.522		60.522	197.292	197.292	0	19,38%
02.02.14	Estudos, pareceres, projectos e consultoria	14.851	51	892	892		892	13.908	13.908	0	23,48%
02.02.15	Formação	35.514		9.593	9.593		9.593	35.514	35.514	0	6,03%
02.02.16	Seminários, exposições e similares	37.921		2.197	2.197		2.197	28.328	28.328	0	0,00%
02.02.17	Publicidade	4.315		250	250		250	3.605	3.605	0	25,30%
02.02.18	Vigilância e segurança	3.655		247.561	247.561		247.561	181.894	181.894	0	50,92%
02.02.19	Assistência Técnica	439.035	9.560	22.908	22.908		22.908	30.817	30.817	0	5,49%
02.02.20	Outros trabalhos especializados	53.725		236	236		236	1.108	1.108	0	42,64%
02.02.25	Outros serviços	21.316		1.627	1.627		1.627	19.689	19.689	0	17,56%
05.02.03	Outras Despesas Correntes - Diversas - Outras	25.691		1.613	1.613		1.613	7.359	7.359	0	7,63%
07.01.07.00.B0	Equipamento de Informática - Outros	12.611		1.224	1.224		1.224	23.978	23.978	0	2,09%
07.01.09.00.B0	Software Informático - Outros	2.885		4.202.243	4.202.243		4.202.243	2.885	2.885	0	6,30%
07.01.11.50	Ferramentas e Utensílios - Adm. Central SFA	4.206.556		2.169.607	2.169.607		2.169.607	11.397	11.397	0	9,71%
07.01.15.B0	Outros Investimentos - Adm. Central SFA	3.036.112		5.519.793	5.519.793		5.519.793	866.505	866.505	0	99,90%
08.01.01	Soc. e Casa Soc. não Financeiras - Públicas	5.877.108	357.315	5.519.793	5.519.793		5.519.793	0	0	0	71,46%
08.01.02	Soc. e Casa Soc. não Financeiras - Privadas										100,00%
08.04.01.A0	Adm. Regional - Região Autónoma dos Açores										

MZ
#

7.1 - MAPA DE CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - DESPESA

112

Unid.: Euro

Código (1)	Classificação Económica Descrição (2)	Dotações Corrigidas (3)	Cativos ou Congelamentos (4)	Compromissos Assumidos (5)	Despesas pagas			Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Diferenças		Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	Grau de execução orç. das despesas (12)=(9)/(3-4)*100
					Ano (6)	Anos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)		Saldos (10)=(3)-(4)-(8)			
08.05.01.B0	Adm. Local - Continente - Municípios	18.018.311	2.410.185	14.600.935	14.600.935		14.600.935	807.191	807.191	0	94,83%	
08.05.02.B0	Adm. Local - Região Autónoma dos Açores - Municípios	4.218.401		1.028.774	1.028.774		1.028.774	3.189.627	3.189.627	0	24,39%	
08.05.03.B0	Adm. Local - Região Autónoma da Madeira - Municípios	118.109		118.108	118.108		118.108	1	1	0	100,00%	
08.07.01	Instituições S/ Fins Lucrativos	39.714		39.713	39.713		39.713	1	1	0	100,00%	
08.08.02	Famílias - Outras	5.408.577		5.401.495	5.401.495		5.401.495	7.082	7.082	0	99,87%	
09.06.13	Emp. M/L prazo - Famílias - Outras	1.514.950		1.514.849	1.514.849		1.514.849	1	1	0	100,00%	
	SUB-TOTAL INVESTIMENTOS DO PLANO	44.451.617	2.780.605	35.586.230	35.586.230	0	35.586.230	6.084.782	6.084.782	0	85,40%	
	TOTAL GERAL	259.266.920	3.107.604	160.510.622	160.313.616	41.220	160.354.836	95.650.614	95.606.400	155.786	62,60%	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Instituto Nacional de Habitação (Instituto ou INH) é um instituto público com personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, tendo como objecto assegurar a administração habitacional e as intervenções de natureza financeira no sector de habitação da competência do Estado. Foi criado em 1984 pelo Decreto-Lei nº 177/84, de 25 de Maio, tendo como objectivo suprir o vazio orgânico em matéria de administração habitacional provocado pela extinção do Fundo de Fomento de Habitação e do Fundo de Apoio ao Investimento para a Habitação.

O Instituto funcionou em regime de instalação até Julho de 1986, altura em que foram aprovados os seus estatutos, com a publicação do Decreto-Lei nº 202-B/86, de 22 de Julho, posteriormente alterados através do Decreto-Lei nº 460/88, de 14 de Dezembro, Decreto-Lei nº 305/91, de 16 de Agosto, e Decreto-Lei nº 243/2002, de 5 de Novembro.

O Decreto-Lei nº 243/2002, de 5 de Novembro, determinou a fusão entre o Instituto Nacional de Habitação (INH) e o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), pela transferência para o INH da generalidade das atribuições, competências e património do IGAPHE, bem como dos funcionários afectos aos serviços cujas competências foram transferidas.

No Artigo 3º dos citados Estatutos são expressamente definidas as competências do Instituto, salientando-se as seguintes, no domínio da intervenção financeira:

- Conceder empréstimos e participações destinados ao financiamento de programas de interesse social de construção, reconstrução e reabilitação de habitações;
- Conceder bonificações de juros a pessoas colectivas e particulares e prestar garantias, quando necessário, às instituições de crédito que pratiquem operações de financiamento à construção, reconstrução e reabilitação de habitações;
- Contrair empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, emitir obrigações e realizar outras operações no domínio dos mercados monetário e financeiro directamente relacionadas com a sua actividade;
- Celebrar contratos de desenvolvimento ou contratos programa no domínio habitacional;
- Participar em sociedades, fundos de investimento imobiliário, consórcios ou formas de associação que tenham como objecto a promoção habitacional, a construção, reconstrução e reabilitação habitacional ou urbanização, ou ainda a gestão de património habitacional de interesse social;
- Gerir programas específicos, particularmente no domínio do apoio ao arrendamento, que lhe sejam cometidos.

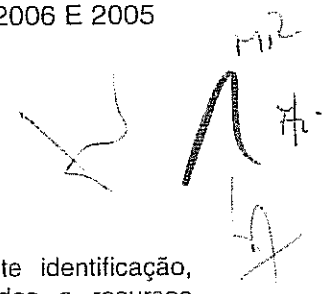
As demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foram elaboradas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), que foi adoptado desde 1 de Janeiro de 2002, em substituição do Plano de Contas do Sistema Bancário (PCSB) adoptado até 31 de Dezembro de 2001. A adopção do POCP foi feita em cumprimento do estipulado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro.

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos do Instituto, observando os princípios contabilísticos fundamentais da continuidade, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade, da não compensação e da substância sobre a forma e com as normas do Plano Oficial de Contabilidade Pública em vigor.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade Pública. Aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao INH, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)



1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

Os elementos fundamentais de caracterização do Instituto, designadamente identificação, legislação aplicável, estrutura organizacional, descrição das suas actividades e recursos humanos, encontram-se tratados com o devido destaque e de forma apropriada no corpo do Relatório de Gestão anexo. Atendendo à sua natureza, descreve-se seguidamente a organização contabilística de suporte:

Organização contabilística

A introdução do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), associada à implementação de uma aplicação informática adquirida para o efeito, implicou alterações na organização contabilística existente.

Estas alterações decorreram da adopção das regras e normas estabelecidas para o funcionamento do POCP, que implicaram o registo detalhado das operações orçamentais desde a aprovação do orçamento, às suas alterações, ao registo dos cabimentos e dos compromissos, com a introdução dos necessários circuitos documentais e aprovações, e à sua execução e controlo orçamental.

Adicionalmente, foi necessário ajustar o tratamento contabilístico das operações realizadas pelo Instituto, cuja natureza é predominantemente financeira, ao sistema de contas utilizado pelo POCP.

A aplicação informática adquirida, que procura interpretar e seguir as normas existentes para a contabilidade pública, contém também subjacentes alguns modelos de funcionamento na preparação da informação e no seu encaminhamento e tratamento, em termos de registo e controlo da informação.

Estas alterações constituíram uma ruptura com os procedimentos anteriormente seguidos e requereram adaptações, pelo que os procedimentos contabilísticos não estão ainda suportados por um manual que os descreva sistematicamente.

O sistema contabilístico encontra-se centralizado na sede do Instituto, mantendo algumas das suas aplicações periféricas funcionalidades dispersas pelos diferentes serviços e também na Delegação do Porto, onde existe ainda uma caixa que gere, em sistema de fundo fixo, um fundo de maneo para satisfazer as necessidades locais.

Toda a documentação é organizada e arquivada de acordo com a sua natureza, por diários, e registada informaticamente no sistema contabilístico central, que recolhe informação de aplicações periféricas tais como:

- i) O sistema de gestão de contratos, que regista, controla e gere os empréstimos concedidos pelo Instituto;
- ii) A aplicação de recursos humanos, que gere os elementos sobre o pessoal e controla e processa as suas remunerações, que são integradas directamente nas respectivas contas da contabilidade;
- iii) A aplicação de logística, que controla os movimentos de entrada, saída e existência de materiais de consumo, e;
- iv) A aplicação de imobilizado, que regista as aquisições, os abates e os bens distribuídos pelas diversas áreas da organização, calcula as amortizações e emite listagens de controlo.

O tratamento do movimento contabilístico é feito de modo a obter-se informação mensal de gestão, com elaboração das respectivas demonstrações financeiras e elementos de suporte.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.3 Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

Os principais critérios valorimétricos e políticas contabilísticas utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os custos e os proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, pelo que são registados ao longo do período a que respeitam, independentemente do seu pagamento ou do seu recebimento.

Relativamente aos empréstimos concedidos que se encontram em incumprimento, sempre que exista dúvida sobre a cobrabilidade dos juros, a sua contabilização é suspensa, sendo estes juros reconhecidos como proveitos apenas no momento do seu recebimento efectivo.

O Instituto efectua a especialização do custo a pagar relativo à remuneração dos títulos de participação, afectando a demonstração de resultados do exercício pelo valor correspondente à remuneração mínima assegurada aos Participantes.

b) Empréstimos em moeda estrangeira

No caso dos empréstimos obtidos em moeda estrangeira que foram objecto de contratos de cobertura de risco de câmbio, as dívidas encontram-se valorizadas ao câmbio contratado. As diferenças cambiais ainda não regularizadas pela Direcção-Geral do Tesouro (DGT) são reflectidas no balanço em contas diversas a receber do, ou, a pagar ao Estado. O custo relativo à fixação do câmbio é especializado, como custo a pagar e pago semestralmente à DGT.

c) Bonificações a receber do Estado

De acordo com a legislação aplicável, os mutuários de empréstimos concedidos pelo INH beneficiam de uma bonificação da taxa de juro, a suportar pelo Estado. As bonificações são adiantadas pelo Instituto no momento do débito dos juros, sendo reembolsadas pela Direcção-Geral do Tesouro após verificação do respectivo cálculo e enquadramento legal, e de acordo com as disponibilidades orçamentais.

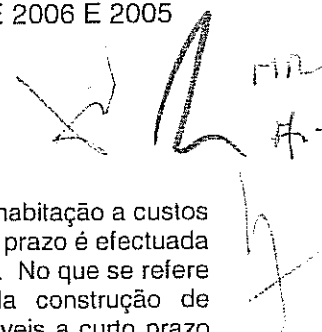
Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o montante de bonificações requisitadas ao Estado, em fase de verificação e pagamento por parte da Direcção-Geral do Tesouro ascende a 861 mEuros e 854 mEuros, respectivamente (Nota 2.43).

d) Empréstimos concedidos

O crédito concedido destina-se à construção de habitação a custos controlados para venda (crédito a curto/médio prazos) ou para arrendamento (crédito a longo prazo). Nos empréstimos destinados à construção para venda, verifica-se uma primeira fase de libertação de fundos para financiamento da construção, ocorrendo o reembolso do capital e juros com o processo de venda dos fogos; quando se tratam de empréstimos de longo prazo, os mesmos são reembolsados através de amortizações periódicas de capital e juros. Os empréstimos concedidos encontram-se garantidos por hipoteca, por garantia bancária ou por consignação de receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro, no caso dos empréstimos concedidos a Câmaras Municipais.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)



Nos empréstimos destinados a construção para venda no regime de habitação a custos controlados, a partição dos saldos realizáveis a curto e a médio/longo prazo é efectuada em função da data limite concedida para o reembolso do empréstimo. No que se refere aos empréstimos de longo prazo relativos ao financiamento da construção de habitações destinadas a arrendamento, consideram-se como realizáveis a curto prazo as amortizações de capital que se vençam no prazo de um ano da data do balanço.

e) Provisões para riscos de crédito

Atendendo à natureza das operações financeiras realizadas pelo INH no âmbito da concessão de crédito, adoptaram-se, na generalidade, as regras definidas pelo Banco de Portugal para as instituições de crédito em operações similares, designadamente os critérios de provisionamento previstos no Aviso nº 3/95, publicado em 30 de Junho, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro. As provisões para riscos de crédito são calculadas como segue:

i) Provisão para crédito e juros vencidos —

A provisão para crédito e juros vencidos é calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 4% e 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos. As taxas de provisão são determinadas em função da respectiva classe de risco, a qual reflecte o escalonamento temporal desde a data do seu vencimento e a natureza das garantias existentes. Esta provisão é registada no Activo, como dedução da rubrica "Empréstimos concedidos".

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa —

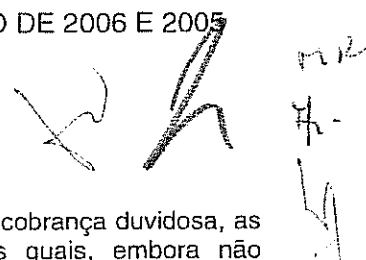
Esta provisão destina-se a cobrir riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos a clientes que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital e/ou juros, ou que estejam afectas a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. Consideram-se como créditos de cobrança duvidosa:

- O capital vincendo relativo a operações de crédito em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;
- O capital em incumprimento há mais de: (i) seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos; (ii) doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a 5 e inferior a 10 anos; (iii) vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos;
- As prestações vincendas de todos os créditos concedidos a um mesmo cliente, quando o valor global das prestações vencidas de capital e juros relativas a esse cliente represente pelo menos 25% do total do capital em dívida acrescido dos juros vencidos.

Os créditos considerados de cobrança duvidosa são provisionados com base na percentagem indicada pelo Banco de Portugal. Aos créditos que se enquadrem nas duas primeiras situações anteriores aplicam-se as taxas de provisão utilizadas no provisionamento do correspondente crédito vencido. Relativamente aos créditos que se enquadrem na última situação acima descrita, aplica-se uma taxa de provisão correspondente a metade da taxa de provisionamento aplicável ao respectivo crédito vencido.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)



Incluem-se ainda no âmbito das provisões para créditos de cobrança duvidosa, as provisões constituídas para mutuários relativamente aos quais, embora não estejam enquadrados nas situações acima descritas, o Instituto considera existir risco específico identificado. Nestes casos, procedeu-se a uma estimativa das perdas potenciais e foi constituída uma provisão equivalente. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o montante das provisões constituídas para estas situações de risco específico ascende a 4.295 mEuros e 6.224 mEuros, respectivamente.

iii) Provisão para riscos gerais de crédito —

Esta provisão, de natureza genérica, corresponde à aplicação de uma taxa de 3% à totalidade do crédito não vencido. Esta percentagem de provisão foi estimada pelo Instituto com base na experiência histórica observada e considera-se ajustada à composição da carteira de crédito existente.

f) Provisões para pagamentos de “Bonificação de área Jovem”

Esta provisão destina-se a fazer face aos encargos resultantes da aplicação das disposições do Decreto-Lei nº 145/97, de 11 de Junho, que atribui uma bonificação adicional aos fogos destinados a jovens, adquiridos para habitação própria e construídos por Cooperativas em regime de habitação a custos controlados.

Esta bonificação é suportada pelo INH, através de recursos próprios, pelo que é constituída uma provisão com base na experiência histórica, para fazer face a futuras reclamações, calculada à taxa de 0,25% sobre os financiamentos concedidos a Cooperativas durante os quatro últimos anos.

g) Provisões para menos-valias em mercadorias e para obras em fogos vendidos

As provisões para menos-valias em mercadorias visam cobrir potenciais menos-valias verificadas em imóveis recebidos na recuperação de créditos, por dação em pagamento ou em processo executivo.

Os imóveis recebidos em pagamento de dívidas vencidas são registados no balanço, na rubrica “Mercadorias”, pelo valor das dívidas extintas, sendo posteriormente registadas provisões para fazer face a menos-valias potenciais na alienação destas mercadorias. A provisão é calculada tendo em conta o saldo em dívida, os custos a incorrer e o potencial valor de mercado dos imóveis, atentas as condicionantes aplicáveis à habitação a custos controlados.

Adicionalmente, e para fazer face a responsabilidades com eventuais obras a realizar nos fogos vendidos, foi calculada uma provisão correspondente à percentagem de 5% sobre o valor de balanço dos edifícios acrescido dos custos a incorrer com os mesmos, a qual se considera ajustada à responsabilidade assumida.

h) Pensões de reforma

Os trabalhadores transferidos do IGAPHE encontram-se enquadrados no regime da função pública. Para os trabalhadores admitidos pelo Instituto com contrato individual de trabalho, este assumiu o compromisso de atribuir um complemento de reforma correspondente a 15% do último vencimento ilíquido à data normal de reforma. De forma a estimar o montante do compromisso assumido, o INH segue o procedimento de solicitar periodicamente o cálculo do mesmo de acordo com métodos e pressupostos actuariais geralmente aceites. De modo a garantir a cobertura das responsabilidades por serviços passados, o Instituto adquiriu uma apólice de seguros. Adicionalmente, o INH dispõe de provisões para fazer face à diferença entre as responsabilidades acumuladas por serviços passados e o valor coberto pela referida apólice de seguros.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

i) Provisões para processos judiciais movidos contra o INH

Foram constituídas provisões para processos judiciais movidos contra o INH, de acordo com a avaliação dos riscos em curso, efectuada com o apoio dos advogados do INH.

j) Provisões para pensões de sobrevivência

Esta provisão refere-se à pensão de sobrevivência paga à família de um ex-Presidente do INH que faleceu ao serviço do Instituto. A provisão foi determinada com base na pensão paga mensalmente e no número de anos durante os quais o INH estima vir a proceder ao seu pagamento.

k) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo seu custo histórico. As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo com os anos de vida útil estimada dos activos, que são:

	Anos de <u>Vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Mobiliário e material	5 a 10
Equipamento administrativo	5 a 10
Equipamento informático	4 a 10
Instalações interiores	4 a 10
Viaturas	4

l) Investimentos financeiros

As partes de capital em empresas nas quais o INH detém uma participação superior a 20% são registadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo o respectivo valor apurado com base na percentagem de participação do Instituto no capital próprio e nos resultados das respectivas empresas (Nota 2.16).

2.4 Cotações utilizadas para conversão em Euros, dos saldos originariamente expressos em moeda estrangeira

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 todos os empréstimos tinham contratadas coberturas de risco de câmbio.

Assim, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os saldos foram valorizados às seguintes taxas de câmbio contratadas:

AID/JP Morgan (Nota 2.27)	USD 1,3573 = EUR 1
AID/The Transportation Group (Série B) (Nota 2.27)	USD 1,5077 = EUR 1

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Handwritten marks:
✓
4/12
H.L.
↓

2.7 Movimento no imobilizado

O movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e respectivas amortizações acumuladas, durante os exercícios de 2006 e 2005, foi o seguinte:

	2006					31-12-2006 Valor líquido
	31-12-2005		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates e regularizações	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
<u>Imobilizações corpóreas:</u>						
Terrenos e recursos naturais	496	-	-	-	-	496
Edifícios e outras construções	3.997	(2.344)	-	(258)	-	1.395
Equipamento de transporte	446	(446)	-	-	-	-
Equipamento administrativo	3.466	(2.818)	440	(490)	(4)	594
Outras imobilizações corpóreas	839	(677)	74	(46)	(1)	189
	9.244	(6.285)	514	(794)	(5)	2.674
Imobilizações em curso	-	-	123	-	-	123
	9.244	(6.285)	637	(794)	(5)	2.797

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de "Imobilizações em curso" refere-se a despesas incorridas até esta data com a criação de um site na Internet que disponibilizará informação relativa a arrendamento habitacional e não habitacional, no âmbito do NRAU (D.L. 06/2006, de 27 de Fevereiro).

	2005					31-12-2005 Valor líquido
	31-12-2004		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates e Regularizações	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
<u>Imobilizações corpóreas:</u>						
Terrenos e recursos naturais	496	-	-	-	-	496
Edifícios e outras construções	3.997	(2.069)	-	(275)	-	1.653
Equipamento de transporte	446	(443)	-	(3)	-	-
Equipamento administrativo	3.139	(2.586)	665	(478)	(92)	648
Outras imobilizações corpóreas	732	(620)	106	(56)	-	162
	8.810	(5.718)	771	(812)	(92)	2.959

2.16 Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Sociedade	2006					
	Percentagem de participação	Saldo em 31/12/2005	Reposição de capital	Aplicação da equivalência patrimonial		Saldo em 31/12/2006
				Outros	(Nota 2.37)	
SRU Porto Vivo	60%	2.078	1.522	(1.047)	1	2.554
SRU Coimbra Viva	51%	439	-	(90)	-	349
SRU Viseu Novo	45%	450	-	(11)	(2)	440
		2.967	1.522	(1.147)	(1)	3.341
		=====	=====	=====	==	=====

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Sociedade	2005			
	Percentagem de participação	Custo de aquisição	Aplicação da equivalência patrimonial (Nota 2.37)	Saldo em 31/12/2005
SRU Porto Vivo	60%	3.600	(1.522)	2.078
SRU Coimbra Viva	51%	510	(71)	439
SRU Viseu Novo	45%	450	-	450
		-----	-----	-----
		4.560	(1.593)	2.967
		=====	=====	=====

Em 26 de Dezembro de 2004, o Instituto subscreveu e realizou uma participação no montante de 3.600 mEuros correspondente a 60% do capital social da "Sociedade Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A." (SRU Porto Vivo). A Porto Vivo tem por objecto social promover a reabilitação e reconversão do património degradado da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do Conselho do Porto, definida pelo Decreto Regulamentar nº 11/2000, de 24 de Agosto, utilizando para o efeito as prerrogativas que lhe estão legalmente concedidas. Em 2006, na sequência do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, que aprovou a deliberação da Assembleia Municipal do Porto, o INH efectuou uma reposição de capital social desta participada no montante de 1.522 mEuros, correspondente a 60% dos prejuízos gerados pela Porto Vivo nos exercícios de 2005 e 2004.

Por via do Despacho Conjunto nº 605/2004 de 30 de Setembro de 2005, dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, o INH foi autorizado a participar na "Coimbra Viva, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, S.A." (SRU Coimbra Viva) no montante de 510 mEuros, correspondente a 51% do capital social desta entidade. Em 31 de Dezembro de 2005, o Instituto apenas tinha realizado 30% do capital social, tendo o remanescente sido diferido por 3 anos a partir da data da escritura. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital subscrito e não realizado na SRU Coimbra Viva ascendia a 178 mEuros e 357 mEuros, respectivamente (Nota 2.43).

Em 18 de Fevereiro de 2005 através do Despacho Conjunto nº 197/2005 dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, o INH foi autorizado a participar na "Viseu Novo - SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, S.A." (SRU Viseu Novo), no montante de 450 mEuros, correspondentes a 45% do capital social da referida sociedade. Esta sociedade iniciou a sua actividade no exercício de 2006.

Os principais dados das demonstrações financeiras das Sociedades participadas em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 são os seguintes:

Sociedade	2006		
	Total do activo	Capital Próprio (*)	Resultado líquido
SRU Porto Vivo	4.916	4.256	(1.744)
SRU Coimbra Viva	705	684	(175)
SRU Viseu Novo	990	975	(25)
	-----	-----	-----
	6.611	5.915	(1.944)
	=====	=====	=====

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o valor global das dívidas de cobrança duvidosa, bem como das provisões constituídas para crédito vencido e para créditos de cobrança duvidosa apresentam a seguinte distribuição:

Rubricas	2006		
	Valor bruto	Provisões (Nota 2.31)	Valor líquido
Empréstimos concedidos:			
Crédito vencido	14.275	(13.160)	1.115
Créditos de cobrança duvidosa	11.407	(9.984)	1.423
	-----	-----	-----
	25.682	(23.144)	2.538
	=====	=====	=====

Rubricas	2005		
	Valor bruto	Provisões (Nota 2.31)	Valor líquido
Empréstimos concedidos:			
Crédito vencido	14.600	(14.083)	517
Créditos de cobrança duvidosa	15.044	(13.002)	2.042
	-----	-----	-----
	29.644	(27.085)	2.559
	=====	=====	=====

2.24 Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as dívidas activas respeitantes ao pessoal do Instituto referem-se a empréstimos concedidos a empregados, de acordo com o normativo em vigor, que ascendiam a 4.672 mEuros e 4.828 mEuros, respectivamente.

As responsabilidades com pensões de reforma do pessoal encontram-se descritas na Nota 2.40. O Instituto não assumiu compromissos em matéria de pensões de reforma, ou quaisquer outros, relativamente aos membros dos órgãos estatutários. Igualmente, não se verificaram quaisquer adiantamentos ou créditos relativamente aos membros de tais órgãos.

2.27 Valor das dívidas a terceiros não tituladas

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as dívidas a terceiros não tituladas apresentam o seguinte detalhe:

	2006							
	Valor		Taxas de juro médias	Prazo	Exigível			
	USD Milhares	Euros Milhares			A curto prazo	A médio e longo prazo		Total
				De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos			
<u>Débitos para com Instituições de Crédito</u>								
AIG/The Transportation Group (Serie B)	6 875	4 560	6,49%	1998 - 2017	415	1 658	2 487	4 145
AIG/JP Morgan	5 250	4 605	6,66%	1997 - 2016	460	1 842	2 303	4 145
CEB I	n/a	50 000	2,88%	2003 - 2019	2 083	14 583	33 334	47 917
CEB II	n/a	40 000	2,86%	2004 - 2015	3 438	18 437	18 125	36 552
Banco DEFEA ACS	n/a	50 000	3,04%	2004 - 2014	.	.	50 000	50 000
<u>Fundo de Recuperação da Dívida Pública</u>	n/a	14 795	2,65%	2002 - 2021	956	3 945	9 864	13 809
		163 960	3,17%		7 382	40 485	116 113	158 576

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

	Valor		Taxas de juro médias	Prazo	2005			
	USD Milhares	Euros Milhares			A curto prazo	Exigível		
						A médio e longo prazo		Total
				De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos			
<u>Débitos para com Instituições de Crédito</u>								
AID/The Transportation Group (Séne B)	7 500	4 975	5,00%	1998 - 2017	415	1 958	2 902	4 560
AID/JP Morgan	8 876	5 065	4,80%	1997 - 2016	460	1 842	2 763	4 605
CEB I	n/a	50 000	2,10%	2003 - 2019	-	14 583	35 417	50 000
CEB II	n/a	40 000	2,08%	2004 - 2015	-	18 438	21 563	40 000
Banco DEPFA ACS	n/a	50 000	2,30%	2004 - 2014	-	-	50 000	50 000
<u>Fundo de Regularização da Dívida Pública</u>								
	n/a	15 782	2,20%	2002 - 2021	986	3 945	10 850	14 796
		<u>165 822</u>	<u>2,38%</u>		<u>1 861</u>	<u>40 466</u>	<u>123 495</u>	<u>163 951</u>

Os empréstimos obtidos através da AID-U.S. Agency for International Development têm aval do Estado Português.

2.31 Movimento nas provisões

O movimento ocorrido nas contas de provisões durante os exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	2006				Saldos em 31/12/2006
	Saldos em 31/12/2005	Dotações do exercício	Reposições e anulações	Utilizações	
(Nota 2.3B)					
<u>Provisões para crédito concedido (Nota 2.23)</u>					
Crédito vencido	14.083	220	(840)	(303)	13.160
Créditos de cobrança duvidosa	13.002	10	(3.028)	-	9.984
Riscos gerais de crédito	7.383	884	(207)	-	8.060
	<u>34.468</u>	<u>1.114</u>	<u>(4.075)</u>	<u>(303)</u>	<u>31.204</u>
<u>Provisões para outros devedores (Nota 2.43)</u>					
Caldeira & Filhos	86	-	-	-	86
Câmara Municipal de Sintra	731	-	-	-	731
	<u>817</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>817</u>
<u>Provisões para menos-valias em mercadorias e obras em lotos vendidos (Nota 2.42)</u>					
	<u>5.761</u>	<u>-</u>	<u>(2.345)</u>	<u>-</u>	<u>3.416</u>
<u>Provisões para riscos e encargos:</u>					
Bonificação jovem	381	20	-	(1)	400
Processos judiciais movidos contra o INH	1.257	80	-	-	1.337
Complemento de pensões de reforma (Nota 2.40)	696	-	(61)	-	635
Obras em lotos vendidos	397	-	(18)	-	379
Bonificações a pagar à D.G.T./Chasa	1.530	-	-	-	1.530
Pensões de sobrevivência	284	-	-	(14)	270
	<u>4.545</u>	<u>100</u>	<u>(79)</u>	<u>(15)</u>	<u>4.551</u>
	<u>45.591</u>	<u>1.214</u>	<u>(6.499)</u>	<u>(318)</u>	<u>39.988</u>

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

	2005				Saldos em 31/12/2005
	Saldos em 31/12/2004	Dotações do exercício	Reposições e anulações	Utilizações	
	(Nota 2.38)				
Provisões para crédito concedido (Nota 2.23)					
Crédito vencido	20.779	101	(5.349)	(1.448)	14.083
Créditos de cobrança duvidosa	17.049	-	(4.047)	-	13.002
Riscos gerais de crédito	7.569	105	(291)	-	7.383
	<u>45.397</u>	<u>206</u>	<u>(9.687)</u>	<u>(1.448)</u>	<u>34.468</u>
Provisões para outros devedores (Nota 2.43)					
Caldeira & Filhos	86	-	-	-	86
Câmara Municipal de Sintra	731	-	-	-	731
	<u>817</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>817</u>
Provisões para menos-valias em mercadorias e obras em fogos vendidos (Nota 2.42)	3.519	2.242	-	-	5.761
Provisões para riscos e encargos:					
Bonificação jovem	330	51	-	-	381
Processos judiciais movidos contra o INH	1.132	125	-	-	1.257
Complemento de pensões de reforma (Nota 2.40)	1.165	-	(469)	-	696
Obras em fogos vendidos	400	-	(3)	-	397
Bonificações a pagar à D.G.T./Chasa e Chasle	1.530	-	-	-	1.530
Pensões de sobrevivência	297	-	-	(13)	284
	<u>4.854</u>	<u>176</u>	<u>(472)</u>	<u>(13)</u>	<u>4.545</u>
	<u>54.597</u>	<u>2.624</u>	<u>(10.159)</u>	<u>(1.461)</u>	<u>45.591</u>

De acordo com o POCP, as reposições e anulações de provisões são registadas na rubrica "Ganhos extraordinários" (Nota 2.38).

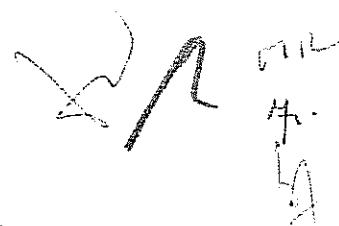
2.32 Movimento nas rubricas de Fundos Próprios

O movimento ocorrido nas rubricas de "Fundos Próprios" durante os exercícios de 2005 e 2006 foi o seguinte:

	Património	Reservas estatutárias	Reservas decorrentes da transferência de activos	Resultado líquido do exercício
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	79.103	87.065	68.155	10.428
Aplicação do resultado líquido de 2004:				
- Incorporação em reservas estatutárias	-	5.265	-	(5.265)
- Distribuição aos participantes	-	-	-	(5.163)
Correcções aos saldos relativos à incorporação de activos imobilizados do IGAPHE	-	-	14	-
Resultado líquido do exercício de 2005	-	-	-	6.583
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	<u>79.103</u>	<u>92.330</u>	<u>68.169</u>	<u>6.583</u>
Aplicação do resultado líquido de 2005:				
- Incorporação em reservas estatutárias	-	4.220	-	(4.220)
- Distribuição aos participantes	-	-	-	(2.363)
Correcções aos saldos relativos à incorporação de activos imobilizados do IGAPHE	-	-	4	-
Resultado líquido do exercício de 2006	-	-	-	7.247
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	<u>79.103</u>	<u>96.550</u>	<u>68.173</u>	<u>7.247</u>

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)



Património:

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o Património do INH está representado por 7.910.303.768 Títulos de Participação nominativos, com um valor nominal de 0,01 Euros cada, sendo 7.550.303.758 títulos da 1ª Emissão e 360.000.000 títulos da 2ª Emissão, os quais, de acordo com os Estatutos do Instituto, deverão ser detidos maioritariamente pelo Estado e por entidades públicas.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o Património do Instituto era detido pelas seguintes entidades:

	Nº de títulos	% do capital
Direcção-Geral do Tesouro	3.380.221.267	43%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	4.152.492.493	52%
Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.	377.590.008	5%
	-----	-----
	7.910.303.768	100%
	=====	=====

Os Títulos de Participação representativos do capital do INH têm uma remuneração composta por uma parte fixa e por uma parte variável, e uma remuneração mínima garantida.

Títulos de Participação – 1ª Emissão

Até 30 de Junho 2005, a parte fixa da remuneração dos Títulos de Participação da 1ª Emissão foi calculada por aplicação da seguinte fórmula: "RF = (TBA + 0,5%) x 60% VN", em que, "TBA" = Taxa Base Anual dos Bilhetes do Tesouro, calculada com referência a 31 de Dezembro do ano anterior à data de vencimento, e "VN" = Valor Nominal do Título.

Até 30 de Junho 2005, a parte variável da remuneração dos Títulos, foi calculada por aplicação da seguinte fórmula: "RV = 65% (RL - RF) / TP", em que, "RL" = Resultados Líquidos apurados relativamente ao último exercício encerrado antes da data de vencimento, "RF" = Remuneração Fixa e "TP" = Número de títulos de participação representativos do capital do INH na data de apuramento do "RL".

Até 30 de Junho 2005, a remuneração mínima garantida aos detentores dos Títulos foi calculada por aplicação da seguinte fórmula: "RM = (TBA + 1,5%) x 60% x VN".

Nos termos do Despacho do Ministro de Estado e das Finanças e da Administração Pública nº 6239/2005, de 23 de Março, a partir de 1 de Julho de 2005, as condições de remuneração da 1ª Emissão dos Títulos de Participação passaram a ser idênticas às definidas para a 2ª Emissão.

Em 30 de Junho de 2006 e 2005, venceu-se o 14º cupão e o 13º cupão, referentes ao período de 1 de Julho de 2005 a 30 de Junho de 2006 e de 1 de Julho de 2004 a 30 de Junho de 2005, com a remuneração (fixa e variável) de 0,054182498 Euros e 0,086363015 Euros por cada título, respectivamente.

Títulos de Participação – 2ª Emissão

A parte fixa da remuneração dos Títulos da Participação da 2ª Emissão é calculada por aplicação da seguinte fórmula: "RF = (Euribor a 6 meses + 0,4%) x 60% VN", em que a "Euribor a 6 meses corresponde à respectiva taxa em vigor a 31 de Dezembro do ano anterior à data de vencimento, e "VN" = Valor Nominal do Título.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

A parte variável da remuneração dos Títulos é aplicável a 40% do valor nominal dos títulos de participação e é calculada por aplicação da seguinte fórmula: "RV = (65% RL) / TP - RF", em que, "RL" = Resultados Líquidos apurados relativamente ao último exercício encerrado antes da data de vencimento, "RF" = Remuneração Fixa e "TP" = Número de títulos de participação representativos do capital do INH na data de apuramento do "RL".

A remuneração mínima garantida aos detentores dos Títulos é calculada por aplicação da seguinte fórmula: "RM = (Euribor a 6 meses + 1,4%) x 60% x VN".

Em 30 de Junho de 2006 e 2005, venceu-se o 2º cupão e o 1º cupão, referentes ao período de 1 de Julho de 2005 a 30 de Junho de 2006 e de 20 de Dezembro de 2004 a 30 de Junho de 2005, com a remuneração (fixa e variável) de 0,054182498 Euros e 0,000540973 Euros por cada título, respectivamente.

A remuneração dos Títulos de Participação vence-se anualmente em 30 de Junho.

Em 2006 e 2005, o valor total dispendido pelo INH para os pagamentos acima mencionados, foi de 4.279 mEuros e 6.831 mEuros, respectivamente, com a seguinte distribuição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Direcção-Geral do Tesouro	1.829	2.917
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	2.246	3.588
Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A.	204	326
	-----	-----
	4.279	6.831
	====	====

A remuneração dos títulos de participação paga em 2006 e 2005, tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Remuneração fixa	1.441	1.230
Remuneração variável	2.838	5.601
	-----	-----
	4.279	6.831
	====	====

Dado que a remuneração mínima garantida dos Títulos de Participação é independente da existência de resultado positivo do exercício, esta remuneração mínima constitui um encargo equiparado a juros e custos similares de operações passivas, pelo que é especializada e considerada como custo do exercício.

Reservas estatutárias

Nos termos do nº 9 do Artigo 18º dos Estatutos do INH, os resultados líquidos apurados anualmente, na parte em que excedam os montantes a atribuir como remuneração dos Títulos de Participação, são obrigatoriamente transferidos para a rubrica "Reservas especiais - Remuneração de Títulos de Participação", a qual se destina, designadamente, a assegurar a referida remuneração mínima.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Reservas decorrentes da transferência de activos

As reservas decorrentes da transferência de activos correspondem, essencialmente, à diferença apurada entre o valor de subscrição dos títulos de participação emitidos em 1992 e o respectivo valor nominal. Este valor inclui ainda 14 mEuros e 44 mEuros relativos ao imobilizado corpóreo do IGAPHE transferido para o INH nos exercícios de 2005 e 2003, respectivamente. No exercício de 2006, o Instituto efectuou correcções às amortizações acumuladas do referido imobilizado corpóreo, no montante de 4 mEuros.

2.33 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas nos exercícios de 2006 e 2005, foi determinado como se segue:

	2006		2005	
	Mercadorias vendidas	Matérias consumidas	Mercadorias vendidas	Matérias consumidas
Existências iniciais	188.314	34	159.374	32
Compras	-	-	37.070	82
Regularizações	808	73	-	-
Existências finais	(104.761)	(31)	(188.314)	(34)
Custo no exercício	<u>84.361</u>	<u>76</u>	<u>8.130</u>	<u>80</u>

No exercício de 2006, as "Regularizações" correspondem a despesas com obras e de outras naturezas as quais foram incorporadas no valor dos imóveis respectivos.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

[Handwritten signature and initials]

Nos exercícios de 2006 e 2005, as mais e menos-valias apuradas na alienação de mercadorias, apresentam a seguinte composição:

	2006			2005		
	Valor de Venda	Valor de Custo	Mais/(menos) valias	Valor de Venda	Valor de Custo	Mais/(menos) valias
Imóveis recebidos por recuperação de créditos de:						
Sintracoop	2.494	2.932	(438)	-	-	-
Empresa Fonseca & Filhos	27	87	(60)	169	201	(32)
Cooperativa Instaladora de Portimão	83	131	(48)	268	418	(150)
Empresa Habiseque/Ferseque	2.644	2.605	39	4.470	4.809	(339)
Cooperativa Coopalme	55	22	33	45	15	30
Empresa Sidónio Gonçalves	5	15	(10)	45	48	(3)
Cooperativa O Telefone	67	61	6	140	136	4
Empresa Caldeira & Filhos	5	9	(4)	14	18	(4)
Cooperativa União Praiense	-	-	-	56	110	(54)
Empresa Barobra	-	-	-	100	59	41
Outros	632	575	57	-	-	-
	<u>6.012</u>	<u>6.437</u>	<u>(425)</u>	<u>5.307</u>	<u>5.814</u>	<u>(507)</u>
Terrenos recebidos por recuperação de créditos de:						
Cooperativa Instaladora de Portimão	-	-	-	1.834	-	1.834
Terrenos transferidos do IGAPHE:						
Monte da Caparica	80	8	72	143	15	128
Empreendimentos - Decreto-Lei 159/2003:						
J. Gomes/ Vilar do Monte	22.543	20.180	2.363	-	-	-
Edifer, S.A.	17.216	15.324	1.892	-	-	-
Elimóveis/Ferreira Construções	9.509	8.817	692	-	-	-
Ferreiras & Magalhães	10.396	9.711	685	-	-	-
Eurohorizonte, Lda./ FDO, S.A. - Trav. das Chaquedas	6.341	5.665	676	-	-	-
Assimec/ Edinorte	7.664	7.029	635	-	-	-
ECOP/Vaichão	2.838	2.503	335	-	-	-
Soarta/Soares da Costa	6.808	6.612	196	-	-	-
Eurohorizonte, Lda./ FDO, S.A. - Rua do Telhal	2.134	1.979	155	-	-	-
Assimec/Edificadora Luz & Alves	-	-	-	2.378	2.301	77
	<u>85.449</u>	<u>77.820</u>	<u>7.629</u>	<u>2.378</u>	<u>2.301</u>	<u>77</u>
Outros imóveis						
Urbanização das Urmeiras	110	96	14	-	-	-
	<u>91.651</u>	<u>84.361</u>	<u>7.290</u>	<u>9.662</u>	<u>8.130</u>	<u>1.532</u>

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

2.37 Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios de 2006 e 2005 têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Custos e perdas</u>		
Juros suportados de:		
Empréstimos obtidos em Euros	4.477	3.313
Títulos de Participação	2.212	1.809
Empréstimos obtidos em moeda estrangeira	535	465
Perdas em empresas participadas (Nota 2.16)	1.147	1.593
Comissões e taxas de aval	120	161
Outros custos e perdas financeiros	23	28
	-----	-----
	8.514	7.369
Resultados Financeiros	5.529	7.425
	-----	-----
	14.043	14.794
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos</u>		
Juros de crédito concedido:		
Empresas	7.476	8.011
Câmaras Municipais	3.709	4.114
Cooperativas	1.965	2.154
Outros	153	107
Juros de aplicações em depósitos a prazo	735	404
Juros de depósitos à ordem	5	4
	-----	-----
	14.043	14.794
	=====	=====

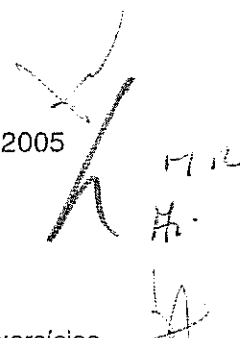
2.38 Demonstração dos resultados extraordinários

Os resultados extraordinários dos exercícios de 2006 e 2005 têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Custos e perdas</u>		
Dívidas incobráveis	136	118
Perdas em imobilizações	5	2
	-----	-----
	141	120
Resultados Extraordinários	6.545	10.369
	-----	-----
	6.686	10.489
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos</u>		
Reduções de provisões (Nota 2.31)	6.499	10.159
Ganhos em imobilizações	2	1
Correcções relativas a exercícios anteriores	178	320
Outros	7	9
	-----	-----
	6.686	10.489
	=====	=====

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)



No exercício de 2005, a rubrica "Ganhos extraordinários – Correcções relativas a exercícios anteriores" refere-se à anulação dos prémios a pagar aos colaboradores.

2.39 Compromissos e responsabilidades contingentes

i) Por crédito aprovado

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o Instituto tinha assumido os seguintes compromissos relativamente a operações de crédito:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Financiamentos contratados e ainda não utilizados	50.700	69.374
Financiamentos aprovados a aguardar contrato	66.219	20.784
	-----	-----
	116.919	90.158
	=====	=====

Adicionalmente, o Instituto tem vindo a celebrar Acordos de Colaboração, Acordos de Adesão e Acordos de Colaboração PROHABITA com vários municípios, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 226/87, no Decreto-Lei nº 163/93 e Decreto-Lei nº 135/2004, respectivamente, e sua legislação complementar, com vista à concessão de financiamentos de longo prazo.

Os acordos celebrados até 31 de Dezembro de 2006 e 2005, envolvem um compromisso de financiamentos a aprovar nos montantes de 854.434 mEuros e 746.571 mEuros, respectivamente, a conceder pelo Instituto ou por outras instituições de crédito. Para este efeito, encontram-se celebrados Protocolos entre o INH, a DGT e as principais instituições de crédito nacionais, no montante 1.068.029 em 31 de Dezembro de 2006 e 2005.

ii) Por acções judiciais

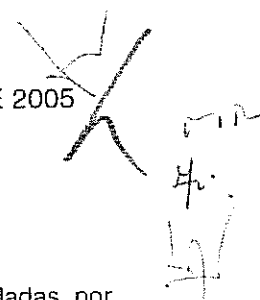
Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 encontra-se em curso uma acção de condenação instaurada contra o INH e outros ex-accionistas da Caixa Económica Açoreana (CEA), em que é reclamada pelo autor a entrega de acções correspondentes a 53,6% do actual capital da CEA ou, se já as tiverem alienado, o pagamento do valor correspondente ao preço das acções alienadas; de acordo com a avaliação dos riscos previsíveis, foram constituídas provisões adequadas para acautelar esta contingência.

2.40 Plano complementar de pensões de reforma do pessoal

Em finais de 1992, o Instituto estabeleceu um plano complementar de pensões de reforma do seu pessoal, o qual entrou em vigor em 1993, com a respectiva regulamentação e a celebração de um contrato de seguro, destinado a assegurar o pagamento de um complemento de pensão de reforma vitalício ao pessoal, equivalente a 15% do último vencimento ilíquido auferido à data normal de reforma. Este plano não é extensível aos empregados que em 2003 foram transferidos do IGAPHE, que continuam abrangidos pelo regime de aposentação da função pública (Nota Introdutória). Presentemente, este contrato de seguro encontra-se colocado junto da GLOBAL VIDA – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Global Vida). O financiamento de tais responsabilidades é assegurado pela capitalização das contribuições a suportar pelo Instituto.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)



Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o valor das responsabilidades acumuladas por serviços passados e a respectiva cobertura podem ser apresentados da seguinte forma:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Responsabilidades acumuladas por serviços passados	2.823 ====	2.601 ====
Cobertura das responsabilidades		
. Contrato de seguro (fundos em poder da Global Vida)	2.188	1.905
. Provisões constituídas (Nota 2.31)	635	696
	-----	-----
	2.823 ====	2.601 ====

Os pressupostos utilizados para o cálculo actuarial em 2006 e 2005 foram os seguintes:

Tábua de mortalidade	TV73/77
Taxa de rendimento anual futuro do fundo	4,5%
Taxa de crescimento salarial futuro	3,0%
Taxa de actualização das pensões	4,5%
Taxa de crescimento das pensões	0,0%
Método actuarial	Projected Unit Credit

2.41 Impostos sobre os Lucros

O Instituto beneficia de isenção de impostos sobre os lucros, nos termos do número 1 do Artigo 9º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), excepto no que respeita a rendimentos de capitais, sendo estes registados na rubrica de "Outros impostos" da demonstração de resultados; neste caso, o IRC devido é objecto de retenção na fonte a título definitivo.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Handwritten notes:
W
H
H
H

2.42 Mercadorias

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a composição desta rubrica, bem como o cálculo da provisão para menos-valias em mercadorias podem ser demonstrados da seguinte forma:

Ano de aquisição	2006				
	Valor de balanço	Outros custos (*)	Valor total	Valor estimado de realização	Provisões constituídas
(Nota 2.31)					
Terrenos					
1994	288	-	288	251	(37)
1995	57	-	57	57	-
1997	618	-	618	618	-
1998	96	-	96	96	-
1999	174	-	174	174	-
2003	47.024	-	47.024	47.024	-
2005	361	-	361	361	-
	<u>48.618</u>	<u>-</u>	<u>48.618</u>	<u>48.581</u>	<u>(37)</u>
Edifícios					
1994	309	19	328	271	(57)
1995	87	18	105	101	(4)
1996	70	5	75	75	-
1997	298	14	312	119	(193)
1998	579	269	848	600	(248)
1999	1.406	88	1.494	1.127	(367)
2001	47	8	55	36	(19)
2002	39	2	41	41	-
2003	26.136	479	26.615	25.833	(782)
2004	12.664	52	12.716	12.517	(199)
2005	14.508	865	15.373	14.931	(442)
	<u>56.143</u>	<u>1.819</u>	<u>57.962</u>	<u>55.651</u>	<u>(2.311)</u>
Provisão genérica					(1.068)
	<u>104.761</u>	<u>1.819</u>	<u>106.580</u>	<u>104.232</u>	<u>(3.416)</u>

(*) Inclui a estimativa dos custos a incorrer pelo Instituto com estes imóveis.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Ano de aquisição	2005				
	Valor de balanço	Outros custos (*)	Valor bruto	Valor estimado de realização	Provisões constituídas
					(Nota 2.31)
Terrenos					
1994	287	-	287	251	(36)
1995	92	-	92	213	-
1997	618	-	618	618	-
1998	96	-	96	96	-
1999	174	-	174	174	-
2003	46.257	-	46.257	46.257	-
2005	906	-	906	906	-
	<u>48.430</u>	<u>-</u>	<u>48.430</u>	<u>48.515</u>	<u>(36)</u>
Edifícios					
1994	395	19	414	337	(77)
1995	182	18	200	193	(7)
1996	67	8	75	123	-
1997	298	14	312	119	(193)
1998	579	270	849	600	(249)
1999	1.440	98	1.538	1.363	(379)
2001	56	8	64	44	(20)
2002	39	2	41	50	-
2003	59.354	1.017	60.371	58.988	(1.383)
2004	40.128	74	40.202	40.003	(199)
2005	37.346	1.643	38.989	37.202	(1.787)
	<u>139.884</u>	<u>3.171</u>	<u>143.055</u>	<u>139.022</u>	<u>(4.294)</u>
Provisão genérica					<u>(1.431)</u>
	<u>188.314</u>	<u>3.171</u>	<u>191.485</u>	<u>187.537</u>	<u>(5.761)</u>

(*) Inclui a estimativa dos custos a incorrer pelo Instituto com estes imóveis.

Ao abrigo do Decreto-Lei nº 159/2003, de 18 de Julho, que regula as condições de aquisição de fogos pelos municípios (em empreendimentos de habitação a custos controlados) quando estes se destinem a assegurar o realojamento de agregados familiares no âmbito de operações municipais de realojamento, o INH adquiriu a diversos promotores um conjunto de fogos cuja construção foi financiada pelo Instituto. Simultaneamente, o Instituto celebrou com os municípios que deveriam ter adquirido os fogos aos promotores, contratos-promessa de compra e venda, pelo valor de aquisição suportado pelo Instituto. Os montantes que o INH recebeu dos municípios a título de sinal, relativamente aos quais não foi ainda concretizada a venda dos respectivos fogos, encontram-se registados na rubrica do passivo "Adiantamentos por conta de vendas".

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

O movimento com a aquisição de fogos ao abrigo do Decreto-Lei nº 159/2003, de 18 de Julho, nos exercícios de 2005 e 2006, foi o seguinte:

	<u>Número de fogos</u>	<u>Custo de aquisição e despesas adicionais</u>	<u>Adiantamentos por conta de vendas</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	1.611	89.268	28.830
Aquisições e adiantamentos em 2005	474	27.102	11.983
Vendas em 2005	(55)	(2.300)	(1.148)
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	<u>2.030</u>	<u>114.070</u>	<u>39.665</u>
Adiantamentos em 2006	-	-	8.226
Vendas em 2006	(1.386)	(77.820)	(33.626)
Outros	-	45	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	<u>644</u>	<u>36.295</u>	<u>14.265</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os "Adiantamentos por conta de vendas" têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Fogos adquiridos ao abrigo do Decreto-Lei nº 159/2003	14.265	39.665
Terrenos do IGAPHE	3.537	1.038
Dações	98	60
Outros	-	11
	<u>17.900</u>	<u>40.774</u>

Nos termos do Despacho nº 22 262/2006 da Presidência do Conselho de Ministros e dos Ministros das Finanças, da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, de 29 de Setembro, os municípios portugueses poderiam recorrer ao crédito para financiamento de programas de habitação social, para renovação de áreas urbanas degradadas ou para a reabilitação de equipamentos destruídos pelos incêndios, nas seguintes condições:

- Os empréstimos serem contraídos junto do INH ou de instituição de crédito que com ele tenha celebrado protocolos nos termos legais, para financiamento de programas de habitação social ao abrigo, entre outros, do Programa Especial de Realojamento das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (PER);
- Os municípios que pretendessem contrair empréstimos ao abrigo deste Despacho deveriam informar a Direcção-Geral das Autarquias Locais dos montantes estimados e da finalidade dos empréstimos, a qual comunicaria essa intenção ao Tribunal de Contas.

Deste modo, o Instituto contactou por escrito os municípios com os quais tinha celebrado, nos termos do Decreto-Lei nº 159/2003, de 18 de Julho, contratos-promessa de compra e venda, cujo prazo tinha vindo a ser sucessivamente prorrogado por incapacidade de financiamento dos municípios, indicando que, na sequência do Despacho acima referido, deixavam de existir tais constrangimentos e solicitando que fossem iniciadas as diligências necessárias à realização das escrituras de compra e venda dos referidos fogos.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Esta comunicação incluía, para além do valor de venda actualizado de acordo com a variação dos valores de venda da habitação de custos controlados tal como previsto no contrato promessa de compra e venda, uma proposta do INH para financiar a aquisição.

Na sequência da promulgação da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais, que estabelece no seu Artigo 61º um regime transitório de endividamento, nos termos do qual ficam excluídos dos limites de endividamento impostos aos municípios, os empréstimos e os encargos com empréstimos a contrair para a conclusão dos programas especiais de realojamento (PER) cujos acordos de adesão tivessem sido celebrados até 1995, o Instituto considerou estarem reunidas as condições para reflectir nas demonstrações financeiras a alienação definitiva dos fogos construídos ao abrigo do PER e relativamente aos quais já tinham sido celebrados os respectivos contratos promessa de compra e venda com os municípios respectivos, uma vez que estes já tinham demonstrado interesse em proceder à compra antes do final do ano.

O impacto desta situação nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 pode ser demonstrado da seguinte forma:

Valor de venda actualizado	85.449
Valor de balanço dos fogos construídos ao abrigo do PER	(77.820)

Mais-valia apurada na venda	7.629
	=====

A liquidação financeira do remanescente do preço de venda daqueles fogos terá lugar na data de celebração da respectiva escritura de compra e venda. O valor a receber naquela data pode ser demonstrado da seguinte forma:

Valor de venda	85.449
Adiantamentos por conta de venda recebidos pelo INH	(33.626)

Valor a receber registado em "Clientes, contas corrente"	51.823
	=====

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor registado nas rubricas de "Clientes" apresenta a seguinte composição:

Entidade	Transacção	Valor de venda	Adiantamentos recebidos	Saldos em dívida
<u>Saldos relativos à venda de fogos construídos ao abrigo do PER</u>				
Município de Vila Nova de Gaia	Assimec/ Edinorta	7.864	(2.853)	4.611
Município de Valongo	ECOP/Valchão	2.839	(1.023)	1.615
Município de Sines	Edifer, S.A.	17.216	(6.492)	10.724
Município de Gondomar	Elimóveis/Ferreira Construções	9.509	(3.527)	5.982
Município de Vila Nova de Gaia	Euronorizonte, Lda./ FDO, S.A. - Rua do Telhal	2.134	(797)	1.337
Município de Vila Nova de Gaia	Euronorizonte, Lda./ FDO, S.A. - Travessa das Chaquedas	6.341	(2.368)	3.973
Município de Oeiras	Ferreiras & Magalhães	10.396	(5.805)	4.591
Município de Vila Nova de Gaia	J. Gomes/ Vilar do Monte	22.543	(8.065)	14.478
Município de Vila Nova de Gaia	Soares/Soares da Costa	6.808	(2.686)	4.112
		85.449	(33.626)	51.823
<u>QUITOS</u>				612
				<u>52.435</u>

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

2.43 Outros devedores e outros credores

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Outros devedores</u>		
SOLARH – Empréstimos concedidos	9.948	9.524
Direcção-Geral do Tesouro:		
- Bonificações a receber	861	854
- Outros saldos a receber	148	257
Clientes de cobrança duvidosa	817	817
Imposto do Selo	25	16
Outros	141	262
	-----	-----
	11.940	11.730
Provisões para clientes de cobrança duvidosa (Nota 2.31)	(817)	(817)
	-----	-----
	11.123	10.913
	=====	=====
<u>Outros Credores</u>		
SOLARH - Valor a compensar com o Estado	9.948	9.524
Direcção-Geral do Tesouro:		
- Valores diversos	366	1.083
- Instaladora de Portimão	152	331
- Intransmissibilidades	279	280
EFTA	488	280
Medida 3 – Reabilitação	85	69
Medida 4 – Reajustamento	1.670	3
SRU Coimbra Viva – capital não realizado (Nota 2.16)	178	357
Outros	401	496
	-----	-----
	13.567	12.423
	=====	=====

As rubricas do SOLARH dizem respeito aos valores adiantados no âmbito do Programa com o mesmo nome, encontrando-se registado no passivo o valor entregue pelo Estado, líquido do montante distribuído pelos mutuários. O Instituto regista em "Outros devedores" a dívida dos mutuários, por contrapartida de igual montante em "Outros credores", correspondente ao valor a entregar posteriormente ao Estado.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

2.44 Conta no Tesouro e depósitos em instituições financeiras

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estas rubricas correspondem a depósitos à ordem e a prazo mantidos junto das seguintes instituições:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Conta no Tesouro:		
. Depósitos à ordem	4.912	13.972
. Depósitos a prazo	11.250	14.250
	-----	-----
	16.162	28.222
	=====	=====
Depósitos à ordem em instituições financeiras:		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	1.185	262
Banco Espírito Santo, S.A.	92	91
	-----	-----
	1.277	353
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os depósitos a prazo venciam juros à taxa de juro anual nominal de 2,839% e 2,323%, respectivamente, e tinham vencimento em Janeiro de 2007 e Janeiro de 2006.

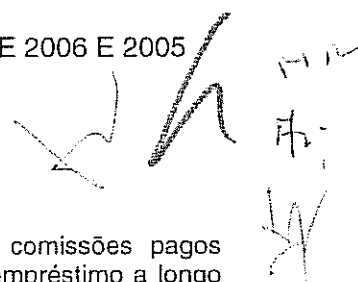
2.45 Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Acréscimos de proveitos</u>		
Juros a receber:		
. De crédito concedido	2.977	2.875
. De depósitos a prazo	3	10
	-----	-----
	2.980	2.885
	=====	=====
<u>Custos diferidos</u>		
Custos plurianuais	137	150
Seguros	-	3
Outros	148	5
	-----	-----
	285	158
	=====	=====
<u>Acréscimos de custos</u>		
Remuneração mínima garantida dos Títulos de Participação	1.247	950
Encargos com férias e subsídio de férias	941	952
Juros de empréstimos obtidos	682	476
Outros	10	13
	-----	-----
	2.880	2.391
	=====	=====
<u>Proveitos diferidos</u>		
Anulação de juros de 1995 e 1996	524	696
Outros	105	1
	-----	-----
	629	697
	=====	=====

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)



Os custos plurianuais correspondem, essencialmente, a prémios e comissões pagos antecipadamente pelo Instituto quando da celebração de contratos de empréstimo a longo prazo em moeda estrangeira. Estes montantes são amortizados segundo o método das quotas constantes durante o período de vigência dos respectivos empréstimos.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica “Custos diferidos – Outros” no montante de 148 mEuros corresponde a despesas associadas a projectos co-financiados em curso, os quais serão comparticipados pelo Programa Operacional da Administração Pública do Fundo Social Europeu. Estes saldos serão anulados uma vez recebida a comparticipação do Fundo Social Europeu.

As rubricas “Anulação de juros de 1995 e 1996” referem-se a juros especializados de créditos sobre os quais existem dúvidas quanto à sua cobrabilidade, tendo o INH procedido em 1995 e 1996 à anulação do proveito por contrapartida desta rubrica de proveitos diferidos.

2.46 Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Trabalhos especializados	1.128	688
Conservação e reparação	491	314
Comunicação	391	373
Publicidade e propaganda	261	197
Rendas e alugueres	216	227
Vigilância e segurança	111	114
Deslocações e estadas	108	98
Limpeza, higiene e saúde	105	131
Outros fornecimentos e serviços	543	501
	-----	-----
	3.354	2.643
	====	====

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

2.47 Custos com pessoal

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	271	295
Remuneração dos empregados:		
Remuneração base:		
Pessoal do quadro do Instituto	3.659	3.891
Pessoal contratado a termo	196	-
Outros	295	216
Subsídios e outras remunerações	1.623	1.622
	-----	-----
	6.044	6.024
	-----	-----
Encargos sociais:		
Encargos sobre remunerações	1.036	1.044
Encargos e prémios para pensões	256	275
Outros	252	291
	-----	-----
	1.544	1.610
	-----	-----
	7.588	7.634
	=====	=====

2.48 Proveitos suplementares

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica inclui, respectivamente, 135 mEuros e 199 mEuros relativos a comissões de cobrança de valores do ex-FFH e 152 mEuros e 390 mEuros relativos a comissões cobradas a instituições financeiras pelo acompanhamento dos financiamentos contratados por estas ao abrigo do Decreto-Lei nº 150-A/91, de 22 de Abril.

2.49 Fluxos de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes, consiste em dinheiro em caixa, saldos em bancos e aplicações financeiras a curto prazo. Este valor, incluído na demonstração de fluxos de caixa, compreende as seguintes quantias do balanço:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa:		
Conta no Tesouro	16.162	28.222
Depósitos em instituições financeiras	1.277	353
Caixa	13	13
	-----	-----
	17.452	28.588
	=====	=====

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

[Handwritten marks and signatures]

A reconciliação entre o saldo de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2006 e 1 de Janeiro de 2007 é a seguinte:

Saldo de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2006	17.452
Comparticipações inscritas no PIDDAC liquidadas em Janeiro de 2007	(66)
Saldo de caixa e seus equivalentes em 1 de Janeiro de 2007	----- 17.386 =====

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

3. NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

3.1 Alterações orçamentais

As alterações orçamentais na despesa e na receita encontram-se evidenciadas nos mapas seguintes:

1 – Despesa

Unid.: Euros

Código	Classificação Económica Descrição	Dotações iniciais	Alterações orçamentais				Reposições abatidas aos pagamentos	Dotações corrigidas	Observações
			Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais	Modificações na redução da rubrica			
			Reforços	Anulações					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO									
01.00.00	Despesas com o pessoal								
01.01.00	Remunerações certas e permanentes								
01.01.02	Órgãos Sociais	206.485						206.485	
01.01.03	Pess. dos Quadros - Reg. de Função Pública	826.363			9.000			835.363	
01.01.04	Pess. dos Quadros - Reg. de Contrato Inov. Trabalho	3.268.705		5.300	38.059			3.301.464	
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	586.454		25.000				561.454	
01.01.11	Representação	51.536						51.536	
01.01.12	Suplementos e Prémios	352.340						352.340	
01.01.13	Subsídio de Refeição	348.299						348.299	
01.01.14	Subsídio de Férias e de Natal	096.055						696.055	
01.02.00	Abonos variáveis ou eventuais								
01.02.02	Horas Extraordinárias	47.059	25.000					72.059	
01.02.04	Ajudas de Custo	41.176	5.300		750			47.226	
01.02.05	Abono p/ Falhas	12.704						12.704	
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	17.000						17.000	
01.02.14	Outros Abonos em Numerário ou Espécie	30.111						30.111	
01.03.00	Segurança social								
01.03.01	Encargos com a Saúde	23.937	25.000					48.937	
01.03.02	Outros Encargos com Saúde	22.452						22.452	
01.03.03	Subsídio Familiar a crianças e jovens	72.000						72.000	
01.03.05	Contribuições p/ a Segurança Social	1.046.993		28.000	14.892			1.033.795	
01.03.08	Outras Pensões	16.000						16.000	
01.03.09	Seguros	507.103						507.103	
02.00.00	Aquisição de bens e serviços								
02.01.00	Aquisição de bens								
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes	59.824	6.000		750			65.574	
02.01.04	Limpeza e Higiene	9.353			1.875			10.228	
02.01.08	Material de Escritório	100.000		12.560	2.250			89.750	
02.01.15	Prémios, Condecorações e Olenas	11.765	22.050					33.825	
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	588						588	
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	31.508	40.750		30.000			51.258	
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	22.353			5.000			17.353	
02.01.21	Outros Bens	50.588	21.000		5.000	1.331		67.919	
02.02.00	Aquisição de serviços								
02.02.01	Encargos das Instalações	07.059	5.500		2.850			95.409	
02.02.02	Limpeza e Higiene	141.176	10.000		1.425			139.601	
02.02.03	Conservação de Bens	221.025	182.000		26.500			376.525	
02.02.04	Locação de Edifícios	200.612	20.000		5.000	3.750		219.362	
02.02.06	Locação de Material de Transporte	10.141						10.141	
02.02.08	Locação de Outros bens	13.412	672		3.450			17.534	
02.02.09.A0	Comunicações - Internet	36.471	93.000		749			130.220	
02.02.09.B0	Comunicações - Comunicações de Dados	74.118			58.080			16.118	
02.02.09.C0	Comunicações - Comunicações de Voz	64.246			13.000	1.688		52.934	
02.02.09.D0	Comunicações - Comunicações Móveis	36.471			2.500	563		34.534	
02.02.09.E0	Comunicações - Outros Serviços	95.176			5.000	863		90.739	
02.02.09.F0	Comunicações - Outros Serviços de Comunicações	129.412	4.000					133.412	
02.02.10	Transportes	1.176						1.176	
02.02.11	Representação dos Serviços	162.108	10.000	36.272	3.750			139.586	
02.02.12	Seguros	35.282	6.000					41.282	
02.02.13	Deslocações e Estadas	149.095	2.000		5.200	5.550		161.445	
02.02.14	Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria	391.765	678.100		40.000	35.432		1.065.297	
02.02.15	Formação	126.000			3.000	39.076		156.076	
02.02.17	Publicidade	393.534	10.000		7.000			396.534	
02.02.18	Vigilância e Segurança	130.353			9.000	2.750		124.103	
02.02.19	Assistência Técnica	244.118	142.500		85.000			301.618	
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	272.009	179.540		99.000	3.496		356.045	
02.02.22	Serviços de saúde	12.221	3.000					15.221	
02.02.25	Outros Serviços	194.471	12.500		7.500	2.686		202.167	
03.00.00	Juros e outros encargos								
03.01.00	Juros da dívida pública								
03.01.03	Soc. Financeiras - Bancos e Outras Instituições Financ.	1.965.004		1.931.000				34.004	
03.01.06	Administração Pública Central - SFA	318.453		15.000				333.453	
03.01.14	Resto do Mundo - U.E. Instituições	2.278.500		1.675.000				3.953.500	
03.01.16	Resto do Mundo - Países Terceiros e Org. Internacionais	550.760		175.000	40.000			665.760	
03.02.00	Outros encargos correntes da dívida pública								
03.02.01	Despesas Diversas	63.200						63.200	
04.00.00	Transferências correntes								
04.01.00	Administração central								
04.03.05.A0	Serviços e Fundos Autónomos - OSMDP	25.948						25.948	
A transportar		16.989.979	3.377.922	2.562.772	176.695	0	0	18.041.824	

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

1 - Despesa (Continuação)

Unid.: Euros

Código	Classificação Económica Descrição	Dotações iniciais	Alterações orçamentais				Reposições abatidas aos pagamentos	Dotações corrigidas	Observações
			Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais	Modificações na redacção da rubrica			
			Reforços	Anulações					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
	Transporte	16.889.979	3.377.922	2.502.772	176.895	0	0	18.041.024	
05.00.00	Subsídios								
05.01.00	Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras								
05.01.01	Públicas		5.000					5.000	
05.01.03	Privadas		55.000	20.000				35.000	
05.02.00	Sociedades Financeiras								
05.02.01.00	Bancos e Outras Instituições Financeiras	140.000		124.250				15.750	
05.03.00	Administração Central								
05.03.03	Administração Central - SFA		25.000					25.000	
05.07.00	Instituições S/ Fins Lucrativos								
05.07.01	Instituições S/ Fins Lucrativos		60.000					60.000	
05.08.00	Famílias								
05.08.03	Outras	45.000		35.000				10.000	
06.00.00	Outras despesas correntes								
06.02.00	Diversas								
06.02.03	Outras		4.470.010					4.470.010	
07.00.00	Aquisição de bens do capital								
07.01.00	Investimentos								
07.01.01.00	Terrenos	840.000						840.000	
07.01.02.00.00	Habitacões - Adm. Central SFA	15.453.672	819.855	751.850				15.521.717	
07.01.03.00	Edifícios - Adm. Central SFA	200.000		200.000				0	
07.01.07.00.00	Equipamento de Informática - Outros	205.891	50.000		25.187			281.078	
07.01.08.00.00	Software informático - Outros	602.500	205.350	297.650	235.097			743.297	
07.01.09.00.00	Equip. Administrativo - Hardware de Comunicações	10.000						10.000	
07.01.09.00.00	Equip. Administrativo - Outros	190.000		42.500				147.500	
07.01.11.00	Ferramentas e utensílios - Adm. Central SFA	5.500		5.000				500	
07.01.12.00	Artigos e Objectos de Valor - Adm. Central SFA	32.700		15.000				37.700	
07.01.15.00	Outros Investimentos - Adm. Central SFA		5.000					5.000	
09.00.00	Activos financeiros								
09.06.00	Empréstimos a médio e longo prazos								
09.06.01	Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras - Privadas	139.410.323		7.659.000				131.751.323	
09.06.02	Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras - Públicas		5.587.000					5.587.000	
09.06.03	Administração Pública Local - Continente	4.202.981		202.500				4.606.481	
09.06.09	Administração Pública Local - Reg. Autónomas	2.776.001		750.000				2.026.001	
09.06.11	Instituições Sem Fins Lucrativos			202.500				202.500	
09.06.13	Famílias - Outras	128.085		2.622.000				2.950.885	
09.09.00	Unidades de participação								
09.09.02	Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras - Públicas	5.907.000						5.907.000	
10.00.00	Passivos financeiros								
10.06.00	Empréstimos a médio e longo prazos								
10.06.03	Soc. Financeiras - Bancos e Outras Instituições Financ.	20.000.000						20.000.000	
10.06.06	Administração Pública Central - SFA	986.373						986.373	
10.06.16	Resto do Mundo - Países Terceiros e Org. Internacionais	1.136.364						1.136.364	
	Total de Despesas de Funcionamento	209.283.169	17.704.677	12.605.522	434.979	0	0	214.817.303	
	DESPESAS DE INVESTIMENTOS DO PLANO								
01.00.00	Despesas com o pessoal								
01.01.00	Remunerações certas e permanentes								
01.01.06	Pessoal Contratado a Termo Certo	409.100	368.955	412.306				376.659	
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	196.651	126.022	130.857				191.816	
01.01.11	Representação	20.042	19.851	20.658				19.235	
01.01.13	Subsídio de Refeição	36.278	27.744	29.054				34.069	
01.01.14	Subsídio de Férias e de Natal	87.843	85.000	90.543				83.290	
01.02.00	Abonos variáveis ou eventuais								
01.02.04	Ajudas de Custo	12.671	9.510	12.336				9.845	
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções		2.752	1.376				1.376	
01.02.13	Outros suplementos e prémios	8.200	1.000	2.000				7.208	
01.03.00	Segurança social								
01.03.01	Encargos com a Saúde		462	212				250	
01.03.02	Outros Encargos com Saúde		462	212				250	
01.03.05	Contribuições p/ a Segurança Social	146.038	142.688	150.602				138.124	
01.03.09	Seguros		6.053	3.383				2.680	
02.00.00	Aquisição de bens e serviços								
02.01.00	Aquisição de bens								
02.01.02	Combustíveis e Lubrificantes	7.940	6.800	7.256				6.584	
02.01.04	Limpeza e Higiene	757	799	779				777	
02.01.08	Material de Escritório	19.007	29.608	23.788				25.697	
02.01.15	Prémios, Condecorações e Ofertas	7.392	7.879	7.615				7.652	
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	968	3.330	1.689				2.599	
02.01.18	Livros e Documentação Técnica	6.335	6.417	6.530				6.222	
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	10.735	13.463	12.365				11.833	
02.01.21	Outros bens	28.159	51.124	39.724				39.559	
	A transportar	989.104	930.909	953.379	0	0	0	966.634	

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

[Handwritten marks and signatures]

1 - Despesa (Continuação)

Unid.: Euros

Código	Classificação Económica Descrição	Dotações Iniciais	Alterações orçamentais				Reposições abatidas nos pagamentos	Dotações correctas	Observações
			Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais	Modificações na redacção da rubrica			
			Retenções	Anulações					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
	Transporte	989.104	930.909	953.379	0	0	0	966.034	
02.02.00	Aquisição de serviços								
02.02.01	Encargos das Instalações	3.168	3.211	3.265				3.114	
02.02.02	Limpeza e Higiene	4.769	4.706	4.815				4.650	
02.02.03	Conservação de Bens	5.280	5.850	5.442				5.688	
02.02.04	Locação de Edifícios	7.400	23.202	16.630				13.772	
02.02.06	Locação de Outros bens	8.800	9.196	9.070				8.926	
02.02.09.A0	Comunicações - Internet	7.254	6.970	7.443				6.781	
02.02.09.B0	Comunicações - Comunicações de Dados	6.149	5.950	6.347				5.762	
02.02.09.C0	Comunicações - Comunicações de Voz	6.783	12.750	13.317				8.216	
02.02.09.D0	Comunicações - Comunicações Móveis	4.392	6.375	6.659				4.108	
02.02.09.E0	Comunicações - Outros Serviços	1.757	2.550	2.664				1.643	
02.02.09.F0	Comunicações - Outros Serviços de Comunicações	879	4.335	1.332				3.882	
02.02.10	Transportes	5.280	5.500	5.408				5.372	
02.02.11	Representação dos Serviços	42.941	32.127	46.051				29.007	
02.02.12	Seguros	2.080	4.020	3.155				2.855	
02.02.13	Destacções e Estadas	16.895	21.453	16.320				22.028	
02.02.14	Estudos, Parcerias, Projectos e Consultadoria	199.235	243.833	182.366				260.802	
02.02.15	Formação	14.863	12.504	12.516				14.851	
02.02.16	Seminários, exposições e similares		35.514					35.514	
02.02.17	Publicidade	37.310	39.068	38.457				37.921	
02.02.18	Vigilância e Segurança	4.400	4.450	4.535				4.315	
02.02.19	Assistência técnica	3.520	3.963	3.628				3.855	
02.02.20	Outros Trabalhos Especializados	345.821	471.462	378.248				439.035	
02.02.25	Outros Serviços	29.206	47.299	22.780				53.725	
06.00.00	Outras despesas correntes								
06.02.00	Diversas								
06.02.03	Outras	352	2.285	1.213				1.344	
07.00.00	Aquisição de bens de capital								
07.01.00	Investimentos								
07.01.07.B0.B0	Equipamento de Informática - Outros	11.439	21.927	12.050				21.316	
07.01.08.B0.B0	Software Informático - Outros	2.376	8.006	2.796				7.586	
07.01.09.B0.B0	Equip. Administrativo - Outros	17.599	24.992	17.000				25.591	
07.01.11.B0	Ferramentas e utensílios - Adm. Central SFA	1.760	2.825	1.700				2.885	
07.01.15.B0	Outros Investimentos - Adm. Central SFA	8.600	12.311	8.506				12.611	
08.00.00	Transferências de capital								
08.01.00	Sociedades e Quasos Soc. Não Financeiras								
08.01.01	Públicas		4.206.556					4.206.556	
08.01.02	Privadas	1.800.462	1.878.231	642.561				3.036.112	
08.04.00	Administração Regional								
08.04.01.A0	Região Autónoma dos Açores	4.764.198	2.012.910	900.000				5.877.108	
08.05.00	Administração Local								
08.05.01.B0	Administração Local - Continente - Municípios	19.206.207	3.320.405	4.568.391				18.018.311	
08.05.02.D0	Administração Local - Reg. Aut. dos Açores - Municípios	7.011.849	3.508.757	6.302.305				4.218.401	
08.05.03.F0	Administração Local - Re. Aut. da Madeira - Municípios	840.440		722.331				118.100	
08.07.00	Instituições S/ Fins Lucrativos								
08.07.01	Instituições S/ Fins Lucrativos	158.000	143.307	261.593				39.714	
08.08.00	Famílias								
08.08.02	Outras	8.526.366	10.239	3.128.028				5.408.577	
09.00.00	Activos financeiros								
09.06.00	Empréstimos a médio e longo prazos								
09.06.13	Famílias - Outras		2.141.477	626.627				1.514.850	
	Total de Despesas de Investimentos do Plano	44.099.244	19.231.535	18.879.162	0	0	0	44.451.617	
	TOTAL DE DESPESAS	253.382.413	36.936.212	31.484.884	434.979	0	0	259.268.920	

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

2 – Receita

Unid.: Euros

Classificação Económica		Previsões iniciais (1)	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas (2)+(3)+(4)+(5)	Observações (6)
Código (1)	Descrição (2)		Créditos especiais (3)	Reforços (4)	Anulações (5)		
RECEITAS DE FUNCIONAMENTO							
05.01.02	Juros - Soc. e Quase Soc. não Financeiras - Privadas	6.566.472			289.000	6.289.472	
05.02.01	Juros - Soc. Financeiras - Bancos e outras Instituições Financeiras	546.966			500.000	46.966	
05.03.01	Juros - Adm. Públicas - Adm. Central - Estado			780.000		780.000	
06.09.01	Transferências Correntes - Resto do Mundo - U.E. Instituições		176.695			176.695	
07.02.01	Serviços - Aluguer de espaços e equipamentos			95.100		95.100	
07.02.03	Serviços - Visitas e ensaios	202.206			24.700	177.506	
07.02.09	Serviços - Outros	291.447			300	291.147	
08.01.99	Outras Receitas Correntes - Outras	576.423			70.100	506.323	
09.01.01	Terrenos - Sociedades e Quase Soc. não Financeiras	1.676.660		579.000	700	2.255.160	
09.01.09	Terrenos - Inst. S/ Fins Lucrativos	664.140			79.000	585.140	
09.02.01	Habitações - Sociedades e Quase Soc. não Financeiras	3.426.386			2.750.000	676.386	
09.02.06	Habitações - Adm. Públicas - Adm. Local - Continente	10.930.960		1.000.000	5.000.000	6.930.960	
09.02.09	Habitações - Inst. S/ Fins Lucrativos	1.468.451			500.070	968.381	
09.02.10	Habitações - Famílias			6.750.000		6.750.000	
09.04.01	Outros - Sociedades e Quase Soc. não Financeiras			770		770	
10.09.01	Transf. Capital - Resto do Mundo - U.E. Instituições		258.284			258.284	
11.06.01	Emp. M/L prazo - Soc. e Quase Soc. não Financeiras	139.542.980			430.000	139.112.980	
11.06.07	Emp. M/L prazo - Adm. Públicas - Adm. Local - Reg. Autónomas			200.000		200.000	
11.06.09	Emp. M/L prazo - Inst. S/ Fins Lucrativos			20.000		20.000	
11.06.10	Emp. M/L prazo - Famílias	209.597			210.000	419.597	
11.08.03	Ações e Out. Participações - Adm. Púb. - Adm. Local - Estado			6.060.000		6.060.000	
11.11.01	Outros Activos Financ. - Soc. e Quase Soc. não Financeiras	6.060.000			6.060.000	0	
16.01.03	Saldo orçamental na posse do Serviço - consignado	26.272.689		819.895		27.092.584	
Total de Receitas de Funcionamento		198.435.477	434.979	16.514.765	15.694.870	199.690.351	
RECEITAS DE INVESTIMENTOS DO PLANO							
05.01.02	Juros - Soc. e Quase Soc. não Financeiras - Privadas			4.575.357	925.121	3.590.236	
05.03.01.A0	Transferências Correntes - Adm. Central - Estado - MAOTDR	271.318		150.000	225	421.093	
06.09.01	Transferências Correntes - Resto do Mundo - U.E. Instituições	7.650		808.576	15.300	800.926	
10.03.01.A0	Transferências Capital - Adm. Central - Estado	36.628.682		225	150.000	36.478.907	
10.09.04	Transferências Capital - Resto do Mundo - Países Terc. e Org. Int.	6.042.707		121.548	4.567.707	1.596.548	
11.06.10	Emp. M/L prazo - Famílias	682.353		72.647		755.000	
16.01.03	Saldo orçamental na posse do Serviço - consignado			352.373		352.373	
Total de Receitas de Investimento do Plano		43.632.710	0	6.080.726	5.720.353	43.985.883	
TOTAL DE RECEITAS		242.068.187	434.979	22.595.491	21.423.223	243.675.434	

3.2 Contratação administrativa

A situação dos Contratos celebrados encontra-se discriminada como segue:

Situação dos Contratos

Unid.: Euros

ENTIDADE (1)	CONTRATO		VISTO DO T. C.		DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO			PAGAMENTOS NA GERÊNCIA			PAGAMENTOS ACUMULADOS			OBSERVAÇÕES (14)
	OBJECTO (2)	DATA (3)	VALOR (4)	Nº DO REGISTO (5)	DATA (6)	NORMAIS (7)	REVISÃO DE PREÇOS (8)	TRABALHOS A MAIS (9)	NORMAIS (10)	REVISÃO DE PREÇOS (11)	TRABALHOS A MAIS (12)	OBSERVAÇÕES (13)		
3 W	Gastão de largura de banda	2006-01-01	1.989,70	-	-	2006-05-10	1.989,70	-	-	1.989,70	-	-	-	
3 W	Prestação serviços	2006-09-01	13.361,72	-	-	2006-10-20	13.331,72	-	-	13.331,72	-	-	-	
5 W	Boletim Informativo	2005-01-01	28.064,00	-	-	2006-04-06	14.109,56	-	-	28.064,00	-	-	-	
Alfalimpa	Serviço de Limpeza	2004-01-01	88.536,00	-	-	-	-	-	-	81.156,00	-	-	-	
Alfalimpa	Serviço de Limpeza	2006-01-01	92.454,62	-	-	2006-03-15	77.045,52	-	-	77.045,52	-	-	-	
Amec Spie / Clotec S.A.	Assistência Técnica Equipamento	2005-06-01	8.617,32	-	-	2005-03-17	3.578,95	-	-	8.617,32	-	-	-	
Tecno Spie / Amec Spie	Assistência Técnica Equipamento	2006-06-01	10.139,16	-	-	2006-04-25	5.069,68	-	-	5.069,68	-	-	-	
APC	Assistência Técnica Equipamentos	2006-01-01	1.719,41	-	-	2006-04-04	1.719,41	-	-	1.719,41	-	-	-	
Abusent	Serviço de Fontes Naturais	2005-12-01	13.612,68	-	-	2006-03-17	4.537,66	-	-	4.615,69	-	-	-	
Astrolimpa	Serviço de Limpeza - IGAPHE	2006-01-01	2.891,90	-	-	2006-05-23	2.891,90	-	-	2.891,90	-	-	-	
Associação Gomes Cruz & Associados	Auditoria e Fiscalização	2006-01-01	30.250,00	-	-	2006-04-19	30.250,00	-	-	30.250,00	-	-	-	
Canon Hygiene Portugal	Controlo e tratamento de resíduos	2005-06-01	2.050,68	-	-	2006-05-12	1.045,44	-	-	2.050,68	-	-	-	
Canon Hygiene Portugal	Controlo e tratamento de resíduos	2006-06-01	2.090,83	-	-	2006-08-31	1.045,44	-	-	1.045,44	-	-	-	
Capgemini Portugal S.A.	Consultoria	2006-02-20	139.150,00	-	-	2006-05-05	139.150,00	-	-	139.150,00	-	-	-	
Centro Seguros Tranquilidade	Aluguer Instalações Porto	2005-05-01	141.496,84	-	-	2006-01-09	35.274,71	-	-	141.496,84	-	-	-	
Centro Seguros Tranquilidade	Aluguer Instalações Porto	2006-05-01	142.595,46	-	-	2006-04-11	106.124,13	-	-	106.124,13	-	-	-	
Copicaçola	Assistência fotocóp. CLC-700	2005-01-01	743,37	-	-	2006-03-17	48,30	-	-	743,37	-	-	-	
Copicaçola	Assistência fotocóp. CLC-700	2006-01-01	783,68	-	-	2006-05-16	682,75	-	-	682,75	-	-	-	
Copicaçola	Assistência fotocóp. IR127G	2005-01-01	342,47	-	-	2006-03-17	342,47	-	-	342,47	-	-	-	
Copicaçola	Assistência fotocóp. IR5000	2005-01-01	590,76	-	-	2006-05-16	61,51	-	-	590,76	-	-	-	
Copicaçola	Assistência fotocóp. IR5000	2006-01-01	1.000,36	-	-	2006-05-16	917,18	-	-	917,18	-	-	-	

(CONTINUA)

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Situação dos Contratos (Continuação)

Unid.: Euros

ENTIDADE (1)	CONTRATO			VISTO DD T. C.		PAGAMENTOS NA GERÊNCIA				PAGAMENTOS ACUMULADOS			OBSERVAÇÕES (14)
	OBJECTO (2)	DATA (3)	VALOR (4)	N.º DO REGISTO (5)	DATA (6)	DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO (7)	NORMAIS (8)	REVISÃO DE PREÇOS (9)	TRABALHOS A MAIS (10)	NORMAIS (11)	REVISÃO DE PREÇOS (12)	TRABALHOS A MAIS (13)	
(CONTINUAÇÃO)													
Daljeans	Acesso a Base Dados Jurídicos	2005-02-01	2.517,43	-	-	2006-01-02	211,24	-	-	2.517,43	-	-	-
Daljeans	Acesso a Base Dados Jurídicos	2005-02-01	2.534,89	-	-	2005-02-01	2.323,64	-	-	2.323,64	-	-	-
Daljeans & Touche	Auditoria	2005-01-01	22.433,40	-	-	2006-09-21	19.541,50	-	-	19.541,50	-	-	-
Daljeans-Tecnologias de Informação	Manutenção Software	2005-08-15	461,32	-	-	-	-	-	-	461,32	-	-	-
Daljeans-Tecnologias de Informação	Manutenção Software	2006-08-16	423,84	-	-	2006-07-13	423,54	-	-	423,54	-	-	-
Daljeans-Tecnologias de Informação	Manutenção Software	2005-06-15	799,50	-	-	-	-	-	-	799,50	-	-	-
Daljeans-Tecnologias de Informação	Manutenção Software	2006-08-15	889,35	-	-	2006-07-13	889,35	-	-	889,35	-	-	-
Elacec	Manutenção edifícios	2005-02-07	40.376,00	-	-	2006-03-30	3.368,00	-	-	40.376,00	-	-	-
Elacec	Manutenção edifícios	2006-02-07	41.672,40	-	-	2006-05-26	34.727,00	-	-	41.672,40	-	-	-
Escol	Manutenção exibições	2005-06-06	1.800,00	-	-	2006-01-02	627,59	-	-	1.800,00	-	-	-
Escol	Manutenção exibições	2006-06-05	1.184,40	-	-	2006-06-23	1.184,40	-	-	1.184,40	-	-	-
Esegur, SA	Segurança e Vigilância - Porto	2006-01-01	20.568,36	-	-	2006-02-16	20.568,36	-	-	20.568,36	-	-	-
ESRI Portugal	Manutenção Software	2006-01-13	914,76	-	-	-	-	-	-	914,76	-	-	-
European Portugal	Subsídio para participação	2006-01-01	50.000,00	-	-	2006-05-05	50.000,00	-	-	50.000,00	-	-	-
Factis	Manutenção Software	2005-02-10	1.352,73	-	-	-	-	-	-	1.352,73	-	-	-
Factis	Manutenção Software	2006-02-20	1.376,47	-	-	2006-06-01	1.376,47	-	-	1.376,47	-	-	-
Faculdade de Ciências da U. Lisboa	Consultoria científica e técnica	2006-08-01	7.650,63	-	-	2006-12-13	3.510,28	-	-	7.650,63	-	-	-
HP	Manutenção Servidores	2006-01-01	6.025,22	-	-	2006-02-07	6.025,22	-	-	6.025,22	-	-	-
Indra - Sistemas Portugal, SA	Manutenção aplicação Informática	2006-01-01	35.507,01	-	-	2006-06-10	35.507,01	-	-	35.507,01	-	-	-
INDV - Inesc Inovação	Prestação de serviços	2006-02-05	82.036,03	-	-	2006-05-05	82.036,00	-	-	82.036,03	-	-	-
Jardins Água Viva	Manutenção Plantas Porto	2005-01-01	3.484,60	-	-	2006-03-31	3.484,60	-	-	3.484,60	-	-	-
Kyocera	Manutenção de copiadoras	2005-07-01	151,25	-	-	2006-09-17	151,25	-	-	151,25	-	-	-
Kyocera	Manutenção de copiadoras	2006-07-01	3.347,13	-	-	2006-05-11	847,13	-	-	3.347,13	-	-	-
Laboratório Nacional Eng.º Civil	Estudo	2004-05-11	113.050,00	-	-	-	-	-	-	113.050,00	-	-	-
Laboratório Nacional Eng.º Civil	Estudo	2004-05-10	178.500,00	-	-	-	-	-	-	178.500,00	-	-	-
Laboratório Nacional Eng.º Civil	Elaboração Guia Técnico	2004-03-10	269.449,69	-	-	-	-	-	-	269.449,69	-	-	-
Laboratório Nacional Eng.º Civil	Elaboração de uma publicação	2004-07-08	57.120,00	-	-	2006-07-13	28.560,00	-	-	57.120,00	-	-	-
Laboratório Nacional Eng.º Civil	Prestação serviços - monitorização	2004-08-23	467.375,00	-	-	2006-04-06	183.000,00	-	-	467.375,00	-	-	-
Laboratório Nacional Eng.º Civil	Prestação serviços intervenção social	2005-03-01	198.440,00	-	-	-	-	-	-	198.440,00	-	-	-
Lince, Lda	Serviço de Limpeza	2006-01-01	12.881,76	-	-	2006-04-05	12.881,76	-	-	12.881,76	-	-	-
Locarent	Aluguer viatura	2005-01-01	17.078,28	-	-	2006-01-12	8.569,44	-	-	17.078,28	-	-	-
Mammoth Lda	Análise de impressão	2005-12-01	7.269,60	-	-	2006-05-01	6.655,00	-	-	7.269,60	-	-	-
Milenio 3-Sistemas Electrónicos, Lda	Manutenção Sistema G. Assinaturas	2006-01-01	2.804,66	-	-	2006-05-05	2.804,66	-	-	2.804,66	-	-	-
NexiaOne Portugal	Assistência Central Telefónica	2006-01-01	262,91	-	-	2006-03-31	262,91	-	-	262,91	-	-	-
Norma - Açores	Prestação de serviços	2006-02-01	19.550,00	-	-	2006-09-29	19.550,00	-	-	19.550,00	-	-	-
Norma - Açores	Prestação de serviços	2006-08-01	20.700,00	-	-	2006-11-06	17.250,00	-	-	20.700,00	-	-	-
Normática	Prestação de serviços de informática	2006-04-10	57.571,80	-	-	2006-07-07	57.571,80	-	-	57.571,80	-	-	-
Opensoft	Prestação de serviços de informática	2006-08-28	291.687,44	-	-	2006-12-29	223.263,16	-	-	291.687,44	-	-	-
Oracle, Lda	Support Oracle	2005-05-20	18.166,11	-	-	-	-	-	-	18.166,11	-	-	-
Oracle, Lda	Support Oracle	2006-05-10	20.092,04	-	-	2006-06-26	20.092,04	-	-	20.092,04	-	-	-
Olis Elevadores SA	Conservação elevadores	2005-10-01	3.529,80	-	-	2006-01-17	2.647,35	-	-	3.529,80	-	-	-
Olis Elevadores, SA	Conservação elevadores	2006-10-01	3.628,98	-	-	2006-10-26	907,17	-	-	3.628,98	-	-	-
Piney Boves Portugal	Manutenção e reparação envoltórios	2006-01-18	961,74	-	-	2006-05-12	961,74	-	-	961,74	-	-	-
Piano de Acção	Prestação serviços rececionista	2006-07-01	15.972,00	-	-	2006-03-22	7.986,00	-	-	15.972,00	-	-	-
Piano de Acção	Prestação serviços rececionista	2006-07-01	15.972,00	-	-	2006-03-02	7.986,00	-	-	15.972,00	-	-	-
Prosegur Lda	Segurança e Vigilância	2006-07-01	86.737,00	-	-	2006-03-30	43.378,50	-	-	86.737,00	-	-	-
Prosegur Lda	Segurança e Vigilância	2006-07-01	89.793,00	-	-	2006-08-10	44.896,80	-	-	89.793,00	-	-	-
Proscenic	Assistência Técnica Equipamento	2005-06-17	117,71	-	-	-	-	-	-	117,71	-	-	-
Proscenic	Assistência Técnica Equipamento	2006-06-17	123,41	-	-	2006-10-06	123,41	-	-	123,41	-	-	-
PSE	Licenciamento Software	2005-08-01	1.550,76	-	-	-	-	-	-	1.550,76	-	-	-
PSE	Licenciamento Software	2006-08-01	1.589,53	-	-	2006-07-28	1.589,53	-	-	1.589,53	-	-	-
Qualimare	Estudo	2006-03-31	81.675,00	-	-	2006-07-27	81.675,00	-	-	81.675,00	-	-	-
Rentokil	Desinfectação do edifício sede	2005-10-18	1.651,06	-	-	2006-05-29	925,63	-	-	1.651,06	-	-	-
Rentokil	Desinfectação do edifício sede	2006-10-18	946,80	-	-	2006-10-23	946,80	-	-	946,80	-	-	-
Rentokil	Desinfectação do edifício sede	2005-02-02	829,55	-	-	-	-	-	-	829,55	-	-	-
Rentokil	Desinfectação do edifício sede	2006-02-02	855,34	-	-	2006-05-10	656,34	-	-	855,34	-	-	-
Rentokil	Desinfectação peixe praia	2005-10-15	416,31	-	-	-	-	-	-	416,31	-	-	-
Rentokil	Desinfectação peixe praia	2006-10-15	427,53	-	-	2005-10-23	427,53	-	-	427,53	-	-	-
Rentokil	Unidades Sanitárias Porto	2005-05-15	285,65	-	-	-	-	-	-	285,65	-	-	-
Rentokil	Unidades Sanitárias Porto	2006-05-15	295,45	-	-	2006-10-23	295,45	-	-	295,45	-	-	-
Rentokil	Unidades Sanitárias Porto	2005-02-25	308,50	-	-	2006-03-17	308,50	-	-	308,50	-	-	-
Rentokil	Unidades Sanitárias Porto	2005-05-14	690,56	-	-	-	-	-	-	690,56	-	-	-
Rentokil	Unidades Sanitárias Porto	2006-05-14	723,93	-	-	2006-10-23	723,93	-	-	723,93	-	-	-
Rentokil	Desinfectação arquivo S. Marcos	2005-05-01	707,26	-	-	-	-	-	-	707,26	-	-	-
Rentokil	Desinfectação arquivo S. Marcos	2006-05-01	729,56	-	-	2006-06-30	729,56	-	-	729,56	-	-	-
Rentokil	Desinfectação arquivo do Zambujal	2006-01-01	1.092,55	-	-	2006-02-16	1.092,55	-	-	1.092,55	-	-	-
Sunbert System Software	Manutenção Software	2006-03-31	1.000,00	-	-	2006-03-22	1.000,00	-	-	1.000,00	-	-	-
TCSI	Manut. Software Command Intercept	2005-11-01	3.559,93	-	-	-	-	-	-	3.559,93	-	-	-
TCSI	Manut. Software Norton	2005-01-01	7.794,50	-	-	-	-	-	-	7.794,50	-	-	-
TCSI	Prog. Filtragem Conteúdos	2005-06-15	1.623,82	-	-	-	-	-	-	1.623,82	-	-	-
TCSI	Prog. Filtragem Conteúdos	2006-05-15	1.623,82	-	-	2006-08-10	1.623,82	-	-	1.623,82	-	-	-
Universidade Católica Portuguesa	Estudo - Elaboração Atlas Habitação	2005-06-29	53.820,00	-	-	2006-12-06	10.164,00	-	-	53.820,00	-	-	-
Universidade Católica Portuguesa	Estudo - "Os Custos da Urbanização"	2005-04-05	106.486,00	-	-	2006-07-27	21.298,00	-	-	106.486,00	-	-	-
WS Almas Portugal	Estudo	2005-11-02	162.140,00	-	-	2006-05-23	64.856,00	-	-	162.140,00	-	-	-
Xerox	Assistência fotocopy Xerox 5310	2006-02-01	129,81	-	-	-	-	-	-	129,81	-	-	-
Xerox	Assistência técnica a 5 fotocopiad	2006-01-01	4.518,64	-	-	2006-03-15	4.518,64	-	-	4.518,64	-	-	-

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Handwritten notes:

 mil
 H.
 4

3.4 Transferências e subsídios

As transferências correntes e de capital – despesas e receitas – estão desagregadas nos mapas abaixo, respectivamente:

1 – Transferências Correntes: Despesa

Unid.: Euros				
Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências autorizadas (3)	Transferências efectuadas (4)	Transferências autorizadas e não efectuadas (5)=(3)-(4)
OSMOP	25.948	25.948	25.948	0

As verbas transferidas para a Obra Social do Ministério das Obras Públicas (OSMOP) são efectuadas no âmbito de acordo celebrado entre as duas entidades para enquadramento do pessoal ao serviço do INH e benefício dos serviços proporcionados por aquele organismo.

2 – Transferências de Capital: Despesa

Unid.: Euros				
Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências autorizadas (3)	Transferências efectuadas (4)	Transferências autorizadas e não efectuadas (5)=(3)-(4)
Realojamento	26.666.659	24.256.474	23.852.293	404.181
Soc. e Quase Soc. Não Financeiras				
Públicas	4.206.556	4.206.556	4.202.243	4.313
Privadas	1.619.386	1.619.386	1.619.386	0
Administração Regional				
Reg. Autónoma dos Açores	1.112.910	1.112.910	1.112.910	0
Administração Local				
Continente - Municípios	17.309.643	14.899.458	14.506.673	392.785
Reg. Autónoma dos Açores - Municípios	882.432	882.432	882.432	0
Reg. Autónoma da Madeira - Municípios	118.109	118.109	118.108	1
Famílias				
Outras	1.417.623	1.417.623	1.410.541	7.082
Reabilitação - Açores	4.764.198	4.406.883	4.406.883	0
Administração Regional				
Reg. Autónoma dos Açores	4.764.198	4.406.883	4.406.883	0
EFTA - Bairros Críticos	850.000	850.000	0	850.000
Soc. e Quase Soc. Não Financeiras				
Privadas	850.000	850.000		850.000
Apoio Social	3.900.753	3.900.753	296.720	3.604.033
Administração Local				
Continente - Municípios	564.784	564.784	150.378	414.406
Reg. Autónoma dos Açores - Municípios	3.335.969	3.335.969	146.342	3.189.627
Reabilitação Habitacional	4.741.278	4.741.278	4.724.772	16.506
Soc. e Quase Soc. Não Financeiras				
Privadas	566.726	566.726	550.221	16.505
Administração Local				
Continente - Municípios	143.884	143.884	143.884	0
Instituições Sem Fins Lucrativos				
Instituições Sem Fins Lucrativos	39.714	39.714	39.713	1
Famílias				
Outras	3.990.954	3.990.954	3.990.954	0

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

As transferências de capital destinam-se aos programas de habitação social financiados no âmbito do PIDDAC.

Programa de Realojamento dá cumprimento ao disposto através do Programa Especial de Realojamento (PER), criado pelo Decreto Lei nº 163/93, de 7 de Maio, alterado pelo Decreto Lei nº 271/2003, de 28 de Outubro, aplicado aos municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Para atender os projectos individuais das famílias, foi publicado o Decreto Lei nº 79/96, de 20 de Junho.

São também abrangidos pelo Programa de Realojamento os financiamentos concedidos ao abrigo do Decreto Lei nº 135/2004, de 03 de Junho, o qual revogou o Decreto-Lei nº 226/87, de 6 de Junho, aplicável aos municípios de todo o país que evidenciem necessidades de apoio em termos de habitação social e que tenham celebrado com o INH Acordos de Colaboração.

O Programa designado por Reabilitação Habitacional compreende os Sub-Programas SOLARH (criado pelo Decreto Lei nº7/99, de 8 de Janeiro, posteriormente alterado pelos Decretos Lei nºs 39/2001, de 9 Fevereiro e 25/2002, de 11 de Fevereiro) e Promoção Apoiada (criado pelos Decretos-Lei nºs 105/96 e 106/96, ambos de 31 de Julho e 329-C/2000, de 22 de Dezembro). O primeiro concede apoio financeiro para a realização de obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação em habitação própria permanente de indivíduos e agregados familiares economicamente carenciados. O Sub-Programa Promoção Apoiada destina-se a financiar a reabilitação urbana de fracções arrendadas ou de habitação própria, prevendo benefícios adicionais para as zonas históricas.

4 – Transferências correntes – Receitas

Unid.: Euros

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	7.521.093	4.028.450
Estado - Direcção-Geral do Tesouro	7.100.000	3.850.979 (1)
Estado - MAOTDR	421.093	177.471 (2)
RESTO DO MUNDO	977.621	580.901
União Europeia - Instituições	176.695	41.112 (1)
União Europeia - Instituições	800.926	539.789 (2)

(1) - Corresponde a receitas de Funcionamento Normal

(2) - Corresponde a receitas de investimentos do Plano

As receitas por transferências correntes, relativas ao reembolso de bonificações resultam da atribuição de bonificações da taxa de juro concedidas aos promotores de habitação a custos controlados – municípios, cooperativas, empresas e instituições de solidariedade social – destinadas à venda ou ao arrendamento de acordo com legislação específica.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Estas bonificações são suportadas pelo Instituto aquando do recebimento dos juros e posteriormente reembolsadas pelo Estado, através da DGT.

5 – Transferências capital – Receitas

Unid.: Euros

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
FUNCIONAMENTO NORMAL		
Resto do Mundo		
União Europeia - Instituições	258.284	116.871
INVESTIMENTOS DO PLANO		
PROGRAMA 18	38.475.455	33.732.813
MEDIDA 002	37.822.386	33.731.323
Administração Central		
Estado	36.472.386	33.697.697
Resto do Mundo		
União Europeia - Instituições	400.000	7.215
Países Terceiros e Org. Internacionais	950.000	26.411
MEDIDA 005	653.069	1.490
Administração Central		
Estado	6.521	1.490
Resto do Mundo		
Países Terceiros e Org. Internacionais	646.548	
PROGRAMA 28	66.534	43.354
MEDIDA 003	66.534	43.354
Resto do Mundo		
União Europeia - Instituições	66.534	43.354

As receitas por transferência de capital têm origem no orçamento de Estado, no âmbito do PIDDAC, e destinam-se a financiar os Projectos de Realojamento e Reabilitação Habitacional.

As transferências do exterior têm origem em fundos comunitários (III QCA) e fundos EFTA para financiamento de alguns custos dos empreendimentos de habitação social.

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

3.6 Endividamento

O financiamento obtido pelo Instituto para as suas operações tem origem interna e externa. Estes empréstimos de médio e longo prazo, com excepção do DEPFA Bank e dos dois empréstimos do Conselho da Europa, encontram-se todos em fase de amortização.

Endividamento Interno - Fundo de Regularização da Dívida Pública Situação e evolução da dívida e juros

Unid: Milhares euros

Caracterização da dívida	Dívida em 1 de Janeiro	Aumentos					Diminuições				Dívida em 31 de Dezembro	Juros vencidos até 31 de Dez	Juros vencidos pagos até 31 de Dez	Juros vencidos	
		Constituição	Conversão	Assunção	Outros	Total	Amortização	Conversão	Outros	Total					
Dívida não titulada															
Interna															
Curto prazo	986		986			986	(986)			(986)	986	208	172		
Médio e longo prazo	14.797							(986)		(986)	13.811				
Total	15.783		986			986	(986)	(986)	(1.972)	14.797	208	172			

Endividamento Externo - AID/JP MORGAN Situação e evolução da dívida e juros

Unid: Milhares euros

Caracterização da dívida	Dívida em 1 de Janeiro	Aumentos					Diminuições				Dívida em 31 de Dezembro	Juros vencidos até 31 de Dez	Juros vencidos pagos até 31 de Dez	Juros vencidos	
		Constituição	Conversão	Assunção	Outros	Total	Amortização	Conversão	Outros	Total					
Dívida não titulada															
Externa															
Curto prazo	460		460			460	(460)			(460)	460	34	237		
Médio e longo prazo	4.606							(460)		(460)	4.146				
Total	5.066		460			460	(460)	(460)	(920)	4.606	34	237			

Notas: Divisa - USD; Câmbio 31/12/2006 - 1,317

Garantia prestada pela Direcção-Geral do Tesouro, objecto de contrato de cobertura de risco de câmbio, celebrado com a Direcção-Geral do Tesouro, com o câmbio de fixação de 1,3573

Endividamento Externo - AID/Transportation Group (série B) Situação e evolução da dívida e juros

Unid: Milhares euros

Caracterização da dívida	Dívida em 1 de Janeiro	Aumentos					Diminuições				Dívida em 31 de Dezembro	Juros vencidos até 31 de Dez	Juros vencidos pagos até 31 de Dez	Juros vencidos	
		Constituição	Conversão	Assunção	Outros	Total	Amortização	Conversão	Outros	Total					
Dívida não titulada															
Externa															
Curto prazo	415		415			415	(415)			(415)	415	32	232		
Médio e longo prazo	4.566							(415)		(415)	4.143				
Total	4.973		415			415	(415)	(415)	(830)	4.558	32	232			

Notas: Divisa - USD; Câmbio 31/12/2006 - 1,317

Garantia prestada pela Direcção-Geral do Tesouro, objecto de contrato de cobertura de risco de câmbio, celebrado com a Direcção-Geral do Tesouro, com o câmbio de fixação de 1,5077

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

Endividamento Externo - DEPPA BANK Situação e evolução da dívida e juros

Unid: Milhares euros

Caracterização da dívida	Dívida em 1 de Janeiro	Aumentos					Diminuições				Dívida em 31 de Dezembro	Juros vencidos até 31 de Dez	Juros vencidos pagos até 31 de Dez	Juros vencidos
		Constituição	Conversão	Assunção	Outros	Total	Amortização	Conversão	Outros	Total				
Dívida não titulada														
Externa														
Curto prazo												86	1.431	
Médio e longo prazo	50.000										50.000			
	50.000										50.000	86	1.431	

Endividamento Externo - Council of Europe Development Bank 2 Situação e evolução da dívida e juros

Unid: Milhares euros

Caracterização da dívida	Dívida em 1 de Janeiro	Aumentos					Diminuições				Dívida em 31 de Dezembro	Juros vencidos até 31 de Dez	Juros vencidos pagos até 31 de Dez	Juros vencidos
		Constituição	Conversão	Assunção	Outros	Total	Amortização	Conversão	Outros	Total				
Dívida não titulada														
Externa														
Curto prazo												117	1.025	
Médio e longo prazo	40.000										40.000			
Total	40.000										40.000	117	1.025	

Endividamento Externo - Council of Europe Development Bank 1 Situação e evolução da dívida e juros

Unid: Milhares euros

Caracterização da dívida	Dívida em 1 de Janeiro	Aumentos					Diminuições				Dívida em 31 de Dezembro	Juros vencidos até 31 de Dez	Juros vencidos pagos até 31 de Dez	Juros vencidos
		Constituição	Conversão	Assunção	Outros	Total	Amortização	Conversão	Outros	Total				
Dívida não titulada														
Externa														
Curto prazo												204	1.234	
Médio e longo prazo	50.000					0					50.000			
Total	50.000					0					50.000	204	1.234	

III - PARECERES DOS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

**Ascensão, Gomes, Cruz
& Associado - S.r.l.c.**
Sociedade de revisores oficiais de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
(Todos os montantes em milhares de Euros - mEur.)

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do exercício de 2006 do **INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO** (INH) (um instituto público com personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de balanço de mEur. 454.968 e um total de fundos próprios de mEur. 251.073, incluindo um resultado líquido do exercício de mEur. 7.247), a Demonstração de Resultados do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos às Demonstrações Financeiras, os quais, nos termos do Plano Oficial de Contabilidade Pública, incluem a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os serviços e organismos da administração pública.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Instituto e os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu (a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo, utilizadas na sua preparação, (b) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (d) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.

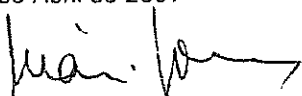
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO** em 31 de Dezembro de 2006, e o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os serviços e organismos da administração pública.

Lisboa, 23 de Abril de 2007


ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO - S.R.O.C.,
representada por Dr. Mário João de Matos Gomes, R.O.C.



6. Em fecho de trabalho, examinámos o Balanço do INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO em 31 de Dezembro de 2006, a Demonstração de Resultados do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos às Demonstrações Financeiras (os quais, nos termos do Plano Oficial de Contabilidade Pública, incluem a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data), bem como o respectivo Relatório de Gestão do Conselho Directivo, tendo emitido o Relatório e Parecer da Comissão de Fiscalização, para efeitos de publicação, que se anexa ao presente.

O nosso exame das demonstrações financeiras do Instituto foi suportado do ponto de vista técnico pela Certificação Legal das Contas, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Vogal desta Comissão de Fiscalização, a qual se considera parte integrante deste relatório anual e que, igualmente, se anexa ao presente. A Comissão de Fiscalização tomou, também, oportuno conhecimento das conclusões expressas no relatório de uma outra auditoria externa às contas do INH, realizado por empresa internacional da especialidade.

7. No sentido de dar satisfação aos compromissos de auditoria de contas assumidos pelo INH perante instituições financeiras estrangeiras (no âmbito dos contratos celebrados ao abrigo do United States of America A.I.D. - Housing Program Agreement), a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Vogal desta Comissão de Fiscalização procederá ainda à oportuna emissão de um relatório adicional, "Financial Statements as of December 31, 2006 Together With Statutory Auditors' Opinion", relatório do qual será dado oportuno conhecimento às Tutelas e aos Participantes do INH.

II - ACTIVIDADE FISCALIZADORA

1. A Comissão de Fiscalização deu regular cumprimento à sua incumbência legal e estatutária de acompanhamento da gestão e da execução do orçamento do INH, através da apreciação das actas das reuniões do Conselho Directivo e de outros elementos de análise e de controlo orçamental e de tesouraria.

Nos termos previstos na alínea c) do número 1 do Artigo 28.º do Decreto-Lei nº 50-A/2006, de 10 de Março (Normas de Execução do Orçamento do Estado para 2006), apresentámos oportunamente à Direcção-Geral do Orçamento os nossos relatórios e comentários sobre os mapas e demais elementos trimestrais de controlo da execução orçamental, elaborados pelos Serviços do Instituto. Adicionalmente, no âmbito das nossas funções estatutárias, procedemos à emissão dos Pareceres da Comissão de Fiscalização sobre os assuntos que nos foram submetidos pelo Conselho Directivo no decurso do exercício, bem como sobre outros assuntos que foram considerados relevantes.

2. A Comissão de Fiscalização desenvolveu a sua incumbência de exame do Relatório de Gestão e das Contas Anuais do INH tanto em sessões de trabalho com Membros do Conselho Directivo e com outros responsáveis do Instituto, como, mormente, através da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Vogal desta Comissão, a qual procedeu ao seu exame dos referidos documentos de prestação de contas de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Tais trabalhos de auditoria incluíram, designadamente, a aplicação dos seguintes procedimentos e verificações específicas:

a) Revisão analítica das demonstrações financeiras intercalares e finais do exercício, envolvendo o teste da racionalidade de certos saldos importantes de custos e de proveitos, a análise das principais variações em relação ao ano anterior e ao orçamento e a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, nomeadamente quanto ao reconhecimento do rédito.



Instituto Nacional de Habitação

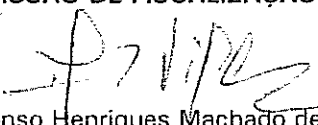
Comissão de Fiscalização

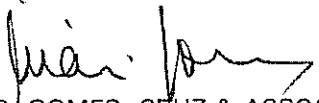
n) Revisão da conformidade do Relatório de Gestão com as contas do exercício, e destas com os respectivos registos contabilísticos e os normativos aplicáveis (nomeadamente as disposições do POCP que regulam a estrutura e conteúdo dos anexos às demonstrações financeiras), complementada com a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação do Relatório de Gestão e das Demonstrações Financeiras e Anexos.

3. As principais conclusões dos trabalhos e verificações desenvolvidas, com incidência no balanço e no apuramento de resultados, encontram-se expressas na Certificação Legal das Contas e no Relatório e Parecer da Comissão de Fiscalização, emitidos para efeitos de publicação, que se anexam ao presente.

Lisboa, 23 de Abril de 2007

A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO:


Dr. Afonso Henriques Machado de Vilhena, Presidente


ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO - S.R.O.C., Vogal,
representada por Dr. Mário João de Matos Gomes, R.O.C.